

An hourglass is positioned in the upper left corner, with a dark liquid inside. The background is a dark teal color with stylized tropical leaves in a lighter teal shade. A hand is visible at the bottom right, holding a globe of the Earth.

RUMO À COP 30:

O QUE AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DA FILANTROPIA INDEPENDENTE DO SUL GLOBAL DEVEM SABER PARA PARTICIPAR DAS CONFERÊNCIAS DE CLIMA?

REALIZAÇÃO



fundo casa
SOCIOAMBIENTAL



CORREALIZAÇÃO

comuá rede comuá
filantropia que
transforma

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Hopstein, Graciela

Rumo à COP 30 [livro eletrônico] : o que as organizações da sociedade civil e da filantropia independente do Sul Global devem saber para participar das Conferências de Clima / Graciela Hopstein. -- Juquitiba, SP : Fundo Casa Socioambiental, 2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-997870-4-1

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Ciências sociais 3. Filantropia 4. Mudanças climáticas 5.
Organizações da sociedade civil 6. Políticas públicas I. Título.

25-284315

CDD-363.73874

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Políticas públicas :

Problemas sociais 363.73874

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

EXPEDIENTE

Autora: Graciela Hopstein

Coordenação de pesquisa e produção: Graciela Hopstein

Apoio à pesquisa: Martina Davidson

Revisão técnica: Rubens Harry Born

Colaboração especial em artigos: Ana Toni, Jonathas Azevedo e Cristina Orphea

Revisão textual: Dayse Boechat e Nataly Queiroz

Diagramação: Motora Design

EQUIPE FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

Diretora-Executiva: Cristina Orphea

Alianças e Parcerias Estratégicas: Maria Amália Souza

Coordenadora de Finanças: Taila Wengrzynek

Coordenador de Operações Institucionais: Rodrigo Moreira

Equipe de Administração e Finanças: Aline Müller; Bianca Paes

Mello Landim; Eliane Ribeiro; Janice Mello; Leandra Pereira

Equipe Programática: Ana Carolina Vitorio Arantes; Angelo Ricardo

Sousa Chaves; Antônio José de Paula Barroso Neto; Beatriz Roseiro;

Claudia Gibeli; Helen Maria Oliveira Silva; Inimá Krenak; Isabela

Moraes; Ketlyn Santos; Lucas Freitas; Maha Akamine; Maíra

Krenak; Melissa Fernandes; Regilon Matos; Rodrigo Montaldi;

Thiarles do Santos; Vanessa Ourique Purper

Equipe de Comunicação: Attilio Zolin; Denise Farias; Lucas Duarte

Matos; Nataly Queiroz

Gestor de Tecnologia: Helder Soares

Estagiários: Murilo Wengrzynek; Pedro Soares; Stevão Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: Renato Cunha

Vice-presidenta: Selma dos Santos Dealdina

Integrantes do Conselho: Severiá Maria Idiorê Xavante; Iremar

Antonio Ferreira; Mércia Silva; Elionice Conceição Sacramento;

Laura Yawanawa

EQUIPE REDE COMUÁ

Diretor-Executivo: Jonathas Azevedo

Coordenadoria de Operações: Mica Peres

Coordenadoria de Comunicação: Mônica C. Ribeiro

Assessoria de Operações e Finanças: Wanda Alves

Assessoria de Programas : Gugo Siqueira; Yasmin Morais

Assessoria de Comunicação: Jész Ipólito

CONSELHO DE GOVERNANÇA

Fundo Brasil: Ana Valéria Araújo

Fundo Baobá para Equidade Racial: Giovanni Harvey

Casa Fluminense: Larissa Amorim

Tabôa - Fortalecimento Comunitário: Roberto Vilela

BrazilFoundation: Monica De Roue

CONSELHO FISCAL

Fundo Brasil: Gislene Aniceto

Fundo Baobá para Equidade Racial: Hebe da Silva

SUMÁRIO

05 Prefácio

Como fazer da COP 30 um marco na luta climática
Por uma Nova Arquitetura do financiamento climático: o papel da
filantropia independente e de justiça socioambiental

10 Apresentação

Acordos Climáticos e protagonismo comunitário: por que o Fundo Casa
investe em participação nas COPs?

13 Entendendo as COPs: definição e contexto

O que é o Regime Multilateral do Clima?
A origem do Regime Multilateral do Clima e as
negociações internacionais
O que são e quais os principais tratados internacionais?
COPs, órgãos subsidiários, blocos de países e atores-chave
Origem e trajetória das COPs: da ECO 92 à COP 30
O Papel do Brasil nas COPs: histórico, contribuições e desafios na
política ambiental e no financiamento climático
Quem participa de uma COP? Quais são os atores estratégicos? Como é
a sua estrutura?
Em resumo...

42 Negociações nas COPs

47 As agendas prioritárias das COPs

Sistemas Alimentares e Uso da Terra
Redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa
Energias renováveis e transição justa
Adaptação às mudanças climáticas
Conservação e Preservação da biodiversidade
Justiça climática
Financiamento climático e processos de tomada de decisão
Entraves, riscos e oportunidades na abordagem e implementação das
agendas estratégicas das COPs
Agendas estratégicas “não oficiais” no contexto das COPs
Juventudes, gênero e raça no debate sobre Clima
O papel da sociedade civil na agenda de clima: desafios, impasses
e oportunidades

77 O que esperar da COP 30 no Brasil?

Organização, atores e agendas estratégicas
Orientações e “dicas úteis” para participar da conferência de Belém.
Guia Prático para a Sociedade Civil e organizações da filantropia
independente do Sul Global
Preparação e planejamento para participar da COP 30

Quais são as nossas pautas prioritárias?
Que redes e coalizões podemos integrar?
Em que eventos e espaços é possível participar?

Como organizar as participações de atores da sociedade civil na Conferência?

Diversificar as participações
Fortalecer as capacidades das pessoas que participarão da conferência

Como Ter Acesso à COP 30?

Credenciamento Oficial pela UNFCCC
Convites e Credenciais por meio de Redes Parceiras
Alternativas para Acompanhar a COP 30 Remotamente

Estratégias para Incidência

Segurança e Proteção para Ativistas e Defensores Ambientais
Comunicação Estratégica e Amplificação de Vozes

Participação em eventos paralelos

Eventos paralelos
Engajamento Pós-COP: Como Transformar Compromissos em Ação?

99 Reflexões finais

102 Glossário

PREFÁCIO



COMO FAZER DA COP 30 UM MARCO NA LUTA CLIMÁTICA¹

Ana Toni
CEO da COP 30

¹Fonte do texto original, em inglês: <https://www.project-syndicate.org/commentary/cop30-belem-brazil-must-be-climate-turning-point-by-ana-toni-2025-01>. Traduzido ao português para esta publicação.

Como anfitrião da COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), o Brasil está comprometido em liderar a Conferência que em 2025 será realizada na cidade de Belém e terá a finalidade de promover ações decisivas tanto no plano doméstico quanto no internacional. Mas, para garantir o sucesso da Conferência, cada país deve chegar ao Brasil com o compromisso de desenvolver e implementar metas nacionais ambiciosas, além de criar condições internacionais que acelerem a ação climática sem deixar ninguém para trás. Trata-se de uma grande responsabilidade. No décimo aniversário do Acordo de Paris, o senso de urgência em relação ao aquecimento global se intensifica, pois a ameaça futura tornou-se uma emergência presente. Mantida a tendência atual, a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais não será alcançada — e sediar esta COP em Belém chama atenção para a pressão sobre a Amazônia, uma das regiões mais belas do mundo, mas também um ponto de inflexão climático.

Apesar dos alertas claros da ciência de que estamos perigosamente próximos de ultrapassar os limites do planeta, os recordes de emissões continuam sendo quebrados. Em 2023, o mundo emitiu 57,1 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa, elevando a concentração de dióxido de carbono na superfície a 420 partes por milhão. A última vez que a Terra registrou uma concentração tão alta de CO₂ foi há 14 milhões de anos.

A primeira década do Acordo de Paris ajudou a redirecionar a trajetória “business as usual”, que apontava para um aumento de 4–5°C até o fim do século. E mesmo que todos os países cumpram suas metas climáticas até 2030, a temperatura média global ainda deve aumentar 2,6°C. Nosso papel agora, na COP 30, é criar um roteiro para a próxima década que acelere a implementação e aumente a ambição necessária para atingir 1,5°C.



Infelizmente, as emissões e as temperaturas continuam subindo desde 2015, e o cenário geopolítico se tornou mais instável e fragmentado, com guerras em curso na Europa, África e Oriente Médio, além do agravamento das relações entre Estados Unidos e China. Dessa forma, os fóruns internacionais transformaram-se em campos de batalha políticos, com pouca atenção para os temas em discussão.

Essa mudança ficou evidente na COP 29 — apelidada de “COP das finanças” — realizada em Baku, Azerbaijão. Alguns governos de países desenvolvidos adotaram posições alinhadas a seus interesses nacionais de curto prazo, ignorando as consequências globais. Além disso, esses governos esperaram até o penúltimo dia da Conferência para apresentar suas propostas de financiamento, atrasando o debate sobre os recursos para que os países em desenvolvimento possam realizar a transição verde. Essa é uma estratégia autodestrutiva — sobretudo porque o aquecimento global não respeita fronteiras. Se falharmos em criar condições para que todos os países adotem trajetórias de baixo carbono, todos sofreremos.

Ao final, os delegados deixaram Baku com um acordo sobre padrões para mercados de carbono e uma promessa dos países ricos de mobilizar US\$ 300 bilhões por ano em financiamento climático para os países em desenvolvimento. Foi um passo importante, mas pequeno, quando são necessários grandes avanços. Ainda assim, esse resultado — que mostra que o multilateralismo é possível — preparou o terreno para ações mais ambiciosas em Belém.

Há grande expectativa de que a COP 30 seja um ponto de virada para os esforços de mitigação e adaptação climática. Com o balanço global concluído na COP 28 e o livro de regras do Acordo de Paris finalizado na COP 29, a principal tarefa em Belém será acelerar a implementação dos acordos existentes. Nosso objetivo na COP 30 é transformar promessas em práticas.

Para isso acontecer, os países devem apresentar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ambiciosas e detalhadas antes da COP 30. Brasil, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos já elevaram a régua com suas NDCs atualizadas, submetidas na COP 29. Agora, os demais países precisam responder ao desafio. Na Cúpula do G20 realizada no ano passado (2024), o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva incentivou os países-membros a anteciparem suas metas de neutralidade climática de 2050 para 2040 ou 2045, enquanto o secretário-geral da ONU, António Guterres, defendeu a implementação das novas metas definidas no balanço global.

Ao mesmo tempo, espera-se que as economias emergentes apresentem NDCs abrangendo todos os setores e gases de efeito estufa, com metas absolutas de redução alinhadas à meta de 1,5°C. Já os países em desenvolvimento devem formular NDCs que conciliem seus objetivos de desenvolvimento com reduções ambiciosas de emissões e que avancem em trajetórias de baixo carbono.

Esperamos que os países cheguem a Belém prontos para discutir acerca de como acelerar a implementação das promessas feitas no balanço global. Esse processo deve incluir acordos e ações para triplicar a capacidade de energias renováveis, dobrar as medidas de eficiência energética, acelerar a transição dos combustíveis fósseis, pôr fim ao desmatamento e ampliar o reflorestamento. Em última instância, nosso papel na COP 30 é redirecionar os esforços globais para a criação de condições, no plano internacional, que facilitem e acelerem as ações nacionais. O objetivo deve ser ajudar os países a atingir essas metas de forma rápida e justa.

Para que os países em desenvolvimento possam superar os obstáculos à adoção de um caminho de desenvolvimento de baixo carbono — como o endividamento insustentável e os altos custos de financiamento — é preciso que a arquitetura financeira global esteja alinhada com as metas climáticas. Nesse sentido, o Brasil — ocupando o lugar da presidência do grupo — criou a Força-Tarefa do G20 para uma Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas. Em Belém, devemos estabelecer uma estratégia confiável para mobilizar US\$ 1,3 trilhão para os países em desenvolvimento e criar um plano para alinhar os fluxos financeiros — públicos e privados, nacionais e internacionais — às metas do Acordo de Paris. Os governos e as instituições multilaterais terão múltiplas oportunidades para avançar nessas negociações ao longo do ano, incluindo nas reuniões do Banco Mundial e do FMI e na Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em junho.

Diante do aumento na frequência e gravidade dos choques climáticos, a adaptação tornou-se prioridade, especialmente para as comunidades mais vulneráveis. Este ano, os países devem finalizar seus planos nacionais de adaptação, detalhando os investimentos públicos e privados necessários para realizá-los. E, na COP 30, os delegados devem adotar os indicadores globais de adaptação, criando uma linguagem comum para debater os impactos das mudanças climáticas no mundo.

Focar em adaptação não significa reduzir os esforços de mitigação. Para grande parte do mundo em desenvolvimento, mitigação e adaptação ocorrem simultaneamente, como parte do próprio processo de desenvolvimento. Hoje, novas casas, cidades, fontes de energia, fábricas e infraestruturas precisam ser construídas com emissões mínimas e máxima resiliência desde o início.

Como anfitrião da COP 30, o Brasil está comprometido em liderar pelo exemplo, com ações decisivas dentro e fora de casa. Mas um único país não pode, sozinho, restaurar a confiança necessária para uma cúpula bem-sucedida. Cada país deve chegar a Belém com o compromisso de desenvolver e implementar metas nacionais ambiciosas, além de criar condições internacionais que acelerem uma ação climática que não deixe ninguém para trás. Só assim poderemos fazer da COP 30 o ponto de virada que o mundo precisa.



POR UMA NOVA ARQUITETURA DO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO: O PAPEL DA FILANTROPIA INDEPENDENTE E DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

Jonathas Azevedo

Diretor Executivo da Rede Comuá

A participação de lideranças e organizações de base nas Conferências de Clima da ONU tem se ampliado nas últimas edições, embora ainda aquém do necessário para garantir a devida atenção às suas agendas prioritárias.

A mudança climática, vista como pauta transversal, soma mais uma camada às desigualdades estruturais que atingem grupos politicamente minorizados. E são esses grupos, inclusive, que trazem soluções locais para tratar os problemas causados pela crise climática em seus territórios. Nesse cenário, as organizações da Rede Comuá têm participado de forma cada vez mais intensa e ativa das COPs do Clima, buscando elevar o debate e incidir sobre a pauta do financiamento climático, inclusive, organizando e apoiando a participação de lideranças comunitárias e da sociedade civil para que estejam presentes.

Incidir nesses espaços exige conhecimentos específicos e técnicos, que pautam as COPs. Nesse sentido, essa publicação lançada pelo Fundo Casa Socioambiental, em parceria com a Comuá, mostra-se fundamental para que organizações e lideranças da sociedade civil possam se inserir de maneira qualificada no debate climático.

É preciso incidir sobre a arquitetura de financiamento climático ampliando os recursos para o Sul Global, onde as populações sofrem mais intensamente os efeitos da crise, mas onde também está o potencial para soluções inovadoras, criativas e efetivas para promover adaptação e resiliência.

Essa pauta mobiliza a filantropia independente, isto é, os fundos que integram a Rede Comuá, como também outras redes e parcerias no Sul Global, como a Alianza Socioambiental de Fondos del Sur, que também conta com o Fundo Casa Socioambiental, o Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA) como membros (também da Comuá). Juntas, essas duas redes promovem, na COP 30, a Casa do Sul Global, espaço dedicado à incidência junto à arquitetura do financiamento climático, que se mostra fundamental no contexto atual de redução significativa de recursos oriundos tanto da Cooperação Internacional como da filantropia.

A **Casa do Sul Global** é uma contribuição importante no movimento de repensar a arquitetura financeira para o clima sob outras perspectivas, a partir de comunidades e territórios, e de trazer experiências com mecanismos de financiamento do Sul Global, convidando ao diálogo e à construção de arranjos inovadores para garantir o financiamento para soluções climáticas locais.

Nesse sentido, a iniciativa Comuá pelo Clima, lançada em 2024, traz a experiência única de organizações da filantropia independente doadora para a sociedade civil, que aciona mecanismos eficazes e pouco burocráticos para garantir que os recursos cheguem aonde precisam chegar, apoiando comunidades e territórios em suas soluções. Como parte dessa iniciativa, o posicionamento em fóruns e conferências internacionais sobre financiamento climático é também uma linha de ação estratégica. A COP constitui-se, assim, em um espaço central de incidência dessas organizações doadoras comprometidas com a luta por direitos e pela justiça socioambiental promovida por movimentos e organizações da sociedade civil.

A mudança climática é o grande desafio da humanidade e é preciso garantir que grupos politicamente minorizados, que historicamente têm o acesso a direitos negado, não fiquem para trás nesta discussão. Criar condições para que esses grupos tenham acesso a recursos para implementar suas soluções climáticas nos territórios, além de informações qualificadas para uma incidência mais assertiva e coordenada em espaços de tomada de decisão sobre financiamento climático, é também atuar na redução de desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Nós, da Rede Comuá, estamos certos de que esta publicação tem muito a contribuir nesta luta.

Foto: Ahmad Jarrah





APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO



ACORDOS CLIMÁTICOS E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO: POR QUE O FUNDO CASA INVESTE EM PARTICIPAÇÃO NAS COPs?

Cristina Orpheo

Diretora-executiva do Fundo Casa Socioambiental

O Fundo Casa Socioambiental nasceu para que os recursos cheguem às mãos de quem está na linha de frente da proteção socioambiental. Foi com esse compromisso que, em 2022, tomamos uma decisão estratégica: intensificar nossa atuação nos espaços internacionais de negociação climática. Ao lado de parceiros da filantropia independente e das organizações comunitárias, decidimos construir capacidade institucional sobre o regime climático internacional e marcar presença qualificada nas Conferências das Partes (COPs) da UNFCCC.

Essa decisão não surgiu apenas do desejo de presença. Ela se fundamenta em um diagnóstico claro: as decisões sobre o clima global ainda são tomadas sem a participação proporcional dos povos indígenas, comunidades tradicionais, periferias urbanas e populações do Sul Global. Se queremos transformar a arquitetura do financiamento climático, é preciso ocupar esses espaços, levando a experiência de quem já faz — todos os dias — a transição justa nos territórios.

Entender o que são as COPs, como funcionam e quais temas estão em debate é parte essencial desse processo. As COPs discutem desde mecanismos de financiamento climático até metas de redução de emissões, estratégias de adaptação, justiça climática, transição energética, sistemas alimentares e biodiversidade. São nesses fóruns que se decide, por exemplo, quanto recurso será destinado aos países do Sul Global e em quais condições. Compreender esses temas permite que os grupos comunitários e os fundos que os apoiam atuem com mais precisão e incidência, ampliando sua voz nas arenas onde se define o futuro do planeta.

Sabemos que barreiras econômicas, linguísticas e estruturais muitas vezes impedem que lideranças comunitárias acessem esses espaços. Mas essas barreiras não podem ser justificativas para sua exclusão. É por isso que o Fundo Casa seguirá investindo na construção de estratégias colaborativas que garantam a participação ativa de representantes dos territórios nas próximas COPs. A democratização da presença é também parte da justiça climática que defendemos.

Com essa estratégia, o Fundo Casa passou a atuar em três frentes: a participação ativa nas COPs; o apoio a outros Fundos parceiros e redes da sociedade civil para estarem presentes nesses fóruns; e a realização de jornadas formativas com lideranças comunitárias, representantes de coletivos, movimentos e organizações de base. Nessas jornadas, construímos conhecimento coletivo, ouvimos especialistas e, principalmente, aprendemos com quem carrega a luta em seus territórios. Foram três ciclos de formação desde 2022, que nos inspiraram a construir esta publicação.

A publicação que agora lançamos reúne três anos de aprendizados compartilhados, diálogos e reflexões. Não somos especialistas em clima — somos especialistas em fazer o recurso chegar a quem protege biomas, culturas, modos de vida e alternativas econômicas sustentáveis. E, para isso, precisamos compreender os tratados internacionais, tratados esses que impactam diretamente na vida das comunidades locais, e entender as disputas que ocorrem nas COPs.

Dividida em capítulos temáticos, esta publicação inicia explorando o funcionamento das COPs, o histórico do regime multilateral do clima, os principais acordos internacionais (como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris), os atores e instituições envolvidos, e o papel desempenhado pelo Brasil nas negociações climáticas.

Equipe, parceiros e parceiras do Fundo Casa participam da COP 29 em Baku, no Azerbaijão.

No capítulo seguinte, se debruça sobre as dinâmicas de negociação dentro das COPs, revelando como se formam alianças, como ocorrem os embates políticos e quais são os espaços de influência para os diversos atores. Traçado esse pano de fundo, detalhamos as principais agendas que estruturam o debate climático nas conferências: sistemas alimentares, uso da terra, transição energética, adaptação, biodiversidade, justiça climática, financiamento e participação social — com destaque para as agendas invisibilizadas e a importância da interseccionalidade de gênero, raça e juventudes.

Por fim, no último capítulo, nos voltamos especificamente para a COP 30, apresentando os atores e os temas estratégicos que estarão em disputa. Essa parte também oferece um guia para organizações da sociedade civil e da filantropia que pretendem se preparar, se credenciar e incidir no evento de forma estratégica, segura e coordenada.

O objetivo deste material é contribuir com a formação e incidência de sujeitos políticos para que intervenham nas negociações climáticas com pertencimento e articulação coletiva.

Agradecemos às muitas pessoas que caminharam conosco até aqui: lideranças comunitárias, representantes de redes como a Rede Comuá e a Alianza Fondos del Sur, especialistas que compartilharam sua experiência e visão crítica sobre o regime climático. Esta publicação é um convite à ação: que mais organizações do Sul Global, da filantropia independente e dos territórios se apropriem dos espaços de decisão global. Porque justiça climática só será possível com justiça na distribuição dos recursos — e com vozes do território influenciando as decisões globais.

Boa leitura!

Foto: Acervo Fundo Casa





ENTENDENDO AS COPs: DEFINIÇÃO E CONTEXTO



As Conferências das Partes (COPs) são, do ponto de vista formal, encontros em que os países que participam (denominados Países Partes) de diversos tratados internacionais envolvendo obrigações legais de fazer, e nos quais são tomadas as decisões sobre estratégias e medidas para implementação, inclusive sobre eventuais emendas e novos acordos sobre o tema. As COPs funcionam como os principais espaços de negociação internacional, reunindo representantes de governos, a sociedade civil, o setor privado e cientistas, para discutir os compromissos, as oportunidades e necessidades inerentes à implementação dos objetivos dos acordos. Juntamente com as reuniões formais dos órgãos e Países Partes do tratado internacional, ocorrem também eventos denominados de eventos paralelos, que podem influenciar o curso das negociações e decisões.

² Também é utilizada a expressão de regime multilateral, para um ou mais tratados vinculantes sobre um determinado tema e objetivo.

Todo tratado internacional com obrigações legalmente vinculantes tem a sua COP e para cada uma delas se estabelece a periodicidade e demais regras de funcionamento e de governança para sua implementação². Os tratados vinculantes dependem, do ponto de vista do direito internacional, da ratificação de cada país, para que possa produzir efeitos legais em seu território. A ratificação é um processo definido no âmbito da legislação nacional e serve como uma “confirmação” de que o país se comprometeu a cumprir o acordo multilateral.

O regime multilateral de mudanças do clima compreende a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris. A UNFCCC foi negociada entre 1991 e 1992 e passou a vigorar internacionalmente em 1994; o Protocolo de Quioto foi negociado entre 1995 e 1997 e passou a vigorar em 2005; a negociação do Acordo de Paris foi concluída em 2015 e ele entrou em vigor no ano seguinte (para os países que o haviam ratificado).

³ Por exemplo, os Estados Unidos não participam do Protocolo de Quioto e em 2025 o governo americano anunciou que vai se retirar do Acordo de Paris.

Cada um desses três tratados vinculantes do regime multilateral de mudanças do clima tem a sua instância máxima de decisão, ou seja, sua própria COP. Entretanto, na prática, a COP da UNFCCC tem momentos em que funciona como a instância decisória do Acordo de Paris e/ou do Protocolo de Quioto, pois cada um dos três tratados tem Partes (países) distintas³.

As COPs do regime multilateral de mudanças do clima têm sido essenciais para a construção da governança climática internacional, buscando garantir a cooperação entre países para enfrentar os desafios associados ao aquecimento global.

As COPs relacionadas a outros tratados lidam com a implementação de regimes multilaterais nos temas de biodiversidade e desertificação, por exemplo, mas seria fundamental que existisse uma melhor articulação e integração desses processos no âmbito da governança ambiental global.

Este capítulo explora a importância das COPs dentro do regime multilateral do clima, analisando como elas funcionam, a sua evolução histórica e os principais acordos que as sustentam. Além disso, discutiremos os desafios que essas conferências enfrentam para garantir compromissos eficazes na luta contra a crise climática e como elas se inserem no cenário geopolítico global.


O QUE É O REGIME MULTILATERAL DO CLIMA?

A crise ambiental global⁴ é um fenômeno multifacetado e interconectado, resultante da soma de processos históricos e contemporâneos envolvendo desde padrões insustentáveis de produção e consumo até desigualdades sociais e ambientais. O aumento das temperaturas médias globais, eventos climáticos extremos (cada vez mais frequentes e intensos), a acidificação dos oceanos e a perda acelerada da biodiversidade são algumas das expressões dessa crise ambiental global. No entanto, suas causas e impactos não se distribuem de maneira uniforme: países historicamente responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa (GEE) não são necessariamente os mais vulneráveis aos seus efeitos. Povos indígenas, comunidades tradicionais, populações do Sul Global e minorias políticas estão entre os grupos mais atingidos, ainda que tenham contribuído pouco para a intensificação do problema.

Diante desse cenário, o enfrentamento da crise climática não pode ser tratado apenas no âmbito nacional ou de acordo com lógicas isoladas. As mudanças climáticas são, por definição, transnacionais: emissões liberadas em um país afetam todo o planeta, não obstante as fronteiras. Portanto, qualquer iniciativa voltada para mitigar os impactos da crise climática demanda uma abordagem sistêmica e multilateral, baseada na cooperação entre Estados, setores econômicos, sociedade civil e populações locais. Nenhum país, por mais poderoso que seja, pode resolver a crise climática de forma independente, assim como nenhuma solução será eficaz se não considerar a justiça climática e a diversidade de contextos socioambientais.

O multilateralismo climático, construído a partir de tratados e acordos internacionais, é uma tentativa de estruturar esse enfrentamento global, reconhecendo que a ação coletiva e coordenada é a única resposta viável para um desafio de escala planetária.

⁴ A crise ambiental global envolve a crise do clima, a crise da perda e degradação da biodiversidade e a crise da poluição. Para saber mais, consulte: <https://www.unep.org/news-and-stories/speech/law-shield-against-triple-planetary-crisis#>



A ORIGEM DO REGIME MULTILATERAL DO CLIMA E AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Diante do panorama climático global, faz-se evidente a necessidade de uma governança adequada e internacional para lidar com as mudanças climáticas. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), começou a consolidar-se a ideia de que a degradação ambiental não era apenas a ocorrência de problemas locais, mas sim questões globais que exigiam uma abordagem cooperativa entre os países. Esse período marcou o início do reconhecimento do meio ambiente como um tema de relevância política e diplomática no cenário internacional.

Nos anos 1980, o avanço das pesquisas científicas reforçou a compreensão de que as emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE) estavam diretamente relacionadas ao aquecimento global. Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988, forneceram as primeiras bases científicas consolidadas sobre os impactos das emissões antrópicas⁵ no clima. Esses estudos influenciaram diretamente a formulação de políticas internacionais e impulsionaram a criação de uma estrutura legal para a governança climática global.

O marco fundamental desse regime multilateral aconteceu em 1992, com a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como a Cúpula da Terra ou Rio-92, no Rio de Janeiro (este tema será aprofundado mais adiante nesta publicação).

⁵ As emissões antrópicas de gases de efeito estufa são aquelas resultantes de atividades humanas, como a mineração, a exploração e o uso de combustíveis fósseis, entre outras. Trata-se, portanto, não de uma responsabilidade difusa atribuída genericamente aos “seres humanos”, mas de processos ligados a ações e omissões estruturais de sociedades — como Estados, corporações e sistemas econômicos específicos.

A convenção estabeleceu um compromisso inicial entre os países para estabilizar as concentrações de GEE na atmosfera, reconhecendo a responsabilidade diferenciada entre países do Norte global e do Sul global. Esse princípio, chamado de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, tem se mostrado fundamental nas negociações climáticas subsequentes.

Desde então, o regime multilateral do clima se expandiu por meio de tratados e acordos adicionais, como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015), refletindo as mudanças na dinâmica política e econômica global. Apesar dos avanços institucionais, a implementação das medidas acordadas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente em função das desigualdades entre os países no acesso ao financiamento climático e tecnologias para a transição energética.

As negociações climáticas ocorrem no âmbito das Conferências das Partes (COPs), reuniões anuais da UNFCCC que reúne representantes dos países membros para avaliar o progresso dos tratados climáticos e negociar novas metas e compromissos. Essas conferências são o espaço central para a formulação de políticas climáticas globais e envolvem a participação de governos, organizações da sociedade civil, cientistas, empresas e outros atores estratégicos na governança do clima.

Além das COPs, as negociações climáticas são realizadas por meio de órgãos subsidiários que desempenham funções específicas. O Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA) fornece suporte técnico e científico para embasar as decisões políticas, enquanto o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI) monitora o cumprimento dos acordos e propõe mecanismos para sua efetivação. Esses órgãos têm um papel fundamental na operacionalização dos compromissos assumidos nas COPs.

Outro elemento-chave nas negociações climáticas é a formação de blocos de países para negociarem, em conjunto, a defesa de interesses comuns. Entre os principais blocos estão o G77 + China, que representa os países em desenvolvimento⁶; a União Europeia, que atua de forma unificada nas negociações; a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que pressiona por ações mais ambiciosas devido à sua vulnerabilidade aos impactos climáticos; e o grupo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), que reivindica maior apoio financeiro e tecnológico para adaptação.

Além dos governos, diversos atores não estatais influenciam as negociações, como organizações da sociedade civil, grupos indígenas, empresas e instituições financeiras. A presença desses atores é fundamental para articular ações de incidência e pressionar os Estados a adotar compromissos mais ambiciosos, bem como para garantir a implementação de políticas climáticas mais justas e eficazes. Apesar dos avanços obtidos nas COPs, a efetividade das negociações ainda é limitada por divergências políticas e econômicas entre os países, além da resistência de alguns setores econômicos à transição para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis.

⁶ A classificação “países em desenvolvimento” é um termo amplamente utilizado em negociações internacionais, mas a sua definição não é consensual e pode variar conforme o contexto. No âmbito das Nações Unidas e das Conferências das Partes (COPs), essa expressão se refere a países que historicamente enfrentam desafios estruturais e econômicos decorrentes de assimetrias globais, muitas vezes relacionadas ao colonialismo e à divisão internacional do trabalho. No entanto, a categoria é contestada por sua imprecisão, pois engloba realidades muito distintas entre si, desde grandes economias emergentes até países com baixos índices de desenvolvimento humano.

O QUE SÃO E QUAIS OS PRINCIPAIS TRATADOS INTERNACIONAIS?

A governança climática global vem sendo construída ao longo das últimas décadas por meio de tratados internacionais que buscam estabelecer compromissos para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e tratar os impactos das mudanças do clima. Esses acordos refletem os desafios políticos e econômicos envolvidos na ação climática, abarcando desde compromissos iniciais voluntários até metas mais ambiciosas e vinculantes. Embora sejam marcos importantes, a efetividade desses tratados depende da adesão e implementação por parte dos países signatários, além de mecanismos de financiamento e monitoramento.

O primeiro grande tratado internacional sobre mudança climática foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), assinada em 1992 e ratificada por 197 países. A convenção não estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões, mas criou o arcabouço institucional para futuras negociações climáticas. Seu principal avanço foi o reconhecimento das responsabilidades diferenciadas entre “países desenvolvidos e em desenvolvimento” - países do Norte global e do Sul global, respectivamente -, com fundamento na ideia de que os países industrializados têm maior responsabilidade histórica pela crise climática.



O Protocolo de Quioto, adotado em 1997 e vigente desde 2005, foi o primeiro tratado a estabelecer metas obrigatórias de redução de emissões de GEE para países do Norte Global. O Protocolo introduziu mecanismos de mercado, como o Comércio de Emissões e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitiam que os países cumprissem parte de suas metas investindo em projetos sustentáveis em países do Sul Global⁷. No entanto, o protocolo enfrentou dificuldades consideráveis, como a recusa dos Estados Unidos a ratificá-lo e a saída do Canadá em 2011, o que enfraqueceu a sua efetividade.

Diante das resistências ao Protocolo de Quioto, as negociações avançaram para um novo acordo mais abrangente: o Acordo de Paris, adotado em 2015, durante a COP 21. Embora a Convenção-Quadro de 1992 tenha definido compromissos para todos os países, este tratado representou um marco na governança climática, pois os redefiniu de acordo com o nível de desenvolvimento ou industrialização. Seu objetivo principal é limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C, se possível limitando-o a 1,5°C⁸. Para isso, cada país deve apresentar as suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), que são revisadas e atualizadas periodicamente para garantir uma maior ambição climática.

⁷ O MDL teve a possibilidade de “compensar” as emissões do Norte (dos países do Anexo 1) com os demais países. O “comércio de emissões” foi regulamentado para servir somente entre os países do Anexo 1.

⁸ Esse limite foi estabelecido com base em evidências científicas sobre os impactos das mudanças climáticas. Esses valores representam o aumento médio da temperatura global em relação aos níveis pré-industriais (1850-1900). Estudos do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) indicam que ultrapassar 1,5°C pode produzir impactos climáticos consideravelmente mais severos, inclusive eventos extremos mais frequentes, elevação do nível do mar e danos irreversíveis a ecossistemas e comunidades vulneráveis. A meta não se refere a variações anuais, mas ao aquecimento acumulado ao longo do século XXI.

Apesar de ser um avanço diplomático, o Acordo de Paris também enfrenta desafios na sua implementação, especialmente no que se refere ao financiamento climático. O compromisso de destinar US\$100 bilhões anuais, definido na COP 15 em Copenhague, para ajudar países em desenvolvimento na adaptação e mitigação, ainda não foi totalmente cumprido e as lacunas na regulamentação dos mecanismos do mercado de carbono geram incertezas. A COP 26, realizada em Glasgow, em 2021, e a COP 27, realizada no Egito em 2022, buscaram fortalecer essas diretrizes, mas os avanços ainda são limitados pela falta de consenso entre as maiores economias do mundo.

A COP 26, realizada em Glasgow, Escócia, (2021), foi considerada uma conferência decisiva para a implementação do Acordo de Paris, especialmente no que se refere ao cumprimento das metas de redução de emissões de GEE e ao financiamento climático. Um dos principais resultados da conferência foi o Pacto Climático de Glasgow, que enfatizou a necessidade de acelerar a ação climática e fortalecer os compromissos nacionais (NDCs) até 2030. Pela primeira vez na história das COPs, o texto final fez referência explícita à necessidade de “reduzir gradualmente” o uso de carvão, o combustível fóssil mais poluente. No entanto, essa formulação foi atenuada nos últimos momentos das negociações devido à pressão de países como China e Índia, que dependem fortemente do carvão para sua matriz energética e economias.

Outro tema central da COP 26 foi o financiamento climático. Os países desenvolvidos reafirmaram o compromisso de mobilizar US\$100 bilhões anuais para apoiar nações em desenvolvimento no processo de adaptação e mitigação, mas sem apresentar um plano claro para o cumprimento dessa meta - que já deveria ter sido alcançada em 2020. Além disso, houve avanços na regulamentação dos mercados de carbono, com a criação de diretrizes para o Artigo 6 do Acordo de Paris, que estabelece mecanismos para a troca de créditos de carbono entre países.

No entanto, a efetiva implementação desse sistema continua sendo um desafio, devido a preocupações com a integridade ambiental e a possibilidade de “greenwashing” (maquiagem verde)⁹ por parte de empresas e governos.

⁹ Ver glossário no final da publicação.

A COP 27, realizada em Sharm El-Sheikh, Egito, em 2022, foi marcada por uma agenda mais voltada à justiça climática e ao financiamento para países vulneráveis. A maior conquista da conferência foi a criação do Fundo para Perdas e Danos, um mecanismo histórico que reconhece a necessidade de compensação financeira para países que já sofrem com impactos severos da crise climática, como países insulares e outros com regiões ameaçadas pela elevação do nível do mar e comunidades devastadas por eventos climáticos extremos.

A criação desse fundo foi uma vitória para os países em desenvolvimento, blocos como a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e o Grupo dos 77 + China, que há décadas pressionavam por essa medida.

No entanto, detalhes cruciais sobre a sua operacionalização, como fontes de financiamento e governança, ainda precisam ser definidos.

Apesar desse avanço, a COP 27 não conseguiu impulsionar novos compromissos ambiciosos para reduzir emissões. Muitos países chegaram à conferência sem atualizar suas NDCs, e o texto final não trouxe avanços significativos na transição energética, mantendo um texto vago sobre a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Um dos principais pontos de tensão foi a resistência de grandes produtores de petróleo e gás, como Arábia Saudita e Rússia, a qualquer menção mais firme à eliminação gradual desses combustíveis. Além disso, enquanto a COP 26 havia avançado na questão da eliminação do carvão, a COP 27 não conseguiu ampliar esse compromisso para outros combustíveis fósseis.

Outro fator que limitou os avanços na COP 27 foi a falta de consenso entre as maiores economias do mundo, como Estados Unidos, China e União Europeia, especialmente diante da crescente rivalidade geopolítica entre Washington e Pequim. Embora ambas as potências sejam essenciais para o sucesso do Acordo de Paris, o diálogo climático entre elas foi prejudicado por tensões políticas e comerciais, tornando mais difícil alcançar compromissos conjuntos mais ambiciosos. A guerra na Ucrânia também teve impacto indireto nas negociações, com muitos países priorizando a segurança energética em detrimento da transição para fontes renováveis.



Em resumo, as COPs 26 e 27 demonstraram tanto os avanços quanto as limitações das negociações climáticas globais. Enquanto Glasgow consolidou diretrizes para a implementação do Acordo de Paris, Sharm El-Sheikh representou um avanço histórico na justiça climática com a criação do Fundo para Perdas e Danos. No entanto, a falta de compromissos mais ambiciosos com a redução de emissões e a resistência de países dependentes de combustíveis fósseis continuam sendo obstáculos para uma ação climática eficaz. O sucesso dessas iniciativas dependerá da capacidade dos países de transformar promessas em ações concretas e de superar as barreiras políticas e econômicas que ainda travam a transição para uma economia de baixo carbono.

Já em 2023, a COP 28, realizada em Dubai, marcou um avanço simbólico ao reconhecer pela primeira vez, em decisão oficial, a necessidade de transição para outras fontes de energia diferentes dos combustíveis fósseis. Além disso, concluiu-se o primeiro Balanço Global do Acordo de Paris, com destaque para os compromissos multilaterais no sentido de triplicar a capacidade de energias renováveis e dobrar a eficiência energética até 2030. Já em 2024, a COP 29, em Baku, enfocou o financiamento climático, com a promessa de US\$ 300 bilhões anuais até 2035 para países do Sul Global, além de avançar na regulamentação dos mercados de carbono.

Ainda assim, os acordos multilaterais do clima desempenham um papel fundamental ao fornecer um arcabouço institucional que mantém a questão climática na agenda internacional. Sem essas negociações, a ação climática global ficaria ainda mais fragmentada e subordinada a interesses nacionais imediatistas. A estrutura criada pelo Acordo de Paris, ao permitir revisões periódicas das **Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)**, incentiva o aumento gradual da ambição climática, mesmo que os avanços sejam desiguais entre os países. Além disso, a pressão da sociedade civil e de atores não estatais dentro das COPs tem sido um fator essencial para garantir que temas como justiça climática, perdas e danos e transição energética justa avancem, ainda que lentamente.

No entanto, os limites do multilateralismo climático ficam evidentes quando se observa a dificuldade em garantir **mecanismos de cumprimento efetivos**, a carência de compromissos vinculantes para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e a falta de transparência na operacionalização do financiamento climático. O sucesso do regime climático internacional depende não apenas das negociações diplomáticas, mas da capacidade dos países e outros atores globais de transformar promessas e compromissos em ações concretas e urgentes em cada nação. Diante da crescente emergência climática, o multilateralismo precisa evoluir para garantir maior responsabilização e ação coletiva eficaz, sob pena de se tornar um espaço de reiteradas promessas sem mudanças estruturais reais.



Linha do Tempo dos Principais Acordos Climáticos Vinculantes e Compromissos Políticos (voluntários):

1992

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

Estabelece o compromisso global de enfrentar as mudanças climáticas.

1997

Protocolo de Quioto (Adotado na COP 3, entrou em vigor em 2005)

Primeiro acordo vinculante para redução de emissões antrópicas de gases de efeito estufa (GEE) por países industrializados.

Definiu metas específicas só para países do Norte Global.

2009

COP de Copenhague (COP15)

O Acordo de Copenhague foi o nome dado a um pacto não vinculante legalmente, mas que reconheceu a necessidade de limitar o aquecimento global a 2°C. A COP fracassou no objetivo proposto de estabelecer um novo tratado com obrigações legais para todos os países.

Estabeleceu um compromisso de financiamento climático de US\$ 100 bilhões anuais até 2020.

2015

COP 21 institui o Acordo de Paris (entrou em vigor em 2016)

Compromisso global para manter o aquecimento abaixo de 2°C, fazendo o possível para limitar a 1,5°C.

Baseado nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) apresentadas pelos países.



2021

COP 26 em Glasgow (COP 26)

Pacto de Glasgow com “promessas” (pledges) e metas para financiamento, limitação de emissões de metano, entre outros compromissos voluntários.

2022

COP 27

Primeira menção explícita à necessidade de redução do uso de carvão.

Reafirma a meta de 1,5°C e destaca o financiamento climático.

2023

COP 28 em Dubai

As decisões são apresentadas como o Consenso dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e é reconhecida a necessidade de transição dos combustíveis fósseis.

Introduz compromissos mais firmes para triplicar as energias renováveis até 2030.

2024

COP 29 em Baku

Estabelece uma nova meta de financiamento climático de US\$ 300 bilhões anuais até 2035, substituindo o compromisso anterior de US\$ 100 bilhões.

Avança nas regras de funcionamento dos mercados globais de carbono, com diretrizes para transparência e integridade ambiental.

COPs, ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS, BLOCOS DE PAÍSES E ATORES-CHAVE

Uma vez compreendido o panorama geral em torno das COPs, torna-se essencial um aprofundamento sobre a arquitetura das negociações climáticas internacionais - que envolve uma complexa rede de instituições, fóruns e atores que desempenham diferentes papéis na formulação e implementação de políticas ambientais globais.

Além das sessões plenárias, seja as de Chefes de Governo e de Estado e/ou de diplomatas e técnicos dos Países Partes, há uma série de reuniões: de órgãos subsidiários que prestam suporte técnico; de blocos de países que negociam de forma coletiva, e encontros de atores-chave, que influenciam as decisões políticas e econômicas relacionadas ao clima.

As COPs de mudanças do clima são realizadas anualmente desde 1995. Durante as COPs, os países reavaliam seus compromissos, negociam novas metas e discutem questões como financiamento climático, transição energética e medidas de adaptação. O ritmo das negociações, no entanto, é frequentemente afetado por interesses divergentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, além das pressões exercidas por atores não estatais, como a sociedade civil e o setor privado. Outro fator relevante é que, em geral, as decisões no contexto das COPs são tomadas por consenso, o que torna lento o avanço na implementação dos tratados.

Para garantir a continuidade e a operacionalização das decisões tomadas nas COPs, existem órgãos técnicos e grupos de trabalho que auxiliam o processo de negociação.

Os dois órgãos subsidiários são o Órgão Subsidiário de Implementação (SBI), responsável por monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos países e por desenvolver estratégias para melhorar sua implementação, e o Órgão Subsidiário de Assessoria Científica e Tecnológica (SBSTA), que fornece suporte técnico e científico com base nos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).



No âmbito das negociações climáticas, os países não negociam isoladamente, mas geralmente se organizam em blocos que defendem interesses comuns, como o G77 + China e outros já mencionados anteriormente. A União Europeia (UE) negocia como um bloco único e geralmente exerce papel de liderança na formulação de compromissos ambiciosos. Alguns outros blocos importantes são o Grupo da África, o Grupo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), que busca promover um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e compromissos climáticos.

Além dos governos nacionais, observa-se uma crescente participação de atores não estatais nas negociações climáticas. Organizações da sociedade civil, povos indígenas, movimentos juvenis e empresas desempenham papéis relevantes nas COPs, ao apresentar abordagens diferenciadas, por exemplo, dos temas de justiça ambiental e de transição justa, divulgar pesquisas e relatórios sobre os impactos e causas das mudanças do clima, e pressionar por compromissos mais ambiciosos. Redes como a **Climate Action Network (CAN)** e o Indigenous Peoples' Caucus levam as demandas da sociedade civil para dentro das negociações, enquanto iniciativas como a Race to Zero¹⁰ mobilizam o setor privado a assumir compromissos voluntários de descarbonização. Nos últimos anos, o envolvimento de cidades e governos locais também vêm se intensificando, com redes como o **C40 Cities** promovendo ações concretas em nível subnacional.

¹⁰ *Race to Zero* é uma campanha global lançada pela ONU em 2020 com o objetivo de mobilizar governos, empresas, cidades, instituições financeiras e outras organizações para **atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050**. A iniciativa busca alinhar compromissos climáticos com base na ciência, garantindo que as ações tomadas sejam transparentes, mensuráveis e compatíveis com a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme estabelecido no Acordo de Paris. Os participantes devem seguir critérios rigorosos, incluindo a definição de metas ambiciosas, a implementação de planos concretos e a prestação de contas periódicas sobre seus avanços na descarbonização.

O papel das grandes economias, como Estados Unidos, China e União Europeia, também é determinante para o sucesso ou fracasso das negociações. Os Estados Unidos, por exemplo, oscilaram entre compromissos e retrocessos climáticos, saindo do Acordo de Paris no primeiro governo Trump, retornando no governo Biden e voltando a sair no início do segundo mandato do atual presidente estadunidense. A China, maior emissora global, tem ampliado seus investimentos em energias renováveis, mas ainda depende de combustíveis fósseis. A União Europeia tem liderado a transição verde, com políticas como o Pacto Verde Europeu, que busca zerar emissões líquidas até 2050. O embate entre esses grandes atores reflete disputas geopolíticas mais amplas, que influenciam a viabilidade de acordos mais ambiciosos.

Apesar dos desafios, a pressão de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais tem sido um dos principais impulsionadores de avanços nas COPs. A presença de ativistas climáticos como Greta Thunberg e redes globais como a **Fridays for Future** tem amplificado a urgência da ação climática, expondo contradições e cobrando compromissos mais concretos dos governos. A luta por justiça climática, que inclui reparações históricas, reconhecimento de dívidas ecológicas e financiamento para países mais vulneráveis, tem ganhado força, tornando-se um tema central das negociações. Nesse sentido, as COPs não são apenas espaços de negociação entre Estados, mas também arenas de disputa política, nas quais diferentes visões de futuro colidem e se reconfiguram.

Nos últimos anos, as atividades realizadas durante as COPs da UNFCCC ocorrem em duas grandes zonas: a **Zona Azul**, onde ocorrem as negociações formais entre os países signatários, com a presença e eventos de organizações observadoras, e a **Zona Verde**, um espaço aberto ao público, onde se realizam eventos paralelos organizados por organizações da sociedade civil, universidades e empresas (este tema será aprofundado adiante).

Essas divisões ilustram a complexidade da governança climática, na qual a diplomacia internacional coexiste com a mobilização da sociedade civil e do setor privado, cada um buscando influenciar os rumos das negociações climáticas globais. O acesso à Zona Azul requer o credenciamento prévio junto ao secretariado do regime multilateral, enquanto as atividades na Zona Verde dispensam esse procedimento.





ORIGEM E TRAJETÓRIA DAS COPs: DA ECO 92 À COP 30

A história das Conferências das Partes (COPs) também está associada ao avanço da governança ambiental global e à crescente necessidade de tratados ambientais internacionais robustos.

Os acordos multilaterais ambientais surgiram com a ampliação das discussões globais sobre o meio ambiente, que começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 1970. Certamente, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, realizada em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia, é um marco, dada a crescente preocupação com os impactos do desenvolvimento industrial sobre os ecossistemas e a natureza, que vinham sendo divulgados nos anos que a antecederam. O período foi marcado por uma intensificação dos debates sobre os limites da exploração de recursos naturais e os efeitos negativos do modelo econômico baseado no crescimento ilimitado. A rápida industrialização pós-guerra levou a um aumento significativo da degradação ambiental, impulsionado pelo consumo acelerado de energia fóssil, pelo desmatamento para expansão agropecuária - especialmente da pecuária industrial - e pelo lançamento indiscriminado de poluentes industriais nos solos, rios e atmosfera.

As primeiras iniciativas globais para tratar da crise ecológica emergente ocorreram em um momento de contradição histórica, no qual as nações do Norte Global, especialmente as nações europeias e os Estados Unidos, desfrutavam de uma prosperidade econômica sem precedentes, enquanto os países do Sul Global lidavam com as consequências do extrativismo e do (neo)colonialismo. Esse cenário impulsionou a publicação de relatórios que alertavam para o colapso dos recursos naturais caso o ritmo do crescimento econômico continuasse de forma irrestrita. Um desses estudos, o relatório Limites do Crescimento, divulgado no início da década de 1970, apontava os problemas da degradação ambiental, notadamente no Norte Global, e recomendava a mudança do estilo de desenvolvimento, especialmente em países do Sul Global.

O primeiro grande marco da governança ambiental internacional foi a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse evento

consolidou a preocupação global com a degradação ambiental e estabeleceu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), voltado à formulação de políticas ambientais internacionais. No entanto, a conferência evidenciou um dilema, que persistiria ao longo das décadas seguintes: enquanto as nações do Norte Global pressionavam por regulamentações ambientais mais rígidas, os países do Sul Global argumentavam que essas medidas poderiam limitar seu desenvolvimento econômico e aprofundar as desigualdades globais. Essa tensão entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico dentro de um cenário de disparidade geopolítica continua a ser um dos desafios centrais das COPs.

No âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92 ou ECO-92), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foram estabelecidas três convenções internacionais legalmente vinculantes: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD). Essas convenções definiram compromissos globais para a formulação de políticas nacionais e ações de cooperação internacional voltadas ao enfrentamento das causas e impactos das crises socioambientais.

O evento reuniu representantes de 175 países e resultou também em documentos orientadores, como a Agenda 21 e a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que, embora não vinculantes, influenciaram fortemente a governança ambiental internacional. A RIO-92 consolidou uma base institucional e normativa que orienta, até hoje, a arquitetura multilateral do clima e da biodiversidade, tendo desdobramentos importantes em tratados posteriores, como o Protocolo de Quioto (1997) e o Acordo de Paris (2015), ambos vinculantes no âmbito da UNFCCC.¹¹

¹¹ Para mais informações, ver: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>

A **COP 3** (Japão/Quioto, 1997) da UNFCCC ficou marcada pela adoção do Protocolo de Quioto, um acordo climático importante, pois estabeleceu metas obrigatórias de redução das emissões de gases de efeito estufa em países industrializados, reconhecendo que essas nações eram historicamente as principais responsáveis pelo aumento das temperaturas globais. Entretanto, o acordo não impunha as mesmas obrigações aos países em desenvolvimento, o que gerou críticas e resistências. Os Estados Unidos, sob a administração de George W. Bush, recusaram-se a ratificar o protocolo, alegando que ele prejudicaria a sua economia e beneficiaria países emergentes como China e Índia. O Protocolo de Quioto entrou em vigor apenas em 2005, quando a Rússia o ratificou, permitindo que fosse cumprido o requisito mínimo de participação de países responsáveis por pelo menos 55% das emissões antrópicas globais de gás carbônico. Ainda assim, o tratado enfrentou desafios na sua implementação e não conseguiu reverter a trajetória crescente das emissões antrópicas globais.

A **COP 15** (Copenhague, 2009) representou um dos momentos mais conturbados da diplomacia climática. Esperava-se que essa conferência resultasse em um novo tratado climático internacional, que fosse além das metas do primeiro período (2007-2012) do Protocolo de Quioto e estabelecesse compromissos obrigatórios para todos os países, incluindo aqueles em desenvolvimento. No entanto, a conferência não conseguiu produzir um acordo vinculante, resultando apenas no Acordo de Copenhague, um documento sem efeito legal, que sugere limitar o aquecimento global a 2°C acima dos níveis pré-industriais. O fracasso dessa COP gerou grande frustração e demonstrou a dificuldade de alinhar os interesses divergentes entre países ricos e pobres.

A **COP 21** (Paris, 2015) foi um marco na governança climática, pois resultou na adoção do Acordo de Paris. Diferente do Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris estabeleceu um modelo flexível, baseado no compromisso de cada país em apresentar Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ou seja, metas de redução de emissões de acordo com as suas realidades econômicas e sociais. O principal objetivo do acordo é manter o aumento da temperatura global bem abaixo de 2°C, se possível mantendo-o em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Apesar de ser considerado um avanço diplomático, o Acordo de Paris também recebeu críticas, pois não estabelece mecanismos punitivos para os países que descumprirem as suas metas climáticas, que seguem dependendo da pressão internacional e da boa vontade política dos governos.

Os dados disponibilizados pela UNFCCC evidenciam desigualdades persistentes em termos da participação nas Conferências das Partes, com uma predominância significativa de representantes provenientes da Europa Ocidental e de outros países do Norte Global.

Mesmo em edições sediadas no Sul Global, como a COP 27 (Egito) e a COP 28 (Emirados Árabes Unidos), os participantes oriundos da Europa Ocidental representaram, respectivamente, 55% e 50% do total de observadores registrados. Em contraste, os Estados africanos responderam por apenas 11% na COP 27 e 17% na COP 28; os da América Latina e Caribe, por 9% e 7%; e os da Ásia-Pacífico, por 14% e 24%. Esses dados mostram que países africanos, asiáticos, latino-americanos e caribenhos permanecem sub-representados mesmo quando sediam as conferências, evidenciando assimetrias estruturais na distribuição do poder de observação e influência nas negociações climáticas (UNFCCC, 2024).

A composição das organizações credenciadas segue a mesma lógica. Na COP 29, por exemplo, 63% das organizações eram provenientes da Europa Ocidental. Em todas as COPs entre 2020 e 2024, a participação de organizações de países europeus esteve consistentemente acima dos 63%. Em termos de equidade de gênero, no entanto, a COP 29 registrou um dado positivo: 58,6% das intervenções realizadas por ONGs foram feitas por mulheres. Ainda que esse indicador represente um avanço importante, não se deve ignorar os desequilíbrios regionais persistentes que limitam a diversidade real e a justiça na governança climática internacional (UNFCCC, 2024).

No entanto, cabe destacar que estas COPs foram (e ainda são) marcadas por desigualdades de gênero e raça no que diz respeito à participação. Nas COPs, a participação de mulheres em posições de tomada de decisão é historicamente reduzida. Nos primeiros anos, as negociações climáticas eram conduzidas majoritariamente por homens cisgênero brancos¹², enquanto as vozes de mulheres, povos indígenas e comunidades tradicionais eram sistematicamente marginalizadas. Apenas a partir dos anos 2000, houve uma maior inserção de mulheres em papéis estratégicos, devido em grande parte à pressão de movimentos feministas e ambientais. Um dos nomes centrais foi Christiana Figueres, secretária-executiva da UNFCCC entre 2010 e 2016, que teve papel fundamental na articulação do Acordo de Paris. Além dela, outras duas mulheres também ocuparam a Secretaria Executiva da UNFCCC: Patricia Espinosa (2016–2022) e Joke Waller-Hunter (2002–2005), demonstrando que houve avanços, embora pontuais, na representatividade institucional.

Nas negociações internacionais, especialmente no processo de preparação e implementação das COPs, os grupos de trabalho, comitês *ad hoc* e demais instâncias costumam ser copresididos por representantes do Norte Global e do Sul Global — e, nos últimos anos, vem-se observando um esforço crescente para garantir equilíbrio de gênero nessas lideranças.

No âmbito científico, várias mulheres também vêm ocupando posições de destaque nos painéis internacionais. A brasileira Thelma Krug, por exemplo, foi copresidente da Força-Tarefa do IPCC sobre Inventários Nacionais de Gases de Efeito Estufa de 2002 a 2015, e atuou como vice-presidente do IPCC entre 2015 e 2022. Ela também integra o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e é reconhecida internacionalmente por sua contribuição técnica às negociações climáticas multilaterais.

¹² Para mais informações, consulte:

1) WEDO (Women's Environment and Development Organization). (2021). *Toward a Feminist Climate Agenda*. Disponível em: <https://wedo.org>

2) Morrow, O., & GenderCC – Women for Climate Justice. (2021). "Climate Negotiations and Gender: Unequal Participation and Representation."


3) Khalaf, C. & Bell, S. (2020). "Diversity and inclusion in climate negotiations: Is the UNFCCC process representative?" In: *Climate Policy*, 20(4), 497–507.

Apesar desses avanços, alguns importantes desafios persistem para a superação das desigualdades de gênero e raça na governança climática global, que refletem dinâmicas mais amplas de exclusão política, epistêmica e econômica. Ainda que na COP 29, por exemplo, mais de 58% das intervenções verbais feitas por representantes de ONGs tenham sido realizadas por mulheres — segundo dados divulgados pela própria UNFCCC —, a distribuição do poder decisório segue marcada por assimetrias estruturais.

Distribuição de gênero entre os palestrantes de intervenções de ONGs na COP 29



Nesse sentido, a **COP 30** poderá ser um momento histórico para a diplomacia climática, pois será a primeira Conferência sediada na Amazônia, oferecendo uma oportunidade de amplificação das vozes dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Movimentos indígenas reivindicam a copresidência do evento, argumentando que a Amazônia e seus habitantes devem ocupar o centro das decisões sobre seu próprio território. Entretanto, os desafios permanecem. Há preocupações de que a COP 30 possa ser utilizada como estratégia de greenwashing, sem mudanças estruturais reais. Além disso, a influência do agronegócio, do segmento e empresas de combustíveis fósseis, inclusive do Brasil, e de outros setores econômicos que exploram o meio ambiente pode limitar os avanços esperados.



O PAPEL DO BRASIL NAS COPs: HISTÓRICO, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS NA POLÍTICA AMBIENTAL E NO FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Diante desse panorama, torna-se interessante observar a participação do Brasil nesse cenário complexo. O Brasil tem desempenhado um papel fundamental nas COPs, tanto na construção de acordos internacionais quanto na implementação de políticas ambientais nacionais. Desde a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, o país tem sido um ator central nas discussões sobre mudanças climáticas e conservação ambiental. Como uma das maiores economias emergentes e território que contém aproximadamente 60% da Floresta Amazônica, o Brasil ocupa um lugar estratégico nas negociações climáticas e de biodiversidade, especialmente no que se refere à conservação florestal, ao uso da terra e à transição energética.

Historicamente, o Brasil tem conciliado dois papéis paradoxais nas COPs: como impulsionador de conservação ambiental e, simultaneamente, grande produtor agropecuário e exportador de commodities. Isso se reflete em uma diplomacia climática que diz buscar o equilíbrio entre compromissos internacionais e as pressões internas do agronegócio e de setores industriais. Mas por que dizer que isso é paradoxal? Porque ao mesmo tempo em que o Brasil se apresenta como expoente na conservação ambiental, continua incentivando um modelo de produção agropecuária intensiva que é um dos principais motores do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, a tentativa de equilibrar compromissos climáticos com os interesses do agronegócio muitas vezes resulta em posições ambíguas, onde discursos sustentáveis coexistem com políticas que favorecem a expansão de commodities em detrimento da conservação e da preservação ambiental.

Outro aspecto contraditório da posição brasileira nas negociações climáticas diz respeito à sua matriz energética e às escolhas estratégicas para o futuro da economia. Por um lado, o país se destaca mundialmente na produção de energia renovável a partir de fontes limpas¹³, como hidrelétricas, energia eólica e solar, e por outro, segue investindo na exploração de

combustíveis fósseis, o que levanta questionamentos sobre a coerência de seu compromisso climático.

Então, apesar do discurso alinhado à descarbonização, muitos desafios persistem para ampliação da infraestrutura e a garantia de que a transição energética seja justa e inclusiva. Muitas dessas obras de infraestrutura, como a construção de grandes usinas hidrelétricas e parques eólicos, frequentemente resultam em desmatamento e impactam negativamente comunidades indígenas, deslocando populações e afetando seus modos de vida tradicionais.

Por outro lado, a intenção de expandir a exploração de combustíveis fósseis na Margem Equatorial, uma das últimas fronteiras petrolíferas do país, levanta preocupações entre ambientalistas e comunidades locais, pois pode comprometer ecossistemas sensíveis e aumentar as emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Essa dualidade entre a expansão da produção de combustíveis fósseis e o compromisso com a sustentabilidade energética coloca o Brasil em uma encruzilhada no cenário das negociações climáticas globais.

A criação do Fundo Amazônia, um dos maiores mecanismos de financiamento climático para a proteção da floresta tropical, merece destaque. Embora ele não tenha sido objeto de negociação entre os mais dos 100 países que participam das COPs de Clima e não conte com a contribuição de recursos locais para o financiamento global climático, esta foi uma iniciativa do Brasil, à luz das pressões internacionais para redução do desmatamento, com a finalidade de obter recursos financeiros (somente para o país) em vista, por um lado, da redução da perda florestal, e por outro, do apoio a projetos e iniciativas de con-

¹³ Fontes limpas referem-se a formas de geração de energia que produzem pouco ou nenhum impacto ambiental em termos de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Isso inclui energia eólica, solar, hidrelétrica e de biomassa, embora algumas dessas fontes ainda possam ter impactos socioambientais relevantes.

servação, recuperação e gestão de áreas florestadas. Com recursos fornecidos principalmente pela Noruega e a Alemanha, o Fundo existe para a implementação de projetos voltados à conservação e desenvolvimento sustentável, sobretudo na região amazônica. Além disso, o país tem sido um dos maiores defensores de mecanismos de financiamento climático para o Sul Global, argumentando que as nações do Norte Global, historicamente responsáveis pela maior parte das emissões, devem garantir apoio financeiro para os países que mais sofrem com os impactos das mudanças climáticas.

A questão do financiamento climático internacional levanta debates sobre dependência financeira, colonialidade e falta de investimento interno. O fato de que o Fundo Amazônia e outras iniciativas ambientais no Brasil sejam amplamente financiados por países europeus evidencia uma dinâmica global em que o Norte Global se mantém como principal doador dos recursos destinados à preservação ambiental no Sul Global. Por outro lado, ele busca eximir omissões e insuficiência de ações, de políticas e de alocação de recursos nacionais para a conservação ambiental, ao indicar que medidas mais significativas dependem de apoio externo. Essa dependência de financiamento externo levanta preocupações sobre soberania ambiental e interferência política nas decisões nacionais. Há também uma questão fundamental: por que a filantropia brasileira não investe massivamente em conservação ambiental? O setor filantrópico no Brasil ainda coloca forte ênfase em áreas como educação, assistência social e saúde, enquanto o financiamento da conservação ambiental e do combate às mudanças climáticas é relativamente limitado, ficando majoritariamente sob a alçada de investimentos estrangeiros.

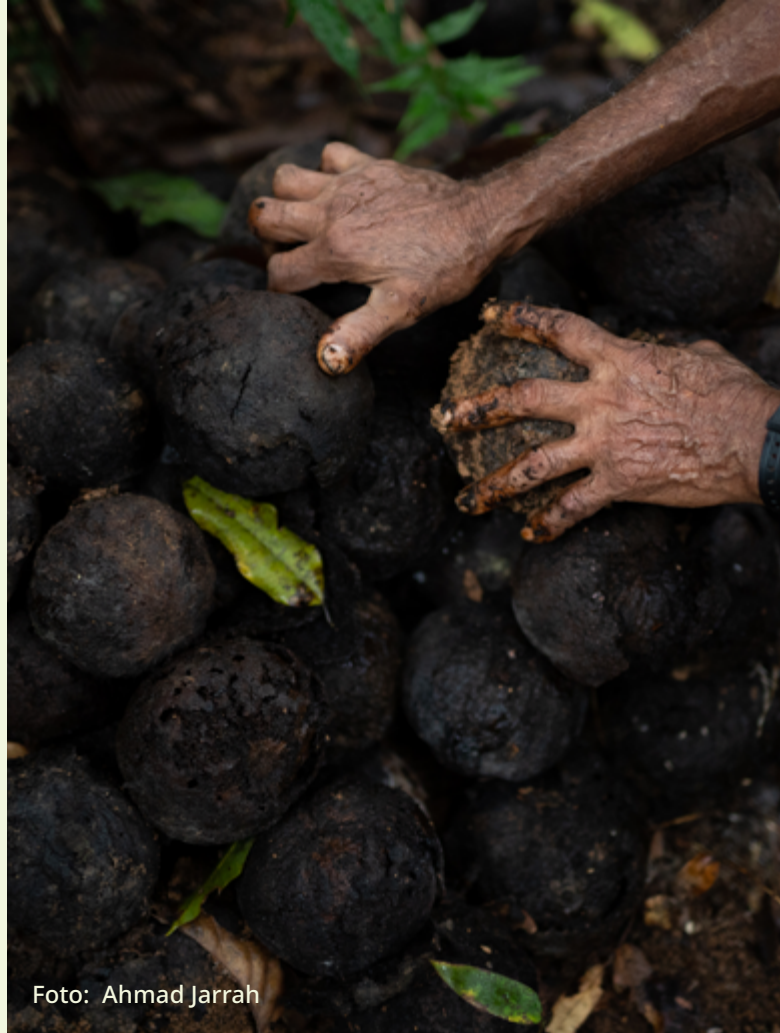


Foto: Ahmad Jarrah

A falta de mais doações a questões ambientais no Brasil pode estar relacionada a fatores históricos e estruturais. Primeiramente, o setor privado brasileiro, em grande parte, ainda não enxerga a conservação ambiental como um eixo central de sua responsabilidade social corporativa, priorizando projetos que tragam retornos mais imediatos às suas marcas ou cadeias produtivas. Além disso, a cultura filantrópica no país, muitas vezes, reproduz lógicas assistencialistas, concentrando esforços em áreas tradicionalmente vistas como responsabilidade do Estado, sem uma visão mais ampla sobre os desafios sistêmicos que envolvem a crise climática.

Outro ponto central do debate é a **colonialidade dos financiamentos climáticos**. O fato de que os recursos para conservação no Brasil (e em muitos outros lugares do Sul Global) dependam de países como Noruega, Alemanha e Estados Unidos reflete uma hierarquia global na qual as nações do Norte financiam projetos no Sul sob a justificativa de preservação ambiental, mas muitas vezes sem garantir autonomia para que os países receptores decidam sobre a aplicação desses recursos. Isso pode resultar em condicionalidades e restrições que limitem políticas mais amplas de desenvolvimento sustentável ou priorizem modelos de conservação que não necessariamente consideram os modos de vida das populações locais.

Além disso, há um paradoxo evidente: enquanto países desenvolvidos financiam a proteção da Amazônia, as suas próprias empresas e Estados continuam lucrando com atividades que contribuem para a crise climática, como o agronegócio intensivo, a mineração e a exploração de petróleo, carvão e gás.

Dessa forma, o financiamento climático internacional pode ser visto tanto como uma compensação histórica quanto como um mecanismo de manutenção das desigualdades globais, onde países do Sul seguem como prestadores de serviços ambientais para um modelo de economia que continua baseado na extração e no consumo intensivo de recursos naturais.

Essa lógica permite que as nações do Norte Global preservem a sua imagem verde sem alterar significativamente os seus padrões de produção e consumo, transferindo a responsabilidade climática para o Sul. Diante disso, para que o Brasil fortaleça a sua independência financeira na agenda climática, é essencial que se ampliem os investimentos nacionais em conservação e desenvolvimento sustentável, promovendo uma mudança na cultura filantrópica brasileira e nas políticas públicas, além de incentivar o setor privado e os fundos nacionais a apoiarem iniciativas voltadas à justiça climática e à proteção ambiental.

No entanto, o Brasil também enfrenta desafios internos que impactam a sua atuação nas COPs. O desmatamento ilegal, os conflitos fundiários e a pressão pela expansão da fronteira agrícola são questões que frequentemente entram em choque com as metas de redução de emissões e de melhoria da conservação ambiental. Especificamente, a Amazônia e o Cerrado estão sob pressão intensa devido ao avanço do agronegócio e à exploração de recursos naturais, o que levanta dúvidas sobre a capacidade do país de cumprir as suas **NDCs** no âmbito do Acordo de Paris.

Além disso, esses desafios internos estão intimamente ligados a eventos climáticos extremos e à necessidade de se implementar planos ambiciosos de mitigação e adaptação às mudanças do clima. Desde 2023, em processo participativo, o Plano Clima, conjunto de planos setoriais para mitigação e adaptação, tem recebido atenção prioritária do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Geral da Presidência da República. A intenção é que o Plano Clima atualizado seja lançado até a COP 30, após as últimas consultas públicas.

E essa atualização é fundamental devido à intensificação de eventos climáticos extremos, que têm demonstrado a vulnerabilidade do Brasil diante das mudanças climáticas. O Rio Grande do Sul tem sido palco de enchentes devastadoras que causaram destruição em áreas urbanas e rurais, comprometendo infraestruturas, causando mortes e forçando deslocamentos em ampla escala. Ao mesmo tempo, a Amazônia vem enfrentando graves secas que impactam drasticamente a sua biodiversidade e dificultam a sobrevivência das populações que dependem dos rios para transporte, alimentação e abastecimento. Esses eventos reforçam a urgência de políticas públicas voltadas à adaptação climática.

As falhas nas respostas a emergências evidenciam a falta de um planejamento nacional robusto para lidar com os impactos crescentes das mudanças climáticas. A falta de mecanismos eficazes de adaptação e preparação, associada à demora na implementação de estratégias de enfrentamento, coloca comunidades vulneráveis em risco e expõe a fragilidade da governança climática brasileira diante de crises ambientais cada vez mais frequentes.



Nesse sentido, a política interna tem papel fundamental na forma como o Brasil se posiciona nas COPs, refletindo as prioridades e contradições dos diversos governos. Quando existe um compromisso com políticas ambientais mais robustas, como nos mandatos de **Lula (2003-2010)**¹⁴, o país se apresenta como liderança na defesa da Amazônia e na busca por financiamento climático. No entanto, em períodos de maior influência do agronegócio e de setores ligados à exploração de recursos naturais - , como ocorreu nas gestões governamentais nos períodos compreendidos entre os anos **2016-2018** e **2019-2022**, houve um enfraquecimento da agenda ambiental, que se reflete em um posicionamento mais ambíguo ou até mesmo negacionista nas negociações climáticas.

A oscilação entre compromissos climáticos progressistas e concessões a interesses econômicos internos torna a diplomacia ambiental brasileira muitas vezes contraditória, dificultando o avanço de compromissos mais ambiciosos e gerando desconfiança internacional sobre a real capacidade do país de cumprir as suas metas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Além disso, há desafios relacionados à justiça climática e à participação de comunidades tradicionais nas políticas ambientais do país. Os movimentos e povos indígenas e as organizações sociais têm pressionado por maior inclusão nas decisões políticas que afetam seus territórios. Durante a COP 26, em Glasgow, por exemplo, ativistas denunciaram a falta de representatividade indígena nas delegações oficiais brasileiras, reforçando a necessidade de maior diálogo entre o governo e os povos originários para garantir políticas ambientais mais equitativas e sustentáveis. A situação da participação dos povos indígenas do Brasil nas COPs está mudando, especialmente a partir da COP 28 (por causa da criação

¹⁴ Apesar dos avanços na cooperação internacional para a conservação ambiental durante os governos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), ambos também foram marcados por contradições em suas políticas ambientais. Durante esse período, o Brasil continuou a registrar altas taxas de desmatamento, especialmente devido à expansão da agropecuária e das grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas na Amazônia. Além disso, em 2012, no governo Dilma, ocorreu a reforma do Código Florestal, que flexibilizou as regras de proteção ambiental e anistiou parte do desmatamento ilegal anterior, gerando críticas de ambientalistas e cientistas. Essas medidas demonstram como, mesmo em gestões que defendiam uma agenda ambiental progressista em fóruns internacionais, houve concessões significativas ao agronegócio e a setores que pressionavam pela expansão da fronteira agrícola.

do Ministério dos Povos Indígenas), e a COP 30 poderá ser um espaço importante para impulsionar a representação deste grupo .

A escolha da Amazônia para sediar a COP 30 é simbólica e pode reforçar a importância da preservação desse bioma para o equilíbrio climático global. Entretanto, ela também aumenta a pressão sobre o Brasil para mostrar avanços concretos no controle do desmatamento, no combate à grilagem de terras e na implementação de políticas climáticas ambiciosas.

Em um cenário de agravamento da crise socio-ambiental mundial, o Brasil precisa consolidar a sua posição como um país estratégico para a governança ambiental global. Isso requer não apenas compromissos diplomáticos, mas também políticas públicas eficazes que garantam a redução do desmatamento, o fortalecimento da produção e do uso de fontes de energias renováveis em bases sustentáveis e do respeito aos direitos das populações tradicionais, indígenas, quilombolas, periféricas, rurais, entre outras.

Quem participa de uma COP? Quais são os atores estratégicos? Como é a sua estrutura?

As Conferências das Partes (COPs) são eventos de grande escala que reúnem representantes de quase 200 países e operam sob uma estrutura altamente formalizada, baseada em negociações diplomáticas e técnicas. Com uma logística complexa, cada COP pode contar com dezenas de milhares de participantes, tornando-se um espaço de intensos debates políticos, científicos e estratégicos sobre a governança climática global. Além das negociações intergovernamentais, há uma série de eventos paralelos que buscam ampliar o debate climático para além das decisões oficiais.

O espaço mais restrito é a **Zona Azul**, que abriga as negociações intergovernamentais formais e onde só podem ingressar delegações oficiais dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), instituições internacionais, observadores e centenas de organizações credenciadas. Neste espaço ocorrem as negociações internacionais e as deliberações, em sessões plenárias ministeriais, de órgãos subsidiários e de grupos de trabalho técnicos, além de encontros entre pessoas do alto escalão dos governos e chefes de estados. No entanto, a complexidade dos processos burocráticos e a pressão de grandes potências econômicas fazem com que muitos acordos sejam diluídos para acomodar interesses divergentes, resultando, muitas vezes, em compromissos vagos e de difícil implementação.

O acesso à Zona Azul requer o credenciamento prévio das instituições e seus representantes. Os eventos paralelos na Zona Azul desempenham um papel fundamental na democratização dos debates e na articulação de ações de incidência, permitindo que



atores não governamentais apresentem propostas inovadoras, denunciem retrocessos e mobilizem apoio internacional para causas socioambientais.

Os Pavilhões Temáticos, de Países e de Organizações da Sociedade também são parte essencial da estrutura da Zona Azul das COPs. Cada pavilhão é organizado por países, organizações internacionais, instituições acadêmicas ou empresas e enfoca temas específicos, como tecnologias para redução de emissões, governança ambiental, biodiversidade, transição energética e adaptação climática. Esses pavilhões funcionam como espaços de debate técnico e político, onde especialistas e formuladores de políticas discutem soluções para os desafios climáticos globais. Além de promoverem apresentações e painéis de discussão, os pavilhões são locais estratégicos para negociações informais, onde governos e empresas estabelecem parcerias e compartilham estratégias para cumprimento das metas climáticas.

Há vários pavilhões, que em COPs anteriores incluíram: 1) o Pavilhão da Biodiversidade e Soluções Baseadas na Natureza, que explora como a preservação dos ecossistemas pode contribuir para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas; 2) o Pavilhão de Transição Energética, que apresenta avanços em energias renováveis, eletrificação do transporte e descarbonização da matriz energética global; 3) o Pavilhão dos Povos Indígenas, que destaca o conhecimento tradicional e os direitos dos povos originários na luta contra as mudanças climáticas; 4) o Pavilhão de Financiamento Climático, onde se debate mecanismos para garantir o financiamento adequado para ações climáticas em países em desenvolvimento; 5) o Pavilhão da Juventude e Justiça Climática, voltado às demandas de jovens ativistas e movimentos sociais que pressionam por compromissos mais ambiciosos; e, por fim, 6) o Pavilhão do Setor Privado e Inovação Tecnológica, que reúne empresas e startups que apresentam tecnologias e soluções para a mitigação das emissões de carbono.

A presença massiva de empresas nesses espaços, entretanto, levanta críticas sobre a "tomada empresarial" das COPs, já que muitas multinacionais patrocinam eventos e promovem soluções baseadas em mercados de carbono, compensação ambiental e tecnologias verdes que, muitas vezes, não enfrentam as origens estruturais da crise climática, mas reforçam a lógica econômica do crescimento ilimitado.

Paralelamente, a **Zona Verde** é palco de eventos, palestras e exposições, trazendo perspectivas diversas sobre a crise climática e suas soluções. Apesar disso, esse espaço não tem influência direta sobre as negociações intergovernamentais, o que limita o impacto das propostas ali discutidas sobre as decisões formais da COP.

No entanto, além das zonas oficiais, durante as COPs ocorrem eventos paralelos em espaços alternativos, que desempenham um papel fundamental na construção de narrativas e estratégias que não têm espaço nos debates formais. Na COP 30, um desses espaços alternativos será o da Cúpula dos Povos, uma iniciativa independente organizada por movimentos sociais, povos indígenas, quilombolas e ambientalistas, que geralmente têm duras críticas à limitação dos resultados e às dinâmicas do modelo das negociações climáticas.

Nem todas as COPs contaram com uma Cúpula dos Povos, mas é importante destacar que esses são espaços em que são discutidos temas como justiça climática, colonialismo ambiental, racismo climático e direitos das populações tradicionais, consolidando-se como um contraponto às discussões da Zona Azul.

Os eventos paralelos incluem ainda encontros promovidos por organizações da juventude, coletivos feministas, redes de ativismo negro e comunidades tradicionais. Nessas discussões, são denunciadas as contradições dos compromissos climáticos dos países desenvolvidos e a influência crescente do setor privado nas COPs, e debatidas estratégias para garantir maior participação popular nos processos decisórios. A articulação entre diferentes atores sociais nesses eventos contribui para a construção de alternativas à governança climática tradicional e pressiona os governos a assumirem compromissos mais alinhados com a realidade das populações mais afetadas pela crise climática.

A influência do setor privado e das grandes potências econômicas na estrutura da COP também pode ser vista na dinâmica de *lobby* e influência política que ocorre nos bastidores das negociações. Delegações de países ricos e representantes de indústrias de combustíveis fósseis, agronegócio e mineração buscam enfraquecer compromissos climáticos mais rígidos e evitar regulamentações capazes de afetar seus interesses econômicos. Além disso, a crescente presença de empresas nas COPs levanta preocupações sobre o risco de que as soluções climáticas sejam desenhadas de acordo com os interesses do mercado, em vez de priorizar as necessidades das comunidades mais vulneráveis aos impactos ambientais.

Dessa forma, a dinâmica das COPs reflete tanto os avanços na governança climática quanto as limitações impostas pelo jogo político e econômico mundial.

Embora as conferências tenham proporcionado conquistas importantes, como o Acordo de Paris (2015) e a recente inclusão de debates sobre justiça climática, o modelo atual ainda apresenta desafios estruturais que dificultam a construção de compromissos mais justos e eficazes. A pressão da sociedade civil, dos povos indígenas e dos países do Sul Global continua sendo essencial para garantir que as COPs não se resumam apenas a espaços de diplomacia superficial, e sim que sejam instrumentos reais para a transformação das políticas climáticas globais.

A COP 30 representa uma oportunidade para que a governança climática global seja mais inclusiva, considerando as vozes das populações mais vulneráveis e historicamente excluídas das decisões ambientais.

BALANÇO SOBRE AS COPs: REFLEXÕES SOBRE AS DINÂMICAS E OS RESULTADOS ALCANÇADOS

Apesar da sua importância na governança climática global, as COPs são alvo de diversas críticas, especialmente no que se refere à ineficácia dos compromissos assumidos.

Embora o Acordo de Paris tenha estabelecido metas ambiciosas, não há mecanismos de sanção para os países que descumprirem as suas NDCs, o que compromete a implementação das políticas climáticas globais (Hickmann et al., 2021). Além disso, a governança das COPs continua estruturada de forma hierárquica e centralizada, operando dentro de um modelo de cima para baixo ("top-down"), em que as decisões são tomadas por dirigentes de grandes potências e impostas às comunidades impactadas, sem que estas tenham real influência sobre a formulação das políticas.

Essa estrutura reflete um modelo de governança colonial (ver glossário), que continua reproduzindo a lógica do crescimento econômico como solução para a crise climática, em vez de buscar alternativas mais enraizadas em modos de vida sustentáveis que já existem em diversas sociedades formadas por minorias políticas, inclusive nas sociedades indígenas e tradicionais. A narrativa de desenvolvimento sustentável, amplamente promovida nas COPs, pode ser criticada por sua concepção ocidentalizada e economicista, que foca na compatibilização entre crescimento econômico e conservação ambiental sem necessariamente desafiar as bases extrativistas do capitalismo global. Para muitos pesquisadores e ativistas decoloniais, essa visão ignora a necessidade de transformações estruturais que questionem a própria noção de progresso baseada na exploração de recursos naturais e na mercantilização da natureza.

Outro ponto crítico é a **desigualdade de poder nas negociações climáticas**. Países do Sul Global frequentemente denunciam as COPs por favorecerem as nações do Norte Global ou as nações industrializadas (há países do Sul Global que são industrializados, como o Brasil), que historicamente são as maiores emissoras de gases de efeito estufa. Enquanto esses países continuam expandindo as suas economias e investindo em "soluções verdes" de alto custo, os países mais vulneráveis às mudanças climáticas, as

pequenas nações insulares, territórios quilombolas e povos indígenas, enfrentam barreiras para participar ativamente dos processos decisórios (Barros-Platiau & Soares, 2022). Além disso, as soluções promovidas nas COPs frequentemente se baseiam em instrumentos financeiros e tecnológicos, como mercados de carbono e compensação ambiental, que perpetuam o poder das grandes empresas e limitam a soberania dos povos tradicionais sobre os seus territórios.

As críticas decoloniais às COPs destacam como esses eventos perpetuam estruturas de poder racistas e eurocêntricas. Estudos apontam que as COPs funcionam como espaços em que representantes do Norte Global dominam as decisões e impõem soluções tecnocráticas, marginalizando os saberes tradicionais e os modos de vida dos povos indígenas e comunidades tradicionais (Temper, Del Bene & Martinez-Alier, 2018). A decolonialidade propõe uma abordagem que vá além da simples inclusão desses grupos no sistema atual e, em vez disso, **reconheça e valorize as suas epistemologias, suas formas de organização política e suas relações alternativas com a Terra e o meio ambiente**. Isso exige um deslocamento da centralidade das soluções baseadas em tecnologias Norte-globalistas, abrindo espaço para formas de conhecimento baseadas na reciprocidade, na interdependência, no bem viver e no respeito a outra concepção de natureza.

O questionamento profundo sobre a influência do setor privado nas COPs também tem relação com a colonialidade. Com o crescimento do mercado de carbono e das soluções financeiras para mitigação climática, empresas multinacionais, geralmente de países mais ricos, desempenham um papel cada vez mais importante nas negociações. Algumas abordagens acadêmicas argumentam que essa inserção pode resultar na "tomada empresarial" das COPs, desviando o foco da necessidade de mudanças estruturais ao modelo econômico vigente e promovendo soluções que mantêm a lógica do crescimento contínuo. O risco desse modelo é que ele reduz a crise climática a um problema técnico e econômico, em vez de reconhecê-la como uma crise sistêmica, enraizada em um modelo civilizatório que prioriza o lucro e a acumulação sobre a vida e o equilíbrio ecológico.

No contexto da COP 30, diversas lideranças indígenas e organizações sociais têm expressado uma grande preocupação com a falta de inclusão e representatividade dos processos preparatórios do evento. Auricélia Arapiuns, coordenadora do Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA), reforçou: "Queremos ser protagonistas dessa conferência do clima. Em 2025, o mundo noticiará a COP na Amazônia brasileira, mas temos que nos perguntar: será que o governo vai garantir apoio e oportunidades para a participação dos povos indígenas, inclusive com recursos?" (Brasil de Fato, 2023). Manifestações desse tipo refletem uma demanda crescente por maior protagonismo indígena nas discussões climáticas, especialmente considerando que a COP 30 ocorrerá na Amazônia, território que abriga uma rica diversidade cultural e ambiental.

Para que as COPs deixem de ser instrumentos de reprodução do *status quo* e passem a ser espaços de transformação socioambiental efetiva, é preciso desafiar as suas bases coloniais, tecnocráticas e desenvolvimentistas. Isso significa reconhecer a importância da localização das políticas climáticas, ou seja, de conceber soluções que partam das realidades concretas dos povos afetados pela crise climática, em vez de impor modelos prontos e universais.

Assim, a decolonialidade é uma abordagem metodológica que vai além da análise da crise ambiental em si, investigando as culturas, epistemes, políticas e estruturas sociais dos povos originários e das comunidades tradicionais.

Ao reconhecer que essas sociedades têm formas de organização e práticas ancestrais que já oferecem alternativas sustentáveis para a relação entre humanidade e meio ambiente, a decolonialidade desafia a centralidade dos modelos ocidentais e propõe uma resignificação dos saberes na construção de futuros ecologicamente viáveis. Isso implica também **reformular o conceito de governança climática**, garantindo que a liderança dos processos decisórios seja redistribuída e que os países do Sul Global, assim como as comunidades indígenas e quilombolas, tenham influência real sobre as políticas climáticas.

Em última instância, questionar as COPs de uma perspectiva decolonial significa não apenas buscar reformas dentro da estrutura atual, mas imaginar novos modelos de governança ambiental que superem o legado colonial e capitalista da política ambiental global. A justiça climática não pode se limitar a compensações financeiras ou mercados de carbono – ela exige uma transformação profunda nas relações de poder, no entendimento da natureza como sujeito de direitos e na construção de sistemas políticos baseados na solidariedade, no equilíbrio ecológico e na soberania dos povos sobre os seus territórios. O desafio, portanto, não é apenas melhorar as COPs, mas sim pensar em alternativas para além delas.

EM RESUMO...

Diante da complexidade das negociações climáticas e ambientais nos vários regimes multilaterais e suas COPs, torna-se evidente que esses eventos desempenham um papel fundamental na construção desses acordos e na formulação de políticas globais para enfrentamento da crise ambiental. No entanto, a estrutura das COPs, sua governança hierárquica e a predominância de interesses de grandes potências e empresas expõem seus desafios e limitações. O histórico das conferências mostra momentos de resultados marcantes, como o Protocolo de Quioto, o Acordo de Paris e o recente fundo para perdas e danos aprovado na COP 27, mas também revela a dificuldade para transformar esses compromissos em ações concretas que garantam a mitigação efetiva das mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade.

A crescente interseção entre clima, biodiversidade e justiça ambiental reforça a necessidade de abordagens mais sistêmicas e interdisciplinares, que integrem saberes tradicionais, alternativas de governança comunitária e estratégias de adaptação focadas em soluções locais. Nesse sentido, a COP 30 pode representar um marco na ampliação dessas discussões, mas também levanta preocupações sobre o risco de reproduzir padrões coloniais de negociação e de instrumentalizar os povos indígenas e quilombolas sem garantir a sua participação ativa nos processos decisórios.

Além disso, as críticas decoloniais apontam para a necessidade de reformulação do modelo atual de governança climática, que ainda se baseia em princípios desenvolvimentistas, na primazia da ciência ocidental e na centralização do poder nas mãos de países historicamente responsáveis pela crise ambiental.

Enquanto isso, as comunidades que há séculos buscam preservar os ecossistemas têm dificuldades de acesso a recursos, são marginalizadas nas negociações e continuam a **sofrer as consequências das mudanças climáticas de forma desproporcional.**



¹⁵ Para esta publicação, o conceito de comunidades tradicionais envolve populações indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, pessoas que vivem em assentamentos, pescadores, marisqueiras etc.

É essencial que as COPs avancem para um modelo de governança mais inclusivo, que não apenas escute, mas conceda real poder de decisão aos povos indígenas, comunidades tradicionais¹⁵, populações racializadas e grupos historicamente excluídos das esferas de poder. A justiça climática precisa ir além da compensação financeira e reconhecer os direitos dos territórios, dos modos de vida sustentáveis e das formas de organização política desses grupos. Sem isso, as COPs continuarão a ser espaços dominados por interesses do Norte Global e do setor privado, incapazes de promover transformações estruturais na economia global e na maneira como a humanidade se relaciona com o meio ambiente.

O futuro das COPs depende não apenas dos compromissos assumidos pelos Estados, mas da pressão continuada da sociedade civil, dos movimentos sociais e das populações afetadas pela crise ambiental. A ampliação dos espaços de resistência, como a Cúpula dos Povos, e a crescente mobilização de ativistas em todo o mundo mostram que há uma demanda por mudanças reais e urgentes. O desafio está em garantir que essa energia coletiva se traduza em ações políticas eficazes, capazes de alterar os rumos da governança ambiental global e de garantir um futuro mais justo e sustentável para todas as formas de vida no planeta.

Assim, é preciso refletir sobre seus limites e suas possibilidades de transformação. Se a intenção é que a justiça climática seja o centro dessas conferências, as suas estruturas precisam ser radicalmente repensadas, de forma a garantir que os interesses dos mais vulneráveis sejam uma prioridade e não apenas uma preocupação marginal. A transição ecológica que se busca não pode ser apenas um processo de adaptação do modelo econômico vigente, mas sim uma redefinição das relações de poder, do significado de desenvolvimento e da própria concepção de progresso.

A COP 30 pode representar uma oportunidade única para esse debate, mas será também um teste para determinar a capacidade do país de liderar uma agenda ambiental que realmente desafie as injustiças climáticas. O caminho a seguir depende não apenas da diplomacia e dos acordos entre governos, mas da força das vozes que têm sido historicamente silenciadas e da capacidade coletiva de construir uma governança ambiental verdadeiramente inclusiva, antirracista e decolonial.

Foto: Ahmad Jarrah



NEGOCIAÇÕES NAS COPs



Conforme analisado anteriormente, as COPs da UNFCCC são momentos formais de estabelecimento de compromissos internacionais para mitigar as emissões antrópicas de GEE e adaptar as nações aos impactos das mudanças climáticas. As negociações abordam temas como financiamento climático, mercados de carbono, transição energética e justiça climática, refletindo a complexidade do regime multilateral do clima.

Nos últimos anos, as negociações nas COPs têm trilhado um caminho marcado por avanços e retrocessos. A COP 28, realizada em Dubai em 2023, foi marcada por intensos debates sobre a transição energética e o caminho para a neutralidade de emissões líquidas¹⁶. Pela primeira vez, houve um reconhecimento mais amplo da necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis, mas o evento também evidenciou a forte resistência de países produtores de petróleo e gás, como Arábia Saudita e Rússia, cuja intenção foi suavizar compromissos relacionados à eliminação progressiva dessas fontes de energia. Apesar disso, a COP 28 resultou em compromissos mais ambiciosos para a expansão das energias renováveis e melhorias na eficiência energética, embora sem metas obrigatórias para a eliminação dos combustíveis fósseis, o que gerou críticas de organizações ambientais e de países vulneráveis às mudanças climáticas.

¹⁶ Neutralidade de emissões líquidas, ou net zero, refere-se ao equilíbrio entre a quantidade de gases de efeito estufa (GEE) emitidos e a quantidade removida da atmosfera. Esse conceito implica que um país, empresa ou setor pode continuar emitindo GEE, desde que compense essas emissões por meio da remoção de carbono, através de reflorestamento, captura e armazenamento de carbono (CCS) ou tecnologias de captura direta do ar. A meta de emissões líquidas zero é considerada essencial para limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme estabelecido pelo Acordo de Paris, mas enfrenta desafios, incluindo a dependência de soluções tecnológicas ainda em desenvolvimento e a necessidade de garantir que essas compensações sejam ambientalmente eficazes e socialmente justas.

A COP 29, realizada em Baku, Azerbaijão, em 2024, foi um momento decisivo para as discussões sobre financiamento climático, especialmente no que diz respeito ao apoio a países em desenvolvimento na adaptação e mitigação das mudanças climáticas. O principal resultado da conferência foi a definição da Nova Meta Coletiva Quantificada de Financiamento Climático (NCQG), que estabeleceu um compromisso de US\$ 300 bilhões anuais até 2035. Esse valor vem para substituir a meta anterior de US\$ 100 bilhões anuais, estipulada em 2009, mas que nunca foi integralmente cumprida. A nova meta representa um avanço significativo na governança climática, reconhecendo a crescente necessidade de investimentos para aumentar a resiliência de comunidades vulneráveis e acelerar a transição para uma economia de baixo carbono.

No entanto, ainda há desafios críticos para a implementação dessa meta. Um dos principais entraves é a distribuição equitativa desses recursos, já que países historicamente mais afetados pela crise climática nem sempre têm acesso facilitado aos recursos. A falta de um mecanismo operacional transparente e eficaz levanta preocupações sobre como serão distribuídos esses recursos, que critérios serão adotados para determinar a sua destinação e garantir que chegarão de fato às comunidades mais necessitadas, em vez de serem canalizados para projetos de grande escala que beneficiam predominantemente os setores privados e governos com maior capacidade de captação. Além disso, o financiamento climático continua dominado por um modelo baseado em empréstimos e parcerias público-privadas, o que pode aumentar o endividamento de países em desenvolvimento em vez de promover soluções sustentáveis e acessíveis.

Os países que mais contribuem para as emissões globais frequentemente decidem os rumos das negociações climáticas. China, Estados Unidos e União Europeia são os maiores emissores de gases de efeito estufa. A China, responsável por aproximadamente 30% das emissões globais de CO₂, tem expandido rapidamente a sua matriz de energias renováveis, mas ainda depende fortemente do carvão. Os EUA, segundo maior emissor, já bloquearam avanços no financiamento climático e relutam a se comprometer com metas mais rigorosas devido a interesses internos ligados à indústria do petróleo e gás. A União Europeia costuma pressionar por metas mais ambiciosas, mas enfrenta desafios internos na implementação de suas políticas climáticas, especialmente em relação à transição energética e à competitividade industrial.

Foto: Ahmad Jarrah



Apesar de a COP ser um espaço de negociações multilaterais, há uma considerável disparidade entre os países em termos da sua capacidade de influência. Países do Sul Global frequentemente têm equipes de negociação menores e menos recursos para acompanhar múltiplas frentes de discussão, o que pode comprometer a sua capacidade de garantir acordos justos. A influência de empresas e do setor privado, especialmente de lobistas de combustíveis fósseis, tem sido alvo de críticas, pois muitas decisões refletem interesses econômicos em detrimento da emergência climática. Em várias COPs, o número de lobistas de petróleo e gás superou o de representantes de países vulneráveis, levantando preocupações sobre o impacto desses grupos na suavização de compromissos ambientais.

A sociedade civil e os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na pressão por acordos mais ambiciosos. Nas últimas COPs, houve grandes mobilizações, incluindo protestos dentro e fora dos eventos, além da crescente participação de movimentos indígenas e comunidades tradicionais. O impacto dessas mobilizações se reflete na incorporação, ainda que lenta, de temas como justiça climática e financiamento de perdas e danos na agenda oficial. A participação dessas pessoas nos fóruns de tomada de decisões vem crescendo, mas continua limitada, muitas vezes concentrando-se nos eventos paralelos que não têm impacto direto nos textos finais das negociações.

Outro ponto de discussão é a necessidade de maior transparência e prestação de contas na distribuição de recursos climáticos, garantindo que os investimentos sejam efetivamente direcionados a ações climáticas eficazes e não apenas a soluções de mercado ou projetos de compensação de carbono, que perpetuam a dependência dos combustíveis fósseis. A COP 29, apesar de ter avançado na definição de valores, deixou dúvidas importantes sobre quem contribuirá para esse financiamento, quais serão as fontes dos recursos e como garantir que ele será suficiente para cobrir as perdas e danos já sofridos pelos países vulneráveis. Muitos países do Sul Global argumentam que os recursos climáticos devem ter a forma de concessões ou compensações, e não empréstimos que aumentam o endividamento externo. Além disso, há um debate sobre quem deve pagar mais, visto que os países desenvolvidos são historicamente responsáveis pela maior parte das emissões acumuladas.

Os mercados de carbono também continuam entre os temas mais polêmicos das negociações climáticas. Há preocupações de que dão margem ao greenwashing, permitindo que grandes emissores continuem poluindo enquanto compram créditos de carbono baratos. A regulamentação do Artigo 6 do Acordo de Paris¹⁷, que trata desses mercados, avançou na COP 29, mas continua a ser alvo de críticas pela falta de rigor na certificação de créditos e na verificação de impactos reais sobre as emissões.

Com a proximidade da COP 30, a presidência brasileira tem articulado estratégias para garantir que o evento reforce a proteção da Amazônia e amplie a discussão sobre justiça climática. O Brasil, como anfitrião, terá um papel importante nas negociações, e há expectativas de que o país adote uma posição de liderança na defesa da biodiversidade e da transição energética. Contudo, setores do agronegócio e da mineração já fazem pressão para garantir que a COP 30 não resulte em compromissos capazes de impactar as suas operações. O financiamento climático para biomas tropicais e florestas deve ser um tema central, incluindo a proposta de mecanismos como pagamentos por serviços ambientais e maior valorização do conhecimento tradicional indígena na conservação ambiental. Além disso, existe uma preocupação com a efetivação do Fundo para Perdas e Danos, que, embora tenha sido estabelecido na COP 27, ainda enfrenta dificuldades na mobilização de recursos.

¹⁷ O Artigo 6 do Acordo de Paris apresenta 3 instrumentos de cooperação entre países, em ações voluntárias, para cumprir seus compromissos de mitigação de emissões fixados nas NDCs – Contribuições Nacionalmente Determinadas. Os instrumentos baseados na comercialização de carbono ou outras medidas não mercado-lógicas. Saiba mais em: <https://www.laclima.org/publicacoes/infogr%C3%A1fico-artigo-6-do-acordo-de-paris---resultados-da-cop-29-->

A resistência das grandes economias a ampliar suas metas de redução de emissões e a incerteza sobre a participação do setor privado nos mecanismos de financiamento continuam a ser pontos críticos. Apesar do consenso científico sobre a necessidade de limitar o aquecimento global a 1,5°C, as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) ainda são insuficientes para atingir esse objetivo.

Ou seja, há um abismo entre os valores e determinações mitigatórias de origem científica e as prioridades econômicas. A ciência climática, refletida em relatórios e recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), aponta de forma inequívoca que é preciso reduzir drasticamente as emissões antrópicas de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Para alcançar essa meta, a recomendação científica é clara: cortar as emissões globais quase pela metade até 2030 e atingir emissões líquidas zero até 2050.

A dependência global de combustíveis fósseis, a lentidão na transição para energias renováveis e a insuficiência de financiamento para adaptação climática criam barreiras estruturais para a implementação de soluções eficazes. Nesse contexto, a efetividade das COPs dependerá não apenas da diplomacia internacional, mas também da pressão da sociedade civil e da mobilização mundial para garantir que os compromissos assumidos se traduzam em ações concretas.

Logo, os desafios das metas climáticas continuam sendo um dos principais entraves das COPs e suas negociações. No entanto, as decisões tomadas nas COPs muitas vezes não refletem esse senso de urgência, pois consideram também interesses econômicos e políticos que priorizam o crescimento e a competitividade dos mercados.

Esse abismo se manifesta de várias formas. A primeira delas é a resistência em comprometer-se com a eliminação total dos combustíveis fósseis. Embora a ciência climática afirme que o uso de carvão, petróleo e gás natural deve ser drasticamente reduzido para evitar impactos catastróficos, muitos países e empresas continuam defendendo a sua exploração, argumentando que a transição energética precisa ser "gradual" para evitar crises econômicas e sociais. Isso resulta em compromissos vagos, como os que emergiram da COP 28, onde o documento final falava em "transição para longe dos combustíveis fósseis" sem estabelecer prazos concretos ou sanções para países que descumprirem as suas metas.

Outro aspecto da desconexão entre ciência e as negociações nas COPs é a forma como o financiamento climático é tratado. Os relatórios do IPCC e de outras instituições científicas estimam que serão necessários, por ano, trilhões de dólares para transformar os sistemas energéticos, adaptar sociedades aos impactos da crise climática e compensar os danos já sofridos pelos países do Sul Global. No entanto, os compromissos financeiros firmados nas COPs estão sempre aquém das necessidades identificadas pela ciência. A meta dos US\$ 100 bilhões anuais, estipulada em 2009, nunca

foi totalmente cumprida, e mesmo a nova meta de US\$300 bilhões até 2035, acordada na COP 29, está aquém do que seria necessário para promover uma transição justa e eficaz.

A disparidade entre a ciência e as negociações multilaterais do clima também se reflete nas políticas de compensação de emissões, como os mercados de carbono. Embora os cientistas climáticos alertem que a única forma efetiva de mitigar as mudanças climáticas seja a redução de emissões na fonte, muitas das soluções negociadas nas COPs dependem de esquemas de compensação que permitem que empresas e países continuem emitindo CO₂ desde que comprem créditos de carbono.

Além disso, a lentidão na implementação dos compromissos reflete o peso da economia sobre a tomada de decisões. Mesmo após a assinatura do Acordo de Paris em 2015, as emissões globais continuam subindo, impulsionadas por novos investimentos em combustíveis fósseis e pela falta de um mecanismo de responsabilização para os países que descumprirem as suas metas climáticas.

Enquanto a ciência climática enfatiza que cada fração de grau de aquecimento representa impactos devastadores para o planeta, as negociações nas COPs muitas vezes acabam diluindo os compromissos por pressão das grandes economias e do setor empresarial.

Dessa forma, a efetividade das COPs não depende apenas da aceitação dos consensos científicos, mas de uma transformação estrutural da economia global, em que os custos das mudanças climáticas sejam plenamente incorporados às decisões políticas e empresariais. Enquanto a economia continuar priorizando crescimento, desenvolvimento desenfreado e lucro no curto prazo, e não os limites biofísicos do planeta, a ciência continuará sendo desconsiderada como critério central na formulação dos compromissos climáticos. A redução dessa disparidade exige mecanismos mais rigorosos de monitoramento e implementação de metas, além de uma reformulação do modelo de financiamento climático, que deve priorizar a equidade e a transição justa em vez de favorecer a perpetuação de sistemas econômicos poluentes.



AS AGENDAS PRIORITÁRIAS DAS COPs

Como vimos nas seções anteriores, as COPs da UNFCCC desempenham um papel fundamental na definição das diretrizes e compromissos globais para enfrentamento da crise climática. No entanto, além das metas de redução de emissões de GEE, é essencial compreender as agendas estratégicas presentes nesses eventos.



Para além das agendas “oficiais” - aquelas que aparecem de forma frequente nos eventos centrais das COPs - esta publicação também abordará as pautas “não oficiais” - que costumam ser abordadas nos eventos paralelos - mas que certamente são estratégicas e prioritárias para o debate, especificamente para a sociedade civil e para a filantropia independente (ONGs, movimentos, coletivos, fundos comunitários e temáticos, redes etc.). Sem dúvida, essas agendas são fundamentais também no campo da incidência, tanto para a construção de programas, de políticas públicas e de narrativas diversificadas sobre as temáticas envolvidas, como para direcionamento de investimentos públicos e privados (consultar a seção Agendas estratégicas “não oficiais” no contexto das COPs).

A transição justa, a equidade climática e a necessidade de acelerar a ação diante da emergência climática são aspectos centrais das COPs, bem como a busca por soluções climáticas locais, a conservação da biodiversidade, a transformação dos sistemas alimentares e a ampliação da participação de jovens, mulheres, pessoas racializadas e comunidades tradicionais nos processos decisórios. No entanto, as principais agendas discutidas nas COPs estão divididas nos seguintes grupos: o uso da terra e os sistemas alimentares; a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa; a transição energética justa baseada em fontes renováveis; a adaptação às mudanças climáticas; a conservação e preservação da biodiversidade; a justiça climática; o financiamento climático e os processos decisórios.

SISTEMAS ALIMENTARES E USO DA TERRA

O uso da terra é considerado uma agenda oficial da UNFCCC desde os primeiros marcos do regime climático, sendo incorporado formalmente através do setor LULUCF (Land Use, Land-Use Change and Forestry), que contabiliza as emissões e remoções de gases de efeito estufa associadas ao manejo do solo, ao desmatamento e a mudanças no uso da terra. Já os sistemas alimentares, embora indiretamente relacionados a essas dinâmicas, passaram a figurar como tema político estruturado e reconhecido nas negociações climáticas mundiais apenas a partir da COP 28, realizada em Dubai em 2023. Nesse encontro, foi lançada a Declaração dos Emirados Árabes Unidos sobre Agricultura Sustentável, Sistemas Alimentares Resilientes e Ação Climática, assinada por mais de 150 países - e marcando o início da incorporação explícita dos sistemas alimentares enquanto parte das estratégias formais de mitigação e adaptação no contexto da governança climática global.

Os sistemas alimentares e o uso da terra são questões que estão no centro do debate sobre a crise climática, já que a forma como produzimos e distribuímos alimentos têm impacto direto nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), na degradação ambiental e na segurança alimentar mundial.

Os **sistemas alimentares** são os conjuntos de processos e relações que envolvem a produção, distribuição, comercialização, consumo e descarte de alimentos. Eles abarcam desde o cultivo e a colheita dos alimentos até seu transporte, armazenamento, transformação industrial, venda e consumo final. Esses sistemas estão profundamente ligados à segurança alimentar, ao acesso a alimentos nutritivos e à sustentabilidade ambiental, uma vez que a sua estruturação afeta tanto a saúde humana quanto a integridade dos ecossistemas. A forma como os alimentos são produzidos impacta diretamente o meio ambiente, influenciando o desmatamento, o uso da água, a emissão de gases de efeito estufa e a biodiversidade. Modelos industriais baseados na monocultura, na pecuária intensiva e no uso extensivo de agroquímicos, por exemplo, tendem a degradar os solos, reduzir a biodiversidade e aumentar a vulnerabilidade climática. Em contrapartida, abordagens sustentáveis, como a agroecologia e a produção orgânica, buscam reduzir impactos ambientais e fortalecer as economias locais.

Neste sentido, o **uso da terra** refere-se à maneira como os territórios são ocupados e manejados para diferentes finalidades, como agricultura, pecuária, urbanização, conservação ambiental e infraestrutura. Ele determina a disponibilidade de recursos naturais e a capacidade dos ecossistemas de sustentar a vida, influenciando diretamente as mudanças climáticas e a preservação da biodiversidade. O desmatamento para a expansão agropecuária, por exemplo, é um dos principais motores das emissões de gases de efeito estufa e da degradação ambiental, especialmente em regiões tropicais como a Amazônia. O avanço de práticas como a conversão de florestas em pastagens ou plantações comerciais tem consequências negativas para os ciclos da água, a qualidade do solo e a resiliência climática. Alternativas como o manejo sustentável, a restauração ecológica e o planejamento territorial equilibrado são fundamentais para garantir um uso da terra que respeite os limites do planeta e promova a convivência entre produção de alimentos e conservação ambiental.

De fato, a conversão de florestas e outros ecossistemas naturais para uso agropecuário é um dos principais motores do desmatamento, especialmente em países do Sul Global. O atual modelo de produção intensiva, dominado por monoculturas e pela pecuária industrial, contribui para a erosão do solo, o uso excessivo de agroquímicos e a contaminação de cursos d'água, tornando-se uma ameaça tanto para a biodiversidade quanto para a resiliência climática das paisagens agrícolas.

A pecuária tem um peso significativo nesse cenário, sendo um dos setores mais poluentes da economia global. Estima-se que a criação de bovinos para carne e laticínios seja responsável por cerca de 14,5% das emissões globais de GEE, principalmente devido ao metano liberado pela digestão dos ruminantes e ao desmatamento causado pela expansão de pastagens e cultivos de grãos para ração animal. No Brasil, a expansão da pecuária na Amazônia e no Cerrado tem sido um dos maiores vetores de desmatamento, muitas vezes impulsionada por práticas ilegais de grilagem e queimadas. Além disso, a conversão de florestas tropicais em pastagens reduz drasticamente a capacidade de captura de carbono desses biomas, agravando a crise climática.

A transição para sistemas alimentares mais sustentáveis é uma necessidade urgente, tanto para reduzir emissões quanto para garantir a segurança alimentar em um mundo afetado pelas mudanças climáticas. Modelos como a agroecologia, a agricultura regenerativa e familiar e a produção de alimentos baseados em sistemas agroflorestais têm se mostrado alternativas mais resilientes e de baixo impacto ambiental. Essas práticas não apenas diminuem a necessidade de insumos químicos e reduzem o desmatamento, mas também aumentam a capacidade do solo de armazenar carbono, mitigando os impactos do aquecimento global. No entanto, esses modelos ainda recebem pouco incentivo financeiro e institucional, sendo ofuscados pelo agronegócio convencional, que domina as cadeias de abastecimento globais.

O desperdício de alimentos é outro problema estrutural dos sistemas alimentares atuais. Estima-se que um terço de toda a comida produzida no mundo seja desperdiçada, enquanto milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar.

Esse desperdício ocorre em diferentes estágios da cadeia produtiva, desde as perdas pós-colheita até o descarte no varejo e no consumo final. Além das consequências sociais, esse fenômeno tem impactos climáticos expressivos, pois os alimentos descartados liberam metano quando se decompõem em aterros sanitários. Reduzir o desperdício alimentar e promover uma cadeia de abastecimento mais eficiente são medidas fundamentais para tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis e alinhados com os objetivos climáticos globais.

O debate sobre uso da terra e sistemas alimentares está intrinsecamente ligado às agendas estratégicas das COPs dos regimes de clima, de biodiversidade, de desertificação e de outros acordos ambientais (por exemplo, da Convenção sobre Espécies Migratórias, cuja 15ª Reunião da Conferência das Partes ocorrerá no Brasil em 2026), pois envolve transição justa, equidade, financiamento climático, biodiversidade e justiça social. As discussões sobre a governança climática global não podem se restringir à redução de emissões industriais e energéticas sem considerar a forma como a terra é utilizada e como os sistemas produtivos impactam a resiliência climática dos territórios.

No contexto da transição justa e da equidade climática, a mudança para sistemas alimentares sustentáveis precisa garantir que trabalhadores/as rurais, comunidades camponesas, povos originários e quilombolas não fiquem para trás. Atualmente, a pecuária industrial e as monoculturas de grande escala dominam a economia mundial de alimentos, deixando pouco espaço para práticas agroecológicas e de agricultura familiar. As COPs precisam incorporar esse debate e elaborar políticas que favoreçam modelos produtivos que regeneram ecossistemas, respeitam direitos territoriais e promovem a segurança alimentar sem comprometer a resiliência climática.

Nesse sentido, a questão do financiamento climático também é crucial, pois muitos países e comunidades que buscam implementar modelos sustentáveis de uso da terra e produção alimentar enfrentam barreiras financeiras significativas. Atualmente, a maior parte dos subsídios agrícolas globais ainda favorece sistemas baseados na produção intensiva e na exportação de commodities, enquanto alternativas como a produção regenerativa e agroflorestal recebem pouca atenção dos grandes fundos climáticos. As COPs precisam avançar na criação de mecanismos que garantam financiamento acessível para a transição agroecológica, apoio técnico para pequenos agricultores e compensações para aqueles que preservam ecossistemas essenciais para o equilíbrio climático.

Além disso, a biodiversidade e a sua relação com os desafios do regime internacional deveria receber maior atenção nas negociações climáticas. A pecuária extensiva e a monocultura agrícola estão entre os principais vetores de desmatamento e degradação de ecossistemas, reduzindo drasticamente a capacidade dos biomas naturais de sequestrar carbono. Políticas climáticas que não abordam a destruição de ecossistemas como consequência da produção de alimentos acabam sendo insuficientes. O reconhecimento da interdependência entre biodiversidade, sistemas produtivos e metas climáticas globais precisa ganhar força dentro das COPs, garantindo que compromissos ambientais incluam ações concretas para conter a destruição da natureza causada pelo agronegócio industrial.

apenas da aceitação dos consensos científicos, mas de uma transformação estrutural da economia global, em que os custos das mudanças climáticas sejam plenamente incorporados às decisões políticas e empresariais. Enquanto a economia continuar priorizando crescimento, desenvolvimento desenfreado e lucro no curto prazo, e não os limites biofísicos do planeta, a ciência continuará sendo desconsiderada como critério central na formulação dos compromissos climáticos. A redução dessa disparidade exige mecanismos mais rigorosos de monitoramento e implementação de metas, além de uma reformulação do modelo de financiamento climático, que deve priorizar a equidade e a transição justa em vez de favorecer a perpetuação de sistemas econômicos poluentes.



De fato, apesar da narrativa amplamente difundida de que o agronegócio é o setor responsável por alimentar o Brasil, a realidade dos sistemas produtivos mostra um cenário bastante diferente. A agricultura familiar é, na verdade, a principal responsável pela produção de alimentos consumidos internamente no país. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, ela respondeu por 87% da produção nacional de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 23% do trigo. Em contraposição, o agronegócio voltado para exportação prioriza commodities como soja, milho e carne bovina, que abastecem principalmente o mercado externo e a alimentação de gado, além de estarem entre os principais vetores de desmatamento, grilagem de terras e degradação ambiental, sobretudo na Amazônia e no Cerrado.

Apesar disso, vale notar que muitos agricultores familiares são levados a utilizar agrotóxicos, herbicidas e fertilizantes químicos devido à pressão do modelo imposto pelo agronegócio. O controle das cadeias produtivas por grandes empresas do setor agroquímico e de sementes faz com que pequenos produtores dependam de insumos caros e nocivos para manter a sua produção viável no mercado. Além disso, a contaminação por deriva de agrotóxicos em áreas próximas a monoculturas extensivas afeta diretamente as suas lavouras, obrigando-os a adotar práticas que vão contra a lógica da agroecologia. Essa dependência estrutural é reforçada por políticas públicas que favorecem o modelo convencional de produção, enquanto o acesso a alternativas agroecológicas e insumos alternativos ainda é limitado e pouco incentivado. Como resultado, mesmo aqueles que buscam preservar a biodiversidade e reduzir o impacto ambiental acabam subordinados a uma lógica que prioriza a produtividade em detrimento da sustentabilidade e da saúde das populações locais.

O desperdício de alimentos é outro problema estrutural dos sistemas alimentares atuais. Estima-se que um terço de toda a comida produzida no mundo seja desperdiçada, enquanto milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar.

Diferente do modelo do agronegócio, que depende do uso intensivo de agroquímicos e grandes extensões de terra, os agricultores familiares operam em pequena escala, frequentemente adotando práticas agroecológicas que regeneram o solo, preservam a biodiversidade e evitam a contaminação de cursos d'água. A diversificação dos cultivos praticada nessas propriedades fortalece a resiliência climática dos territórios e reduz a vulnerabilidade das famílias camponesas aos impactos das mudanças no regime de chuvas e das secas prolongadas.

Observa-se que o fortalecimento da agricultura familiar é uma estratégia central para enfrentar a fome e a insegurança alimentar no Brasil. Enquanto o agronegócio recebe subsídios bilionários do governo e linhas de crédito facilitadas, pequenos agricultores enfrentam dificuldades para ter acesso a financiamento, assistência técnica e mercados de comercialização. Políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) já demonstraram a importância de garantir a compra institucional da produção da agricultura familiar para abastecimento de escolas, hospitais e comunidades vulneráveis. No entanto, esses programas vêm sofrendo cortes e interrupções, comprometendo o acesso de pequenos produtores ao mercado e a oferta de alimentos saudáveis para a população.

Portanto, desmistificar a ideia de que o agronegócio é o grande responsável pela alimentação da população brasileira é fundamental para a construção de políticas climáticas que valorizem os verdadeiros protagonistas da produção alimentar. As COPs precisam incorporar esse debate e garantir que a transição para sistemas alimentares sustentáveis inclua incentivos concretos à agricultura familiar, assegurando financiamento, assistência técnica e políticas de comercialização que fortaleçam modelos produtivos social e ecologicamente responsáveis. Sem esse compromisso, o discurso sobre segurança alimentar e transição justa seguirá sendo capturado por um setor que prioriza a exportação de commodities e ignora os impactos sociais e ambientais de suas práticas.

Diante disso, cabe ressaltar que falar em agricultura familiar e em sistemas alimentares é também falar sobre raça, gênero e juventude. Mulheres, pessoas

racializadas e jovens são atores fundamentais na produção de alimentos em muitos países do Sul Global, mas enfrentam barreiras de acesso à terra, financiamento e mercados. As COPs devem promover discussões que fortaleçam políticas de incentivo à liderança feminina e jovem em práticas agroecológicas e na produção de alimentos de baixo impacto ambiental. O direito à terra, a soberania alimentar e a autonomia dos povos sobre os seus próprios sistemas produtivos são essenciais para garantir que a transição ecológica seja inclusiva e socialmente justa.

Dessa forma, para que as COPs sejam realmente eficazes na construção de um futuro sustentável, é preciso que o debate sobre uso da terra e sistemas alimentares ocupe um lugar central nas agendas estratégicas, garantindo que a governança climática incorpore soluções concretas para a transformação dos sistemas produtivos em consonância com a preservação ambiental e a justiça social.



REDUÇÃO DE EMISSÕES ANTRÔPICAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Para tratar da redução de gases do efeito estufa, torna-se necessário falar sobre emergência climática.

A **emergência climática** é um termo que se refere à necessidade de ações urgentes e estruturais para conter os impactos crescentes da crise climática. Esse conceito se baseia na evidência científica consolidada de que a temperatura global já ultrapassou marcos críticos e continua a aumentar em ritmo alarmante. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a permanência da temperatura global acima de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais pode desencadear efeitos irreversíveis para os ecossistemas, a biodiversidade e as populações humanas, como eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, elevação do nível do mar e colapsos ecossistêmicos.

Os conceitos de “crise” e “emergência” são utilizados para dar destaque à problemática envolvida, isto é, são qualificadores utilizados para sinalizar a urgência da situação. Nesse contexto, a crise climática trata diretamente do fenômeno de mudança climática global, conceituado pelos ecologistas como “Fenômeno que se refere às mudanças no clima da Terra, incluindo aquecimento global, modificações na distribuição global de precipitação e temperatura, nas alterações na intensidade das tempestades e na circulação oceânica.” (RELYEA; RICKLEFS, 2021, p. 199). No entanto, de forma geral, quando se aborda a crise climática, a atenção é direcionada ao aquecimento global.

Assim, diante da crise e da emergência, a mitigação se apresenta como um eixo central das políticas climáticas globais, visando à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição para uma economia de baixo carbono. A adoção de políticas e tecnologias para limitar as emissões é fundamental para evitar que os impactos climáticos ultrapassem o ponto de não retorno, levando ao agravamento das desigualdades sociais e ambientais. A declaração de emergência climática por diversos países e organismos internacionais reflete a urgência de medidas concretas para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, incentivar fontes renováveis de energia e adotar soluções baseadas na natureza para a captura de carbono.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) alerta que, para evitar impactos catastróficos, as emissões globais devem ser reduzidas em 43% até 2030 - percentual calculado em relação aos níveis de emissão de 2019. No entanto, mesmo com essas diretrizes científicas, as emissões continuam a crescer, atingindo um novo recorde em 2024.

De acordo com o relatório do Global Carbon Project, as emissões globais de dióxido de carbono (CO₂) provenientes de combustíveis fósseis atingiram um recorde histórico de 37,4 bilhões de toneladas em 2024, representando um aumento de 0,8% em relação a 2023. Quando consideradas as emissões totais de CO₂, incluindo aquelas resultantes de mudanças no uso da terra, como desmatamento e incêndios florestais, o total estimado para 2024 é de 41,6 bilhões de toneladas.

Esses dados indicam que se torna cada vez mais desafiador alcançar as metas estabelecidas no Acordo de Paris. De fato, de acordo com as últimas medições, a temperatura global já passou de 1,1 a 1,2°C acima dos níveis pré-industriais, ocasionando eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes. Nesse cenário, secas, ondas de calor e inundações se tornaram mais intensas, afetando bilhões de pessoas e ecossistemas em todo o planeta.



De acordo com as análises do IPCC, o aumento de 1,5°C exporia cerca de 350 milhões de pessoas à escassez de água devido a secas severas, número que subiria para 420 milhões se o aquecimento chegasse a 2°C. Além disso, eventos de precipitações intensas, que anteriormente ocorriam uma vez a cada década, poderiam se tornar 1,5 vezes mais frequentes e 10,5% mais intensos com um aquecimento de 1,5°C, e 1,7 vezes mais regulares e 14% mais intensos com 2°C de aumento da temperatura média global.

Para enfrentar esses desafios, várias estratégias vêm sendo adotadas para reduzir as emissões de GEE. A transição energética, por exemplo, busca substituir os combustíveis fósseis por fontes renováveis, como energia solar, eólica e hidrelétrica. No setor industrial, o aumento da eficiência produtiva por meio da inovação tecnológica tem se mostrado uma solução para reduzir a intensidade das emissões. No transporte, a expansão do transporte público, a eletrificação da frota de veículos e o incentivo ao uso de modais não poluentes são medidas essenciais para reduzir a dependência de combustíveis fósseis. Além disso, o reflorestamento e a proteção florestal desempenham um papel fundamental na manutenção de áreas de sequestro de carbono, ajudando a absorver CO₂ da atmosfera. Por fim, mudanças nos padrões de consumo, como a redução do desperdício de recursos naturais, redução de consumo dos produtos da pecuária intensiva e a promoção de uma economia circular, são necessárias para diminuir a pressão sobre o meio ambiente e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.



ENERGIAS RENOVÁVEIS E TRANSIÇÃO JUSTA

As energias renováveis, como a energia solar, eólica, hidrelétrica, a energia de biomassa e a energia geotérmica são fontes de energia duradouras, que desempenham um papel crucial na redução das emissões globais e na substituição dos combustíveis fósseis. Contudo, o uso dessas fontes deve se dar em bases sustentáveis, respeitando os direitos fundamentais de comunidades que habitam os territórios em que é implementada a sua exploração. A transição para essas fontes é essencial para mitigar as mudanças climáticas e garantir a segurança energética no longo prazo.

No entanto, mesmo diante do entendimento de que as fontes de energia renováveis são melhores para o meio ambiente, a matriz energética mundial é predominantemente composta por fontes não renováveis. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, dados de 2022 indicam que o petróleo e seus derivados representam 31,7% da oferta global de energia, seguido pelo carvão, com 28,1%, e pelo gás natural, com 21,6%. As fontes renováveis, incluindo a energia hidráulica, a energia de biomassa, energia solar, eólica e geotérmica, correspondem a aproximadamente 14% da matriz energética mundial. Especificamente, fontes como a energia solar, eólica e geotérmica juntas somam apenas 3,1% da matriz, sendo categorizadas como "Outras".

De fato, a resistência à transição energética por parte das indústrias de petróleo, gás e carvão é acentuada e estratégica, envolvendo desde o lobby político até a desinformação sobre energias renováveis. Grandes empresas de energias fósseis investem bilhões em campanhas para lançar dúvidas sobre a viabilidade das novas matrizes energéticas, reforçando os supostos custos elevados, a intermitência das fontes e os impactos ambientais das energias renováveis, ao mesmo tempo em que continuam expandindo as suas operações.

Além disso, os governos, cujas economias dependem da exploração de combustíveis fósseis, frequentemente sabotam acordos climáticos ou delongam regulamentações que poderiam acelerar a descarbonização. Essa resistência também se manifesta na forma de propostas políticas e tecnologias para captura e armazenamento de carbono (CCS), mas que acabam servindo para prolongar a vida útil dos combustíveis fósseis, em vez de apoiar uma transição genuína para fontes limpas. Ademais, essas indústrias perpetuam desigualdades estruturais, pois os empregos e investimentos na área de combustíveis fósseis seguem concentrados em setores masculinizados e racializados, enquanto mulheres, populações indígenas e comunidades locais continuam à margem das decisões energéticas. Para superar essa resistência, é fundamental que a transição energética seja conduzida de forma justa, garantindo não apenas o abandono dos combustíveis fósseis, mas também a redistribuição dos benefícios da energia renovável para as populações historicamente exploradas por esse modelo extrativista.

Além disso, é fundamental incorporar a discussão sobre os impactos dos projetos de energia renovável nas populações tradicionais, considerando que, mesmo os empreendimentos voltados a fontes limpas, frequentemente causam a ocupação de territórios e comunidades ancestrais e a sua exclusão dos processos decisórios. Por exemplo, de acordo com o relatório "Energia e Territórios: Conflitos e Direitos dos Povos Indígenas", publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA) em 2018, entre 30% e 40% dos projetos de energia renovável na América Latina têm sido implementados em áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e comunidades locais, muitas vezes sem a realização de um processo efetivo de consulta prévia e consentimento.

Essa situação não só interfere na subsistência dessas comunidades – já que muitas delas dependem diretamente dos recursos naturais para agricultura, pesca e coleta –, mas também afeta a preservação de suas identidades e práticas culturais. Na maioria dos casos, essas pessoas são deixadas de fora (principalmente nas fases iniciais) do planejamento e da tomada de decisões. Normalmente, são os governos e as empresas que definem os locais e os termos dos projetos, sem incluir representantes dessas populações, o que pode resultar na concentração dos benefícios nos atores com poder econômico e político, enquanto os impactos negativos, como a perda de terras e a degradação ambiental, recaem sobre os grupos marginalizados.

Ademais, dados regionais compilados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) no relatório "Impactos Socioambientais da Expansão das Energias Renováveis na América Latina" (2020) indicam que, em algumas regiões, até 50% das comunidades afetadas relatam uma redução significativa no acesso a recursos naturais essenciais – fator que contribui para o agravamento de problemas de subsistência, desigualdades sociais e conflitos territoriais. Essa exclusão sistemática evidencia a necessidade de se repensar os modelos de desenvolvimento energético, garantindo que a transição para fontes limpas não perpetue injustiças históricas, mas sim promova a participação ativa e a redistribuição dos benefícios para todas as partes envolvidas, respeitando os direitos territoriais e culturais dos povos tradicionalmente afetados.

Além disso, quando falamos de fontes de energia renováveis, muitas vezes pensamos em carros elétricos ou moinhos. É preciso analisar as relações entre a ampliação da oferta de energia renovável e sustentável, por um lado, e a demanda, por vezes ineficiente, perdulária e injusta da energia gerada, por outro lado. Os países que lideram a adoção de veículos elétricos também figuram entre os maiores emissores de CO₂, o que evidencia a complexidade da transição energética. A China, por exemplo, tem 47% da frota mundial de veículos elétricos, mas continua responsável por cerca de 30% das emissões globais de CO₂ em 2023. Os Estados Unidos, que seguem no avanço da eletrificação automotiva, ainda são o segundo maior emissor mundial, contribuindo com aproximadamente 14% das emissões globais.

Já no caso dos moinhos, sob o ponto de vista ambiental, as turbinas eólicas podem impactar significativamente a fauna local, especialmente aves e morcegos, resultando em colisões fatais. Além do impacto na fauna, há preocupações relacionadas ao ruído gerado pelas turbinas eólicas, que pode ser incômodo para as comunidades próximas. Os ruídos aerodinâmicos das pás girando e o mecânico dos geradores podem causar desconforto, especialmente em áreas rurais silenciosas. Algumas pesquisas sugerem que a exposição prolongada a esse tipo de ruído pode afetar a qualidade do sono e até impactar a saúde mental de residentes próximos a grandes parques eólicos.

Outro ponto crítico é a necessidade de elementos de terras raras para a produção de turbinas eólicas, o que levanta questões ambientais e de sustentabilidade. Elementos como neodímio e disprósio são usados na fabricação de ímãs para os geradores das turbinas. No entanto, a mineração desses metais envolve processos altamente poluentes, com a utilização de produtos químicos tóxicos e a geração de resíduos radioativos. Além disso, a extração está concentrada em poucos países, como a China, o que gera preocupações geopolíticas e desafios de abastecimento para a indústria de energia renovável. Esses fatores mostram que, apesar de ser uma fonte de energia limpa, a energia eólica não está livre de impactos ambientais e sociais, que precisam ser mitigados para garantir uma transição energética sustentável.

Estes são apenas alguns de vários exemplos que existem dos desafios relacionados à energia renovável. Assim, podemos afirmar que a transição energética não se resume apenas à substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis. Ela exige uma abordagem interseccional que leve em conta a justiça climática e desigualdades estruturais.

O modelo atual de desenvolvimento precisa ser repensado para garantir que a descarbonização ocorra de forma justa, respeitando os direitos territoriais, promovendo a autonomia energética das comunidades e garantindo que os benefícios da transição não fiquem concentrados nas mãos de poucos. Uma transição energética justa deve reconhecer que a crise climática não afeta todas as pessoas e populações da mesma forma e que soluções verdadeiramente sustentáveis devem incorporar justiça social e ambiental na sua base.

No mais, para expandir a adoção de energias renováveis, diversas estratégias vêm sendo implementadas, incluindo propostas que buscam garantir que essa transição ocorra de forma justa e responsável. Um exemplo importante é a Proposta de Salvaguardas Socioambientais para a Transição Energética com Renováveis, que visa proteger os direitos das comunidades locais e os ecossistemas frente à expansão de projetos de energia limpa¹⁸.


Nesse contexto, a inovação tecnológica tem sido um dos principais motores dessa transição, impulsionando o desenvolvimento de novas baterias, redes inteligentes e soluções de armazenamento de energia para garantir o fornecimento contínuo, mesmo em períodos de baixa produção. A infraestrutura de suporte também é essencial, com investimentos na construção de redes inteligentes de distribuição e incentivos para a descentralização da geração de energia, permitindo que comunidades locais e consumidores se tornem produtores de eletricidade por meio de sistemas como telhados solares e microrredes. Importante também ter entre as estratégias um conjunto de critérios e normas relativas à salvaguarda de direitos humanos e ambientais voltados à prevenção de impactos e danos a pessoas e comunidades que habitam as áreas de implantação de empreendimentos de geração de energia, inclusive de energia renovável. Tais salvaguardas, como as propostas da iniciativa Nordeste Potência¹⁹, buscam evitar a injustiça e o racismo ambiental, por um lado, e assegurar a gestão da integridade do meio ambiente nos locais de exploração do potencial energético.

Outro fator fundamental é a transição justa, garantindo que trabalhadores do setor de combustíveis fósseis tenham acesso a programas de reintegração e capacitação para atuar no mercado de energias renováveis. Isso evita impactos sociais negativos e promove uma mudança equitativa no setor energético. Além disso, políticas de incentivo, como subsídios para instalação de energia renovável em áreas vulneráveis e apoio a projetos comunitários de geração distribuída, são essenciais para democratizar o acesso à energia limpa e reduzir desigualdades no acesso à eletricidade.

O crescimento das energias renováveis também enfrenta desafios como a necessidade de aprimorar a eficiência e a acessibilidade das tecnologias, a dependência de matérias-primas críticas para a fabricação de baterias e turbinas, e a variabilidade na geração de algumas fontes, como a solar e a eólica. No entanto, com investimentos adequados, planejamento de longo prazo e compromissos políticos sólidos, as energias renováveis podem se tornar a base de um sistema energético mais sustentável, resiliente e inclusivo.

¹⁸ Proposta de Salvaguardas Socioambientais para a Transição Energética com Renováveis, publicada pela iniciativa Nordeste Potência, 2024. Disponível em: <https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf>

¹⁹ <https://nordestepotencia.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Salvaguardas-para-renovaveis.pdf>



ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A adaptação às mudanças climáticas envolve a implementação de diversas ações e estratégias para reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência de comunidades e ecossistemas diante dos impactos ambientais, econômicos e sociais das mudanças climáticas, notadamente aqueles inevitáveis ou considerados irreversíveis.

Entre essas estratégias, destacam-se o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, incluindo sistemas urbanos que minimizam riscos climáticos, como drenagem sustentável, edificações adaptadas a temperaturas extremas e melhorias no transporte público. Além disso, os sistemas de alerta precoce desempenham um papel crucial ao monitorar condições meteorológicas e comunicar riscos de forma eficiente, reduzindo perdas humanas e materiais em eventos extremos.

A gestão sustentável da água é outra medida essencial, englobando ações como captação e armazenamento de água da chuva, proteção de nascentes e dessalinização para regiões afetadas por secas. A conservação de ecossistemas naturais, como florestas, manguezais e recifes de corais, também é fundamental, pois esses ambientes atuam como barreiras naturais contra tempestades, enchentes e erosão costeira. No setor agrícola, práticas sustentáveis, como agroecologia, sistemas agroflorestais e cultivo de espécies resistentes à seca são essenciais para garantir a segurança alimentar diante de um clima em transformação. Além disso, o planejamento territorial e o reassentamento de comunidades que habitam áreas de alto risco climático são medidas necessárias para reduzir os impactos sobre populações vulneráveis.

A necessidade de adaptação climática se torna evidente diante da irreversibilidade de muitos impactos, mesmo diante de reduções drásticas das emissões de gases de efeito estufa. O custo global da adaptação pode chegar a US\$500 bilhões anuais até 2050, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Regiões como as ilhas do Pacífico, o Sahel africano, comunidades costeiras da América Latina e do Sudeste Asiático enfrentam desafios crescentes, como a elevação do nível do mar, desertificação e eventos climáticos extremos. Além disso, a adaptação climática é uma questão de justiça social, pois os países historicamente menos responsáveis pelas emissões globais de carbono são os mais afetados por secas, enchentes e ondas de calor. No entanto, apenas 10% do financiamento

climático global é destinado à adaptação, revelando uma lacuna na implementação de medidas eficazes para proteger essas populações.

A implementação dessas estratégias enfrenta vários desafios, sendo a falta de financiamento um dos principais entraves. Apesar dos compromissos assumidos em conferências climáticas internacionais, o fluxo de investimentos para projetos de adaptação ainda é insuficiente, especialmente nos países do Sul Global. Além disso, há uma desigualdade considerável na distribuição dos recursos, em que as nações mais vulneráveis têm menor acesso ao financiamento climático internacional. A falta de integração da adaptação climática em políticas nacionais também compromete a eficácia das respostas governamentais, resultando em ações fragmentadas e pouco coordenadas. Outro fator crítico são os conflitos e deslocamentos forçados, uma vez que as mudanças climáticas agravam as crises humanitárias, impulsionando migrações devido à insegurança alimentar, à escassez de água e a desastres naturais.

Para que a adaptação seja eficaz, é fundamental um compromisso global mais sólido na destinação de financiamento e tecnologia às populações mais vulneráveis. **Além disso, o fortalecimento da governança climática e a participação ativa das comunidades locais na formulação de políticas de adaptação são essenciais para garantir soluções equitativas e sustentáveis.**

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Biodiversidade se refere à variedade de vida no planeta, abrangendo ecossistemas, espécies e genes, e desempenha um papel fundamental na estabilidade ambiental e na resiliência dos sistemas naturais.

A proteção da biodiversidade é essencial porque os ecossistemas saudáveis regulam o clima, purificam a água, fertilizam o solo, polinizam culturas agrícolas e oferecem recursos essenciais para a vida humana, como alimentos, medicamentos e materiais. Além disso, a degradação e a perda da biodiversidade aumenta os riscos de desastres ambientais, como colapsos ecossistêmicos, crises hídricas e proliferação de pragas e doenças.

De fato, o aquecimento global tem acelerado consideravelmente a perda de biodiversidade em comparação com períodos anteriores. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a natureza está sendo destruída a uma velocidade sem precedentes na história, com 75% dos ecossistemas terrestres e 66% dos ecossistemas marinhos profundamente alterados pela atividade humana (e, marque-se, do humano hegemônico). Além disso, a taxa atual de extinção de espécies é mais de dez vezes superior à média observada nos últimos 30 milhões de anos, e está acelerando. Esse ritmo acelerado de perda de biodiversidade está ligado principalmente à destruição de habitats, poluição e mudanças climáticas, que ocorrem a uma velocidade e escala sem precedentes, superando a capacidade de adaptação de muitas espécies.

Diante da crescente ameaça da degradação ambiental, diversas estratégias vêm sendo adotadas para a conservação da biodiversidade.

A criação de áreas protegidas é uma das principais medidas, envolvendo a implementação e fiscalização de reservas ambientais e a meta global 30x30, do Quadro de Biodiversidade Global de Kunming-Montreal, é um produto da Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas de 2022, que propõe a proteção de 30% das terras e oceanos até 2030. O combate ao desmatamento também é essencial, sendo necessária a consolidação de políticas contra a exploração ilegal de florestas e o incentivo à regeneração natural para restauração de ecossistemas degradados. Políticas de restauração ecológica têm ganhado força, promovendo a recuperação de áreas destruídas por meio do reflorestamento e de práticas de manejo sustentável que garantem a coexistência entre conservação e uso responsável dos recursos naturais.



A proteção de territórios indígenas também é uma estratégia central na conservação da biodiversidade, visto que essas comunidades atuam como guardiãs dos ecossistemas, mantendo práticas tradicionais de manejo sustentável e preservando vastas áreas naturais. Além dessas medidas, iniciativas como o incentivo à agroecologia, a promoção de cadeias produtivas sustentáveis e a criação de corredores ecológicos para conectar habitats fragmentados são essenciais para garantir a sobrevivência de espécies e a continuidade dos serviços ecossistêmicos.

A conservação da biodiversidade é uma questão não apenas ambiental, mas também social e econômica. A destruição de ecossistemas impacta diretamente as comunidades que dependem dos recursos naturais para a sua subsistência e pode gerar desequilíbrios que afetem a segurança alimentar, a qualidade de vida e a economia global. Proteger a biodiversidade é, portanto, uma estratégia essencial para garantir um futuro sustentável para todas as formas de vida no planeta e deveria ser também um item prioritário na agenda das Conferências dos regimes multilaterais de desertificação e mudanças climáticas.

Foto: Ahmad Jarrah



JUSTIÇA CLIMÁTICA

A justiça climática reconhece que a crise climática afeta de maneira desproporcional comunidades vulneráveis e minorias políticas de forma geral, ainda que essas populações tenham historicamente contribuído minimamente (ou quase nada) para o problema. O conceito reforça a necessidade de uma transição ecológica equitativa, baseada na redistribuição de recursos e na reparação histórica dos danos ambientais e sociais causados por modelos de desenvolvimento predatórios. Além de ser uma questão ambiental, a justiça climática está profundamente ligada a direitos humanos, desigualdade social e políticas de desenvolvimento sustentável.

Garantir a justiça climática envolve diversas estratégias. A participação ativa de comunidades vulneráveis é essencial, garantindo assim que povos indígenas, quilombolas e outros grupos marginalizados tenham voz nos processos decisórios climáticos, uma vez que as suas perspectivas e conhecimentos tradicionais são fundamentais para a preservação ambiental. O direito à terra e à moradia também deve ser assegurado, protegendo territórios tradicionais contra deslocamentos forçados promovidos por grandes projetos de infraestrutura ou exploração de recursos naturais.

Outra medida essencial é a distribuição equitativa dos recursos, garantindo que os benefícios financeiros da transição energética e das políticas ambientais sejam compartilhados de maneira justa, evitando que apenas grandes empresas e países ricos se beneficiem das soluções verdes. Além disso, a descarbonização da economia não pode aprofundar desigualdades já existentes; por isso, é preciso formular políticas que garantam o acesso equitativo a tecnologias limpas e energias renováveis, especialmente para comunidades historicamente deixadas de lado nos investimentos em infraestrutura e inovação.

A justiça climática é, portanto, um pilar fundamental para a construção de um futuro sustentável, no qual as soluções para a crise climática não apenas reduzam emissões, mas também promovam equidade, reparação e inclusão social. Sem um compromisso real com esses princípios, a transição ecológica corre o risco de perpetuar desigualdades e marginalizar ainda mais as populações mais afetadas pelas mudanças climáticas.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO E PROCESSOS DECISÓRIOS

O financiamento climático refere-se ao debate sobre a disponibilidade de recursos financeiros para apoiar ações de mitigação e adaptação nos países mais vulneráveis à crise climática. Esses recursos podem vir tanto de fundos públicos quanto de investimentos privados - isto é, de empresas, bancos de desenvolvimento e organizações do campo da filantropia nacional e internacional - para a criação de soluções sustentáveis, como a transição para energias renováveis, infraestrutura resiliente e medidas de conservação ambiental. O objetivo é garantir que os países em desenvolvimento tenham condições de enfrentar os impactos das mudanças climáticas e reduzir suas emissões sem comprometer seu crescimento econômico e social.




A crise climática, no entanto, não impõe desafios apenas ambientais e sociais, mas também representa um risco crescente para a estabilidade financeira global. O Conselho de Estabilidade Financeira (FSB)²⁰ - organismo internacional com sede em Basileia, Suíça, - já alertou que eventos climáticos extremos podem provocar choques sistêmicos na economia, afetando a infraestrutura, cadeias produtivas e mercados financeiros. Em 2025, com a confirmação de que 2024 foi o ano mais quente da história e que a temperatura global superou temporariamente o limite de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, a preocupação com a resiliência do sistema financeiro diante da emergência climática se tornou ainda mais evidente. A volatilidade gerada pelos impactos da crise climática pode comprometer o crescimento econômico, reduzir a segurança alimentar e aumentar a vulnerabilidade dos países do Sul Global, que já enfrentam desafios estruturais como dívida elevada e acesso limitado a crédito climático. Esse cenário reforça a necessidade de que a transição para economias resilientes ao clima seja acompanhada por mecanismos financeiros inovadores e acessíveis, especialmente para os países em desenvolvimento.

²⁰ Organismo que visa coordenar e promover a estabilidade financeira global. Ele foi criado em 2009 pelo G20, sucedendo ao Fórum de Estabilidade Financeira (FSF).

No entanto, a efetividade do financiamento climático enfrenta vários desafios. A distribuição desigual dos recursos faz com que os países mais necessitados recebam menos investimentos, o que aumenta a sua vulnerabilidade aos impactos climáticos e perpetua desigualdades estruturais. Além disso, grande parte dos financiamentos é concedida na forma de empréstimos, o que gera um problema de endividamento, aprofundando a desigualdade econômica ao invés de promover um desenvolvimento sustentável. Outro desafio crítico é a transparência e a governança na gestão dos fundos climáticos, sendo essencial um maior controle do seu uso para evitar a corrupção, o desvio de recursos e a priorização de interesses privados em detrimento das necessidades das comunidades mais afetadas.

Para que o financiamento climático seja realmente eficaz, é necessário um compromisso global mais efetivo, que vá além de promessas e garanta a canalização de recursos de forma justa e acessível. Isso inclui a ampliação de doações em vez de empréstimos, a criação de mecanismos de transparência que garantam a alocação adequada dos recursos e a intensificação da participação das comunidades vulneráveis na definição de prioridades climáticas. Somente assim será possível promover uma transição sustentável que não apenas reduza as emissões globais e apoie as ações de adaptação, mas também corrija desigualdades históricas e sociais.





ENTRAVES, RISCOS E OPORTUNIDADES NA ABORDAGEM E IMPLEMENTAÇÃO DAS AGENDAS ESTRATÉGICAS DAS COPs

As principais agendas climáticas das COPs (apresentadas acima) nem sempre são devidamente reconhecidas nas negociações internacionais e tampouco abordadas de uma perspectiva interseccional. Para que a governança climática seja eficaz, é preciso entender essas pautas de forma integrada, compreendendo que a crise ambiental é indissociável de desigualdades estruturais e crises sociais.

Além disso, os desafios da governança climática não se limitam à implementação das metas estabelecidas, mas também à necessidade de descentralização dos processos decisórios. Atualmente, as COPs são majoritariamente dominadas por governos nacionais e grandes empresas, enquanto comunidades locais, populações indígenas e ativistas da sociedade civil enfrentam barreiras para participar das negociações. Descentralizar a governança climática significa fortalecer iniciativas regionais, garantir que soluções climáticas locais sejam reconhecidas e financiadas e reduzir a dependência de políticas construídas exclusivamente no âmbito intergovernamental.

Apesar do crescente reconhecimento da emergência climática e da incorporação de pautas como a transição justa, a equidade climática e o financiamento climático, a concretização dessas medidas esbarra em entraves estruturais que vão desde a resistência de setores industriais até a desigualdade no acesso a recursos e tecnologias.

Nesse contexto, é fundamental avaliar não apenas os obstáculos, mas também o que surge a partir desses desafios. A transição energética, por exemplo, poderia ser um motor para a criação de empregos sustentáveis, desde que os/as trabalhadores/as tenham acesso à requalificação e a condições dignas de trabalho. Da mesma forma, soluções baseadas na natureza e a governança climática descentralizada podem, potencialmente, fortalecer comunidades e territórios vulnerabilizados, promovendo um desenvolvimento que respeite tanto os limites planetários quanto os direitos das populações locais. No entanto, para que essas oportunidades sejam aproveitadas plenamente, é preciso garantir que a tomada de decisões climáticas inclua a participação ativa de povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas racializadas, jovens, pessoas queer e LGBTIA+, mulheres e outros grupos historicamente marginalizados. A seguir, exploramos os principais entraves, temas interseccionais às agendas climáticas e possibilidades para a implementação efetiva das agendas climáticas globais.

A agenda das COPs da UNFCCC tem incorporado, ainda que de forma gradual e muitas vezes insuficiente, debates sobre **transição justa, equidade e emergência climática**, refletindo as tensões entre o desenvolvimento econômico e a necessidade de uma ação climática urgente. Esses debates evidenciam que não basta propor soluções pontuais ou unilaterais: é preciso que essas agendas climáticas possam ser definidas por meio de processos mais democráticos, envolvendo atores intersetoriais e a partir de uma perspectiva interseccional.

Desta forma, a **transição justa** é um conceito fundamental no contexto da governança climática e da economia sustentável, pois reconhece que a mudança para um modelo de baixo carbono deve considerar: 1) os trabalhadores, minorias

políticas e as comunidades em toda a sua diversidade; e 2) as diferenças entre os países do Sul e do Norte Global. Por conseguinte, a transição justa não pode ocorrer à custa dos trabalhadores e das comunidades mais vulneráveis. A redução da dependência dos combustíveis fósseis e a transformação dos setores produtivos são necessárias para mitigar os impactos da emergência climática, mas, se conduzidas de maneira desigual ou desordenada, podem aprofundar as disparidades socioeconômicas. Para evitar que a transição agrave as injustiças existentes, é preciso garantir que os trabalhadores do setor de energia fóssil tenham oportunidades de requalificação profissional e acesso a empregos dignos, com condições justas e salários adequados, em setores sustentáveis e socialmente responsáveis, ou em áreas que promovam tanto a estabilidade econômica quanto a proteção ambiental. Isso compreende não apenas a expansão das energias renováveis, mas também o fortalecimento de setores sustentáveis, como a agroecologia, a bioeconomia e a infraestrutura resiliente ao clima.

Outra valiosa estratégia para garantir uma transição justa e eficaz é a de desenvolvimento de **soluções baseadas na natureza (SbN)**. As SbN são abordagens que utilizam os processos (serviços ou funções) dos ecossistemas para enfrentar desafios ambientais e sociais, especialmente os impostos pelas mudanças climáticas. Essas soluções englobam ações como reflorestamento, restauração de áreas degradadas, conservação de manguezais e manejo sustentável de solos, promovendo a captura de carbono, a preservação da biodiversidade e a proteção contra desastres naturais. Ao reconhecer o papel fundamental desempenhado pela natureza na regulação do clima, essas estratégias evidenciam a importância de integrar práticas ecológicas ao desenvolvimento econômico e social.

Nas agendas das Conferências das Partes (COPs), as SbN têm ganhado destaque como instrumentos complementares às políticas de redução de emissões e adaptação climática. Elas são vistas como alternativas viáveis e inovadoras para mitigar os impactos das alterações climáticas, contribuindo para a implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris e fortalecendo a resiliência dos ecossistemas.

O **conceito de interseccionalidade**, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, destaca como diferentes formas de opressão – como racismo, misoginia, classismo e LGBTfobia – não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Essas opressões nunca se articulam de forma linear ou previsível; ao contrário, operam em conjunto de maneiras que variam conforme os contextos históricos, sociais e políticos. Isso significa que a vulnerabilidade de um grupo não pode ser reduzida a um único eixo de desigualdade – como gênero ou raça –, pois é na intersecção desses marcadores que se produzem dinâmicas específicas de exclusão e resistência.

Isso se manifesta, por exemplo, na forma como a criação de novas cadeias produtivas sustentáveis pode excluir trabalhadores e comunidades tradicionais se não existirem salvaguardas sociais que garantam seu envolvimento e liderança no processo. Da mesma forma, políticas voltadas apenas para a inovação tecnológica e a financeirização da natureza podem aprofundar desigualdades se não estiverem alinhadas com processos de reparação histórica e justiça social.

Por isso, a transição justa não pode ser dissociada das lutas por justiça climática e reparação histórica, uma vez que os impactos da crise climática e das mudanças econômicas recaem de maneira desproporcional sobre as populações historicamente marginalizadas. Comunidades indígenas, mulheres, pessoas LGBTIA+ e queer, populações pobres, rurais, racializadas, quilombolas e periféricas, que já sofrem com processos de desapropriação e degradação ambiental, correm o risco de serem ainda mais vulnerabilizadas se as políticas de transição não forem formuladas de maneira inclusiva.

No contexto das COPs, esse debate tem ganhado força com o reconhecimento da necessidade de mecanismos como o financiamento climático e o Fundo de Perdas e Danos, mas ainda enfrenta desafios relacionados à implementação e à distribuição equitativa dos recursos. Se a transição energética for conduzida apenas sob a lógica de mercado, sem salvaguardas sociais e ambientais, ela correrá o risco de aprofundar desigualdades e perpetuar modelos de exploração sob uma nova roupagem "sustentável".

Conforme mencionado anteriormente, além da dimensão trabalhista e social-populacional, a transição justa precisa garantir equidade entre países do Norte e do Sul Global, reconhecendo que os impactos da crise climática e as capacidades de resposta são desiguais. Assim, é preciso pensar em estratégias reparatórias quando falamos sobre agendas climáticas e transição justa.

No entanto, a emergência climática impõe a necessidade de uma transição rápida e estrutural, o que significa que mudanças graduais e soluções paliativas deixaram de ser suficientes.

Para que seja atingida a meta de limitar o aquecimento global a 1,5 °C, é preciso reduzir drasticamente a dependência dos combustíveis fósseis, fortalecer as redes de energia renovável e garantir o acesso universal a tecnologias sustentáveis. No entanto, como já vimos, esses esforços enfrentam forte resistência de setores econômicos que lucram com o atual modelo energético, como as indústrias de petróleo, gás e carvão. Além disso, a persistência de subsídios bilionários para combustíveis fósseis contrasta com o subfinanciamento das soluções climáticas, dificultando uma transição energética verdadeiramente justa e acessível.

Diante disso, nota-se que **a transição justa precisa estar interseccionada com a justiça social, uma vez que a crise climática não afeta a todos da mesma forma.** Muitos trabalhadores em setores informais, como a pesca artesanal e a agricultura de subsistência, já vivem em condições precárias e são particularmente vulneráveis a políticas mal planejadas de descarbonização que não consideram a sua realidade.

A transição justa também precisa levar em conta a justiça de gênero e a participação de jovens na governança climática - tema que será mais aprofundado a seguir. Mulheres, especialmente em comunidades rurais e periféricas, têm menos acesso a recursos financeiros, terras e infraestrutura para adaptação climática, além de estarem mais expostas a eventos climáticos extremos, como secas e enchentes. Ademais, jovens ativistas têm liderado a luta por uma transição ecológica mais rápida e inclusiva, pressionando governos e empresas a adotarem metas climáticas mais ambiciosas. Porém, tanto mulheres quanto jovens enfrentam barreiras institucionais para influenciar diretamente as decisões políticas. Sem a incorporação desses grupos nos processos decisórios, a transição para uma economia de baixo carbono corre o risco de perpetuar desigualdades e ignorar as necessidades das populações mais vulneráveis.

Sendo assim, a transição justa não é apenas um componente das políticas climáticas, mas um princípio fundamental para garantir que as soluções para a crise ambiental sejam realmente eficazes e equitativas. Sem estratégias de mitigação que considerem justiça social, racial e de gênero, a transição para uma economia mais sustentável pode acabar reforçando as estruturas de desigualdade existentes. A governança climática precisa superar abordagens tecnocráticas e adotar soluções mais inclusivas, baseadas na participação ativa das comunidades e na redistribuição dos benefícios da transição energética. Somente assim será possível enfrentar a crise climática sem deixar para trás aqueles que historicamente mais sofreram com os seus impactos.

No entanto, para que a transição justa realmente ocorra, a implementação dessas estratégias deve ocorrer, na prática, em territórios específicos, nos quais as comunidades lidem diretamente com os impactos da crise climática e desenvolvam respostas adaptadas às suas realidades socioeconômicas e ecológicas.

Diante da insuficiência das ações governamentais e da insuficiência de financiamento climático adequado, muitas soluções têm surgido a partir de experiências locais e coletivas, muitas vezes lideradas por comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e populações periféricas. Essas abordagens descentralizadas, embora invisibilizadas, desafiam a lógica tradicional da governança climática, que frequentemente privilegia soluções padronizadas, baseadas em grandes infra estruturas ou mecanismos de mercado, desconsiderando os saberes e práticas de quem historicamente mantém a resiliência dos territórios. Nesse sentido, fortalecer as Soluções Climáticas Locais (SCL) não é apenas uma alternativa viável, mas uma necessidade para garantir uma transição ecológica mais justa e eficaz, que leve em conta a diversidade de contextos e conhecimentos existentes.



Foto: Ahmad Jarrah

Assim, as **Soluções Climáticas Locais (SCL)** representam uma abordagem descentralizada e territorialmente específica de enfrentamento da crise climática, reconhecendo que a efetividade das políticas climáticas depende diretamente da sua implementação em nível local, onde os impactos da crise climática são vivenciados de maneira concreta e onde surgem respostas inovadoras baseadas na realidade dos territórios. Em vez de depender exclusivamente de grandes projetos internacionais ou de políticas nacionais uniformes, as SCLs partem do reconhecimento de que cada região apresenta dinâmicas ecológicas, sociais e culturais próprias, a serem consideradas na formulação de estratégias eficazes de mitigação e adaptação climática. Essas soluções valorizam o conhecimento tradicional e local, muitas vezes desenvolvido ao longo de séculos por comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares e povos tradicionais. Experiências como a agroecologia, o manejo sustentável da terra, o reflorestamento comunitário e a gestão integrada de bacias hidrográficas demonstram que respostas climáticas construídas de forma participativa podem ser mais eficazes, resilientes e adaptadas à realidade de cada território.

Ao reconhecer o papel central das comunidades na resposta à crise climática, a filantropia comunitária tem desempenhado um papel crucial na implementação das SCLs. Conforme destacado pela Iniciativa **Comuá pelo Clima**, redes de filantropia independente têm investido na descentralização do financiamento climático, garantindo que os recursos cheguem diretamente a grupos de base por meio de processos menos burocráticos e mais alinhados com as necessidades locais. Essa abordagem permite que populações marginalizadas tenham maior autonomia na construção de soluções para suas próprias realidades, fortalecendo iniciativas lideradas por mulheres, comunidades LGBTIA+ e queer, povos indígenas e quilombolas. Além disso, as SCLs apoiadas por fundos comunitários atuam não apenas na mitigação e adaptação climática, mas também na justiça social, combatendo desigualdades estruturais que intensificam os impactos da crise ambiental.

Uma das principais vantagens das SCLs é a sua capacidade de ajustamento às realidades locais já que de fato trata-se de iniciativas conduzidas pelas comunidades e grupos que atuam em diversos territórios (urbanos e rurais) a fim de resolver os problemas que enfrentam. Diferentemente de políticas padronizadas, que frequentemente ignoram as particularidades de cada território, essas soluções emergem a partir do conhecimento e das necessidades da população envolvida.

Por exemplo, em regiões áridas e semiáridas, comunidades do Nordeste brasileiro utilizam técnicas ancestrais de captação e armazenamento de água da chuva, como as cisternas de placas, garantindo acesso à água mesmo em períodos de seca severa. Em áreas costeiras ameaçadas pelo aumento do nível do mar, as populações locais têm desenvolvido sistemas de proteção natural das margens, como o plantio de manguezais e vegetação nativa, que atuam como barreiras naturais contra a erosão. Na Amazônia, comunidades indígenas praticam sistemas agrícolas tradicionais, como a agricultura de roça sem derrubada, que mantém a fertilidade do solo e evita o desmatamento. Essas soluções demonstram que a sabedoria acumulada por gerações pode oferecer respostas altamente eficazes à crise climática, muitas vezes mais eficientes do que grandes projetos de engenharia que não consideram a dinâmica dos ecossistemas.

No entanto, como dito anteriormente, as Soluções Climáticas Locais ainda enfrentam consideráveis desafios para sua implementação e reconhecimento, como a falta de financiamento e de apoio institucional, como já mencionamos. É aqui que a filantropia comunitária e de justiça social entra como ator relevante, visto que ao investir recursos nessas iniciativas contribuem para impulsionar soluções transformadoras, potencializando o desenvolvimento de tecnologias locais e o fortalecimento do tecido social. E nesse contexto, certamente, as organizações da filantropia independente, como os fundos temáticos e comunitários, ocupam um lugar de destaque, já que têm profundos conhecimentos sobre os territórios em que atuam, além dos movimentos e grupos da sociedade civil que estão na linha de frente, lutando no enfrentamento às mudanças climáticas e na busca por dinâmicas de desenvolvimento mais justas e inclusivas.

Outro grande desafio é a inclusão das SCLs nos planos nacionais e internacionais de ação climática. A governança climática global ainda é majoritariamente voltada para as condutas de governos e metas nacionais, sem incorporar plenamente a importância da ação descentralizada e baseada em comunidades. Isso se reflete, por exemplo, na estrutura das COPs, onde os debates são conduzidos por representantes estatais, sujeitos às pressões de grandes empresas, enquanto as vozes das comunidades locais são frequentemente marginalizadas. Além disso, muitas políticas ambientais acabam criminalizando as práticas tradicionais em nome da conservação, ignorando que as comunidades indígenas, originárias e quilombolas têm sido as principais responsáveis pela preservação da biodiversidade.

Além disso, outro grande desafio para a efetivação das Soluções Climáticas Locais no Brasil é a falta de políticas públicas estruturadas para apoiar essas iniciativas em diferentes níveis, incluindo estados, municípios, territórios indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos agroecológicos. Apesar da crescente mobilização de comunidades e organizações da sociedade civil, ainda há uma lacuna significativa na formulação e implementação de planos de ação climática que garantam um direcionamento concreto para as estratégias de mitigação e adaptação nos mais diversos territórios. Um levantamento do Observatório do Clima evidenciou a falta de planejamento estruturado para lidar com eventos extremos como secas, enchentes e deslizamentos de terra em nível local. A situação se agrava em relação a territórios tradicionais e rurais, que enfrentam desafios adicionais devido à falta de reconhecimento formal e de investimentos em infraestrutura sustentável.



Embora o país tenha criado o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, um mecanismo voltado ao financiamento de projetos que promovem a transição para uma economia de baixo carbono e a resiliência climática, a distribuição desses recursos ainda enfrenta desafios burocráticos e operacionais, dificultando o seu acesso por comunidades tradicionais e iniciativas locais. Um exemplo disso é o fato de que, conforme apontado no Relatório de Avaliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, houve episódios de contingenciamento de recursos que impactaram a contratação de projetos, mesmo após longos processos seletivos. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a omissão da União na distribuição integral das verbas do Fundo Clima em determinado período e proibiu o contingenciamento das receitas que o integram, evidenciando a necessidade de maior previsibilidade e transparência na destinação desses recursos.

Desafios como aquele citado no Relatório de Avaliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, limitam consideravelmente a capacidade do Fundo de apoiar projetos territoriais voltados à adaptação e mitigação, especialmente aqueles desenvolvidos por comunidades que enfrentam maior vulnerabilidade climática. De fato, a estrutura do financiamento muitas vezes privilegia grandes projetos ligados a setores industriais e de infraestrutura, enquanto iniciativas comunitárias, como programas de reflorestamento conduzidos por povos indígenas e quilombolas ou redes de segurança alimentar baseadas na agroecologia, enfrentam dificuldades para acessar esses recursos devido a exigências burocráticas incompatíveis com a realidade dos territórios.

No contexto municipal, algumas experiências bem-sucedidas demonstram o potencial das Soluções Climáticas Locais quando há suporte governamental. A cidade de Recife, por exemplo, foi pioneira na criação de um Plano de Ação Climática municipal, estabelecendo metas concretas de mitigação e adaptação, incluindo investimentos na ampliação de áreas verdes, adaptação de moradias em áreas de risco e fortalecimento da infraestrutura urbana frente ao aumento do nível do mar. Já no campo da resiliência hídrica, o programa Cisternas, que apoia comunidades do Semiárido na construção de reservatórios para captação de água da chuva, é um exemplo de política pública que fortalece as estratégias locais de adaptação climática. No entanto, esse tipo de política ainda não é amplamente adotado no Brasil e muitas iniciativas comunitárias seguem operando sem apoio institucional ou com acesso limitado a financiamento público.

Para que as SCLs possam se expandir e ganhar escala, é essencial que as políticas públicas locais sejam fortalecidas e alinhadas com as necessidades e demandas dos territórios, garantindo suporte técnico e financeiro adequado.

Isso significa não apenas descentralizar o acesso ao financiamento climático, mas também criar mecanismos que facilitem a participação de organizações de base e comunidades na definição de políticas ambientais. Sem esse compromisso, a governança climática continuará centralizada em grandes atores e projetos, excluindo soluções inovadoras e eficazes desenvolvidas diretamente por aqueles que vivem e enfrentam os impactos das mudanças climáticas em seus territórios.

AGENDAS ESTRATÉGICAS “NÃO OFICIAIS” NO CONTEXTO DAS COPs

JUVENTUDES, GÊNERO E RAÇA NO DEBATE SOBRE CLIMA

Nos últimos anos, os movimentos de juventudes ganharam força em escala internacional, impulsionados por uma crescente frustração com a inércia dos governos e das grandes corporações diante da emergência climática. O **Fridays for Future**, iniciado por Greta Thunberg, é um exemplo marcante desse engajamento, tendo inspirado mobilizações e greves climáticas em diversos países, especialmente na Europa. No entanto, no Sul Global, as redes de ativismo climático têm se expandido com um recorte mais interseccional, denunciando não apenas a crise climática, mas também as suas relações com desigualdades socioeconômicas, raciais e territoriais. Grupos como o **Engajamundo** e os blocos jovens do **Acampamento Terra Livre** no Brasil, o **Climate Justice Alliance** nos Estados Unidos e muitos outros têm reivindicado que as vozes da juventude sejam consideradas na formulação de políticas ambientais e climáticas de forma efetiva, e não apenas simbólica.

Apesar do crescimento da participação juvenil, as COPs ainda não garantem espaços de influência real para esses ativistas, que são frequentemente convidados/as para apresentar discursos inspiradores ou para participar de eventos paralelos, mas têm pouca presença nas mesas de negociação e decisões estratégicas. Muitas delegações governamentais ainda consideram as juventudes como atores secundários, ignorando a sua capacidade de propor soluções inovadoras e mobilizar pressão política. Além disso, há uma barreira econômica que impede a presença massiva de ativistas jovens das periferias e de comunidades tradicionais (como indígenas, quilombolas etc.) nas COPs, já que as despesas com viagens, hospedagem e credenciamento dificultam a participação de grupos que não contam com apoio institucional ou financiamento externo.

Também as barreiras linguísticas representam um obstáculo significativo, considerando que a maior parte dos debates ocorrem em inglês e na maioria das vezes não é proporcionado um suporte de tradução para garantir a participação desses grupos. Para que as negociações climáticas sejam mais democráticas, é essencial criar mecanismos que garantam financiamento, representatividade e inclusão estrutural da juventude - e de outros grupos como mulheres e comunidades LGBTQIA+ - nos espaços de decisão.

Diante dessas questões, cabe ressaltar, também, a importância da juventude (de diversas origens, gêneros, sexualidades, raças etc.) para a transição justa, para sistemas alimentares sustentáveis e no desenvolvimento ou visibilidade das SCLs. De fato, a participação das juventudes no debate climático tem se tornado um dos aspectos mais dinâmicos e transformadores da governança ambiental global.



O **recorte de gênero** no debate climático é essencial, já que a crise climática não impacta todas as pessoas da mesma maneira. As mulheres, especialmente as que vivem em comunidades rurais, indígenas e periféricas, estão entre as mais afetadas pela crise ambiental, seja pela intensificação da insegurança alimentar, pelo aumento da escassez de água ou pela maior vulnerabilidade econômica. Muitas dessas mulheres atuam na agricultura familiar e são responsáveis pelo sustento das suas comunidades, mas enfrentam obstáculos estruturais para acessar financiamento, tecnologia e infraestrutura para adaptação climática. Além disso, em situações de desastres ambientais, as mulheres são mais propensas a sofrer violência de gênero e têm mais dificuldade de acesso a serviços essenciais. A justiça climática, portanto, precisa incorporar uma perspectiva de gênero que vá além do reconhecimento das desigualdades, garantindo políticas que empoderem mulheres, como lideranças comunitárias, que facilitem o seu acesso a recursos e promovam a sua autonomia no âmbito da transição ecológica.

Além das mulheres, **pessoas LGBTQIA+** também enfrentam desafios específicos diante da crise climática. Embora pouco discutida nas agendas formais das COPs, a interseção entre identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade ambiental é uma questão crítica. Pessoas LGBTQIA+ frequentemente enfrentam discriminação em espaços de acolhimento durante desastres ambientais, como abrigos emergenciais que podem ser inseguros ou hostis, especialmente para pessoas trans e não binárias. Além disso, como muitas já vivem em situações de vulnerabilidade social devido ao preconceito estrutural, a sua capacidade de adaptação a eventos climáticos extremos pode ser limitada. A falta de políticas climáticas que reconheçam essas especificidades reforça a marginalização desse grupo e compromete os esforços de adaptação e resiliência climática. Assim, a governança climática precisa adotar uma abordagem interseccional, considerando que gênero e sexualidade influenciam diretamente as experiências das populações diante das mudanças climáticas.

Nesse contexto, cabe reconhecer não apenas as questões de gênero e sexualidade, mas também o fator racial e étnico.

O racismo ambiental é uma dimensão central da crise climática e da justiça ambiental, pois evidencia como comunidades racializadas, indígenas e periféricas são desproporcionalmente afetadas pelos impactos ambientais e, ao mesmo tempo, têm menos acesso a recursos para mitigação e adaptação. No Brasil, os territórios quilombolas e indígenas, historicamente responsáveis pela preservação de biomas essenciais como a Amazônia e o Cerrado, enfrentam crescentes ameaças do desmatamento ilegal, grilagem e contaminação por agrotóxicos vindos de monoculturas do agronegócio. Além disso, comunidades negras e periféricas frequentemente se localizam em áreas de maior vulnerabilidade climática, como encostas suscetíveis a deslizamentos ou regiões onde há maior risco de inundações e ilhas de calor. A precarização da moradia e a falta de infraestrutura urbana adequada ampliam os impactos dos eventos climáticos extremos, tornando a crise ambiental uma extensão das desigualdades raciais e socioeconômicas estruturais.

O racismo ambiental também está presente nas políticas de infraestrutura e saneamento. No Brasil, dados do Instituto Pólis (2022)²¹ mostram que populações negras têm menos acesso a saneamento básico e sofrem mais com enchentes e desastres naturais em comparação com a população branca. Isso acontece porque políticas urbanas excludentes forçaram a população negra a ocupar territórios de maior risco, enquanto investimentos públicos em adaptação e resiliência climática continuam sendo direcionados, majoritariamente, a áreas privilegiadas. Esse cenário se repete em diversas partes do mundo: nos Estados Unidos, por exemplo, bairros negros e latinos foram historicamente negligenciados em planos de urbanização e enfrentam taxas mais altas de poluição atmosférica e contaminação da água, como visto na crise hídrica de Flint, Michigan. Esses exemplos demonstram como o racismo ambiental não é apenas uma questão de impacto ambiental desigual, mas também um reflexo de decisões políticas que perpetuam injustiças e opressões raciais.

O reconhecimento do racismo ambiental nas agendas climáticas internacionais ainda é insuficiente. Nas COPs, as discussões sobre justiça climática frequentemente priorizam questões econômicas e diplomáticas, enquanto as demandas de povos racializados, indígenas e comunidades periféricas permanecem à margem. Apesar do crescente protagonismo de lideranças negras e indígenas no debate climático, a exclusão estrutural ainda é evidente. A ativista ugandense Vanessa Nakate, por exemplo, foi cortada de uma foto de divulgação

²¹ Disponível em <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>

do Fórum Econômico Mundial em 2020, evidenciando o silenciamento sistemático das vozes negras no ativismo climático global. Da mesma forma, lideranças quilombolas e indígenas do Brasil enfrentam dificuldades para acessar espaços de negociação, pois o financiamento climático ainda privilegia grandes projetos e atores institucionais, excluindo iniciativas de base territorial que atuam diretamente na preservação ambiental.

A luta contra o racismo ambiental precisa estar no centro da construção de políticas climáticas verdadeiramente justas. Isso significa garantir não apenas a participação ativa de comunidades racializadas nas decisões climáticas, mas também o financiamento direto de suas iniciativas, o reconhecimento de seus direitos territoriais e a criação de mecanismos de reparação histórica para os impactos socioambientais que essas populações enfrentam há séculos. Sem o enfrentamento do racismo ambiental, qualquer transição ecológica corre o risco de perpetuar desigualdades, deixando para trás aqueles que mais protegem a biodiversidade e são, paradoxalmente, os mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Garantir maior representatividade nos espaços de decisão não é apenas uma questão de equidade, mas uma necessidade para tornar as políticas climáticas mais eficazes e abrangentes. Ignorar as contribuições e perspectivas de jovens, mulheres, pessoas negras e racializadas e LGBTQIA+ significa perder oportunidades de inovação, resistência e mobilização social, que são essenciais para o enfrentamento da crise climática. Para que a transição ecológica seja realmente justa, é fundamental que esses grupos não apenas participem das negociações climáticas, mas tenham poder real de influência sobre as decisões que afetam seu presente e seu futuro. Sem um compromisso sério com a diversidade e a inclusão, as políticas ambientais continuarão a ser desenhadas de forma desigual, perpetuando injustiças que a crise climática tende a agravar.

Mulheres, jovens e pessoas racializadas estão na linha de frente da luta contra a crise climática, tanto por serem os mais engajados nas mobilizações ambientais quanto um dos grupos mais afetados pelos impactos da degradação ambiental. Em todo o mundo, movimentos liderados por mulheres e jovens têm pressionado governos, empresas e organizações internacionais a tomarem medidas concretas para conter as mudanças climáticas, promovendo soluções sustentáveis e exigindo justiça ambiental. No entanto, paradoxalmente, são também esses grupos os que menos recebem apoio, visibilidade e recursos dentro das políticas climáticas globais.

Essa contradição reflete desigualdades estruturais profundamente enraizadas, que limitam o acesso dessas populações ao poder de decisão e ao financiamento necessário para enfrentar os desafios climáticos.

A correlação entre vulnerabilidade climática, gênero, idade e raça não é acidental: a crise climática intensifica desigualdades preexistentes e aprofunda as barreiras já enfrentadas por mulheres e jovens. No caso das mulheres, especialmente as que vivem em regiões rurais e comunidades indígenas, as mudanças climáticas afetam diretamente o seu acesso à água, alimentos e meios de subsistência, uma vez que muitas desempenham papel central na produção de alimentos e na gestão dos recursos naturais. Além disso, eventos climáticos extremos, como secas e inundações, aumentam a insegurança econômica dessas mulheres, tornando-as mais expostas à violência de gênero, exploração do trabalho e deslocamentos forçados. Estudos apontam que durante desastres ambientais, os casos de violência doméstica e abuso sexual aumentam significativamente, evidenciando a interseção entre crise climática e desigualdade de gênero.



Jovens sentem diretamente os impactos da crise climática, mas continuam sub-representados nos processos de decisão. Embora a sua participação nas COPs tenha aumentado, ainda ficam muitas vezes limitados a espaços simbólicos, sem influência real sobre políticas e financiamentos climáticos. Essa exclusão é agravada por barreiras financeiras e institucionais, especialmente para jovens do Sul Global, cujas vozes seguem à margem dos debates climáticos globais.

Ao longo da história recente, diversas mulheres emergiram como líderes climáticas globais, desafiando as estruturas de poder dominadas por homens e ocupando posições de destaque na defesa do meio ambiente. Christiana Figueres, por exemplo, foi uma das figuras centrais na negociação do Acordo de Paris, desempenhando papel fundamental na construção de um consenso global para a redução das emissões de carbono. Vanessa Nakate, ativista climática de Uganda, tem denunciado a exclusão das vozes africanas do debate climático e exigido justiça climática para os países do Sul Global. As Ministras Marina Silva (Meio Ambiente) e Sônia Guajajara (Povos Indígenas) e a ativista Txai Suruí, no Brasil, têm sido vozes fundamentais na defesa da Amazônia e dos direitos dos povos indígenas frente ao avanço do desmatamento e das políticas antiambientais. Apesar da importância dessas lideranças, mulheres ainda enfrentam desafios consideráveis para serem reconhecidas e apoiadas nas suas lutas ambientais, enfrentando barreiras institucionais, ataques misóginos e violência política.

A violência de gênero interseccionada com a crise climática é um fenômeno que precisa ser abordado com urgência dentro das políticas ambientais. Em comunidades afetadas por desastres ambientais, mulheres e meninas frequentemente enfrentam riscos agravados de exploração sexual, tráfico humano e violência doméstica.

Muitas vezes, são forçadas a percorrer distâncias maiores em busca de água e alimentos, aumentando a sua vulnerabilidade a assédios e agressões. Além disso, o deslocamento forçado por eventos climáticos extremos pode resultar na perda de redes de apoio e na exposição a situações de maior risco. No entanto, as políticas climáticas ainda não incorporam de forma ampla medidas de proteção específicas para mulheres e meninas em situações de emergência ambiental, ignorando a necessidade de abordagens de adaptação e mitigação que considerem as desigualdades de gênero de forma estrutural.

Portanto, se a justiça climática busca realmente ser inclusiva e eficaz, é essencial garantir que mulheres e jovens não apenas participem do debate climático, mas tenham influência real na construção de soluções e acesso a recursos para liderar a transição ecológica. Isso significa criar mecanismos que garantam financiamento para iniciativas lideradas por mulheres e jovens, fortalecer as redes de proteção contra a violência de gênero em meio a crises ambientais e garantir que as políticas climáticas sejam formuladas a partir de uma perspectiva interseccional. Sem esse compromisso, as injustiças estruturais que a crise climática agrava continuarão a ser reproduzidas, perpetuando um modelo de governança ambiental que marginaliza aqueles que mais contribuem com a luta por um planeta sustentável.

A comunidade LGBTIA+ também está entre as mais vulneráveis aos impactos da crise climática, mas a sua situação é frequentemente ignorada dentro da governança climática global. A interseção entre identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade ambiental é uma questão crítica, pois pessoas LGBTIA+ já enfrentam desigualdades estruturais que se agravam diante de eventos climáticos extremos e desastres ambientais. Muitas vivem em situação de marginalização social, com acesso reduzido a moradia segura, serviços de saúde e redes de apoio. Em meio a crises humanitárias causadas por desastres ambientais, essa população sofre discriminação em abrigos, tem dificuldades de acesso a auxílios emergenciais e, em muitos casos, enfrenta violência e preconceito nos próprios espaços de acolhimento.

A falta de dados sobre a forma como a crise climática impacta pessoas LGBTIA+ é um dos principais desafios para a inclusão dessa pauta nas agendas estratégicas das COPs. Em muitos países, essa população já é invisibilizada por políticas públicas em tempos normais, o que se agrava ainda mais em meio a desastres ambientais. Durante o furacão Katrina, nos Estados Unidos, por exemplo, houve relatos de casos de pessoas trans que foram impedidas de acessar abrigos por não se enquadrarem nas divisões binárias de gênero impostas pelos centros de acolhimento. Situações similares ocorrem em vários países do Sul Global, onde a LGBTfobia institucionalizada cria barreiras adicionais para que essas pessoas sejam atendidas em situações de emergência climática. A falta de reconhecimento dessas especificidades significa que políticas de adaptação e mitigação não levam em conta as suas necessidades, perpetuando um ciclo de exclusão dentro da resposta à crise climática.

Apesar da vulnerabilidade, a comunidade LGBTIA+ tem desempenhado um papel ativo na luta pela justiça climática, muitas vezes conectando as suas pautas à luta anticolonial, antirracista e feminista. Organizações como a Queer Ecojustice Project e redes de ativismo ambiental queer têm demonstrado como a destruição ambiental e a marginalização de corpos dissidentes fazem parte da mesma estrutura de exploração e desigualdade. A ideia de "justiça climática queer" propõe um olhar mais amplo para a crise ambiental, considerando como as normas cisheteronormativas influenciam a distribuição do acesso a recursos e direitos ambientais. Ativistas LGBTIA+ têm atuado na intersecção entre clima, direitos humanos e políticas urbanas, denunciando a falta de segurança habitacional para pessoas queer e a necessidade de incluir recortes de diversidade sexual e de gênero na formulação de políticas ambientais e sociais.

Dentro do movimento climático global, ainda há resistência à integração plena das demandas da população LGBTIA+. Embora o debate sobre gênero tenha ganhado espaço nas COPs nos últimos anos, ele ainda é amplamente limitado a uma perspectiva cisheteronormativa, focada apenas na desigualdade entre homens e mulheres. Isso ignora as realidades de pessoas não binárias, trans e queer, que também sofrem os impactos diretos da crise climática e podem trazer contribuições valiosas para a construção de soluções mais inclusivas. É fundamental que as políticas climáticas adotem uma abordagem interseccional, que reconheça como diferentes opressões se cruzam e influenciam a capacidade das pessoas de resistir, se adaptar e atuar na transformação da sociedade diante das mudanças climáticas.

Se as COPs quiserem realmente promover uma transição ecológica justa, elas terão que garantir que mulheres, jovens, pessoas racializadas e pessoas LGBTIA+ tenham não apenas voz nos debates, mas influência real sobre as políticas e mecanismos de financiamento climático.

Isso envolve não só garantir a representatividade desses grupos em delegações governamentais e espaços decisórios, mas também criar políticas de proteção das populações vulneráveis em situações de desastre climático. A luta por justiça climática não pode ser dissociada da luta contra todas as formas de opressão e desigualdade. Sem esse compromisso, as políticas ambientais continuarão a reproduzir as mesmas estruturas excludentes que perpetuam vulnerabilidades e limitam o alcance das soluções climáticas globais.



O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL NA AGENDA DE CLIMA: DESAFIOS, IMPASSES E OPORTUNIDADES

A sociedade civil tem desempenhado um papel fundamental na agenda climática global, desde a mobilização de diversos atores para pressionar governos e empresas até a implementação de soluções locais para mitigação e adaptação. No entanto, a sua influência nos espaços formais de negociação, como as Conferências das Partes (COPs), ainda é limitada e frequentemente marginalizada em processos decisórios (BULKLEY, 2021).

A participação da sociedade civil nas COPs tem crescido ao longo dos anos, mas existem algumas dificuldades significativas para garantir que essa presença se traduza em impacto real. O credenciamento para participação nas negociações tem sido um obstáculo, com muitas organizações enfrentando dificuldades para ter acesso aos espaços em que as decisões são efetivamente tomadas (SCHROEDER; LOVELL, 2019). Embora as COPs contemplem espaços de diálogo entre governos e organizações da sociedade civil, esses fóruns frequentemente servem mais como espaços de escuta do que de influência direta sobre as negociações climáticas.

Os movimentos sociais, indígenas e ambientalistas têm desempenhado um papel importante de denúncia das contradições dos processos de negociação climática. Muitas dessas organizações destacam a falta de compromisso dos países desenvolvidos em cumprir as suas promessas de financiamento e a priorização de soluções tecnológicas em detrimento de abordagens baseadas na justiça climática (DUBASH et al., 2022). Organizações como o Observatório do Clima, no Brasil, e a Climate Justice Alliance têm criticado a lentidão na implementação de medidas concretas para mitigação e adaptação, destacando que a crise climática amplifica desigualdades preexistentes.

Um dos principais impasses enfrentados pela sociedade civil nas COPs é a influência do setor corporativo sobre as negociações. Empresas de combustíveis fósseis e outras indústrias poluentes continuam a ter forte presença nos espaços de decisão, o que muitas vezes limita a adoção de medidas mais ambiciosas para a redução das emissões (LIVERMAN, 2020). Estudos apontam que cerca de 636 lobistas ligados à indústria de combustíveis fósseis participaram da COP 27, superando a presença de muitas delegações nacionais (CLARK et al., 2022). Essa influência direta do setor privado tem sido criticada por organizações da sociedade civil, que denunciam o risco de que o setor corporativo tome conta das políticas climáticas globais.

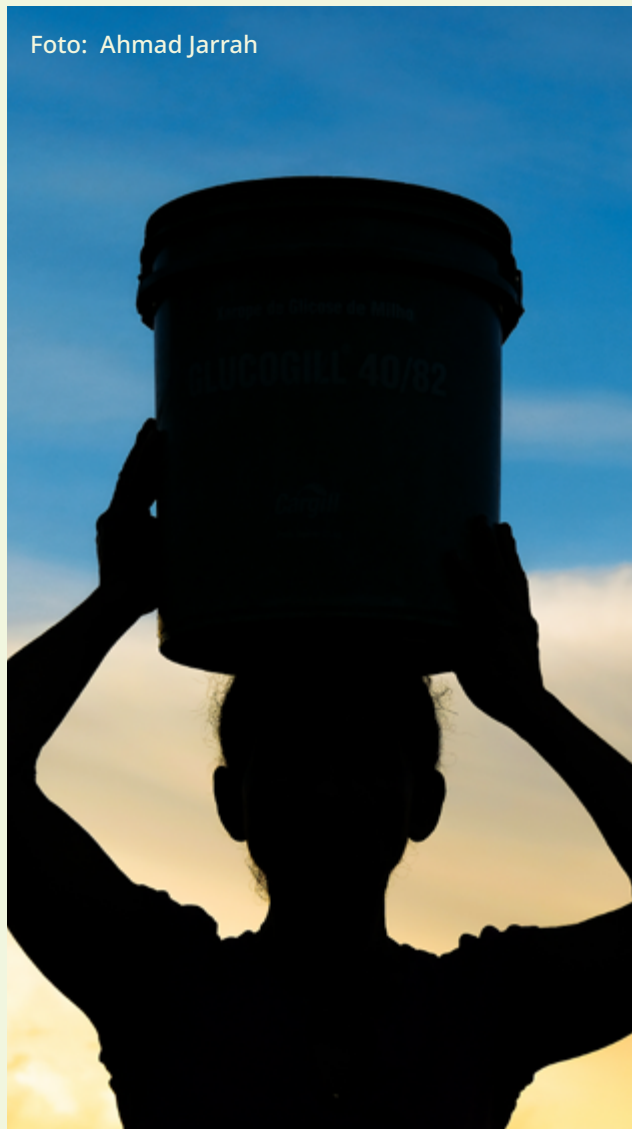
A construção de alianças entre organizações da sociedade civil tem sido uma estratégia importante para fortalecer a incidência política. Redes como o Observatório do Clima no Brasil e a Alianza Fondos del Sur têm promovido iniciativas para garantir que as vozes do Sul Global tenham mais representação nas negociações climáticas (PATEL; MOHAMMAD, 2023). A articulação entre movimentos sociais, universidades e comunidades locais tem sido fundamental para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

A crescente criminalização de ativistas ambientais e defensores dos direitos humanos tem sido um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade civil na luta climática. Em diversas partes do mundo, lideranças indígenas, ambientalistas e jornalistas sofrem perseguições, ameaças e são até mesmo assassinados por denunciar crimes ambientais e lutar pela proteção de ecossistemas. Esse cenário tem se mostrado particularmente grave na América Latina, onde países como Brasil, Colômbia e Honduras registram altos índices de violência contra defensores ambientais (GLOBAL WITNESS, 2022). A falta de proteção estatal e a impunidade para crimes contra ativistas tornam ainda mais difícil a atuação da sociedade civil nas questões climáticas.

Ao mesmo tempo, há oportunidades para fortalecer a participação da sociedade civil na agenda climática. Iniciativas de incidência e pressão política têm conseguido influenciar políticas públicas e compromissos governamentais. A atuação da sociedade civil foi determinante, por exemplo, na imposição de metas mais ambiciosas no Acordo de Paris e na criação de mecanismos como o Fundo de Perdas e Danos (UNFCCC, 2023). Além disso, fóruns paralelos às COPs, como a Cúpula dos Povos e a Conferência da Juventude (COY), têm possibilitado maior articulação entre diferentes movimentos e setores da sociedade.

Outro desafio importante é a desigualdade no acesso à informação e à capacitação técnica. Muitas organizações da sociedade civil, especialmente no Sul Global, enfrentam dificuldades para acompanhar os complexos debates das COPs e influenciar as negociações (DUBASH et al., 2022). Programas de formação em diplomacia climática e advocacy ambiental, como os desenvolvidos pelo Engajamundo e pelo Climalnfo, têm buscado diminuir essa lacuna, mas ainda existe uma grande disparidade na participação da sociedade civil de diferentes regiões do mundo.

Foto: Ahmad Jarrah



Além disso, como mencionado, as barreiras linguísticas representam um obstáculo significativo para a participação plena e equitativa nas COPs. A maioria das negociações, documentos oficiais e debates acontecem em inglês, o que limita o potencial de envolvimento de ativistas, comunidades tradicionais e representantes de organizações do Sul Global que não dominam o idioma. Embora existam serviços de tradução simultânea em algumas sessões oficiais, esses recursos nem sempre são disponibilizados nos espaços mais estratégicos, como reuniões técnicas e negociações bilaterais, dificultando o acompanhamento e a intervenção qualificada desses atores. Isso cria um ambiente de exclusão estrutural, onde apenas aquelas pessoas com fluência no idioma – muitas vezes provenientes de países do Norte Global – conseguem ter participação plena, enquanto os demais enfrentam dificuldades para expressar as suas demandas e compreender os desdobramentos das discussões. Consequentemente, vozes fundamentais para a justiça climática, especialmente aquelas ligadas a povos indígenas, comunidades quilombolas e ativistas de base, continuam à margem do processo decisório.

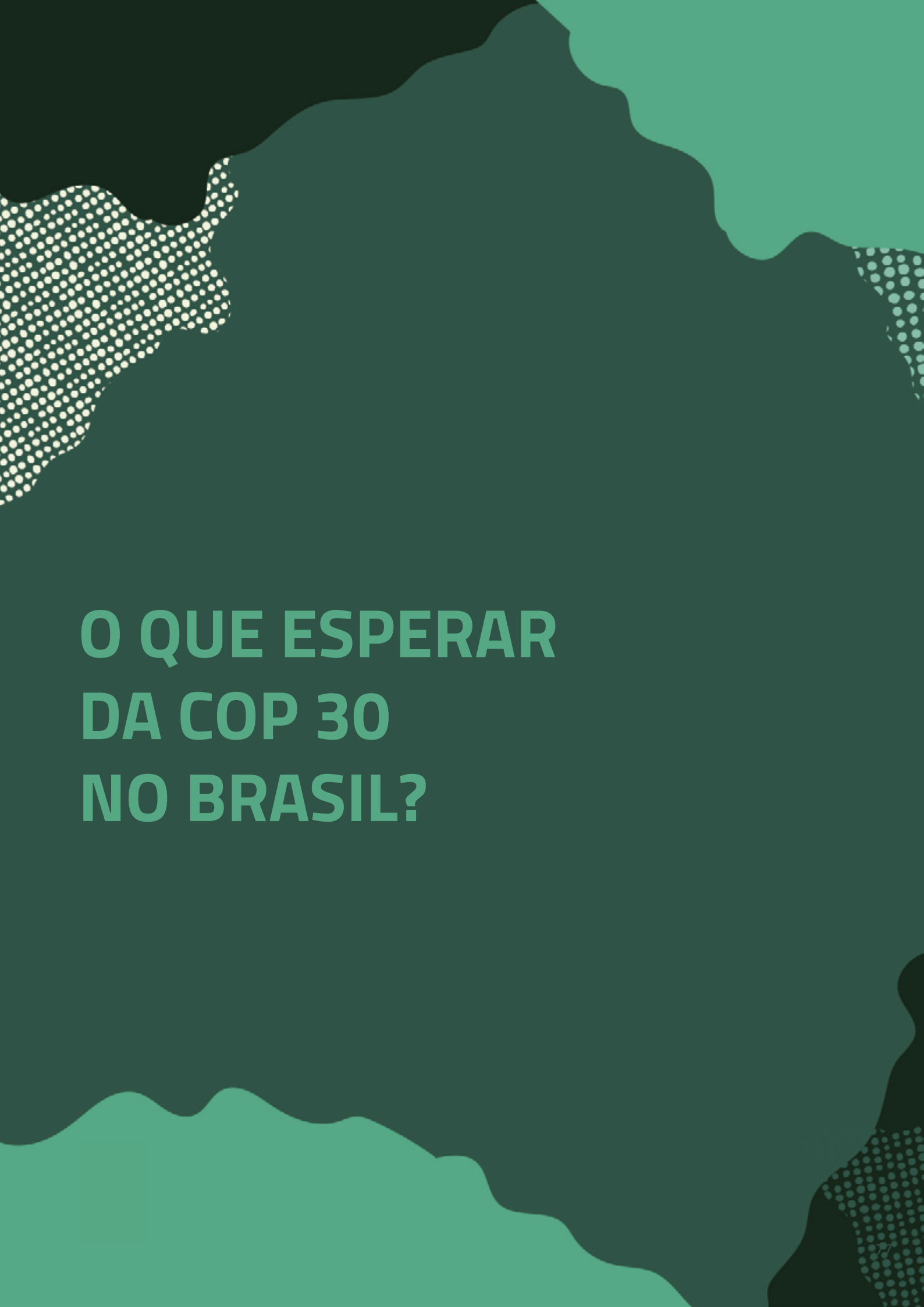
Os altos custos associados à participação nas COPs, conforme destacado acima, também impõem barreiras significativas, especialmente para as delegações do Sul Global e representantes de comunidades periféricas.

O credenciamento para eventos oficiais, passagens aéreas, acomodações nas cidades-sede – que costumam ter preços elevados durante a conferência – e despesas diárias tornam inviável a presença de muitos atores que poderiam contribuir ativamente para o debate climático. Enquanto governos e grandes empresas conseguem custear as suas delegações e garantir a presença contínua nesses espaços, organizações da sociedade civil, coletivos juvenis e comunidades tradicionais muitas vezes dependem de bolsas e doações, que nem sempre são suficientes para cobrir todas as despesas.

Essa desigualdade de acesso reforça a hegemonia dos países ricos e de interesses corporativos nas negociações climáticas, dificultando a construção de um debate verdadeiramente plural e democrático. Sem mecanismos eficazes para subsidiar a participação de grupos historicamente excluídos, as COPs seguirão reproduzindo disparidades globais e limitando a representatividade nos espaços de tomada de decisão sobre o futuro do planeta.

Por fim, o fortalecimento da sociedade civil depende da democratização do acesso ao financiamento, à informação e da criação de políticas públicas que garantam a sua participação ativa no processo decisório. A transição climática não pode ser conduzida apenas por governos e empresas; é essencial que a sociedade civil esteja no centro desse processo. Somente com uma governança climática inclusiva será possível construir soluções verdadeiramente eficazes e alinhadas com as necessidades das populações mais impactadas pelas mudanças climáticas (UNFCCC, 2023).





O QUE ESPERAR DA COP 30 NO BRASIL?

Conforme apontado anteriormente, a realização da COP 30 na Amazônia soma uma dimensão simbólica e estratégica ao evento, reforçando a necessidade de preservação de ecossistemas fundamentais para o equilíbrio climático global. A conferência acontecerá em um momento crítico da governança climática global. A conferência será marcada por desafios urgentes e pela necessidade de fortalecer a cooperação internacional para acelerar a implementação dos compromissos climáticos. Conforme destacado pela presidência da COP 30, a governança climática enfrenta um período de transição: após décadas de negociações, é essencial avançar para ações concretas que garantam a redução das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação dos territórios mais vulneráveis.

A **Primeira Carta do Presidente da COP 30**, Embaixador André Corrêa do Lago, é um documento fundamental para compreender o posicionamento do Brasil como país anfitrião e a visão estratégica que norteará a conferência. Essa carta não apenas apresenta a importância da COP 30 no contexto da governança climática global, mas também aponta os principais desafios que o evento buscará abordar, como a necessidade de transição de um modelo de governança baseado em negociações diplomáticas para um novo ciclo de implementação e ação climática acelerada.

A carta destaca que a COP 30 será a primeira conferência climática realizada indiscutivelmente no epicentro da crise climática. O evento ocorrerá em meio a recordes sucessivos de temperatura global, tendo o ano de 2024 se consolidado como o ano mais quente já registrado e o primeiro a ultrapassar a média de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Outro ponto fundamental abordado na carta é a necessidade de cooperação internacional para enfrentar a emergência climática. Assim como a comunidade internacional já se uniu no passado para enfrentar ameaças globais – como por exemplo no contexto das Guerras Mundiais, no período da Guerra Fria, na crise de 2008, na Pandemia da Covid-19, entre outros –, a presidência da COP 30 propõe um esforço conjunto para combater o colapso climático. Inspirado no conceito indígena brasileiro de *Motirão*, que representa a colaboração comunitária em prol de objetivos comuns, o Brasil convida governos, o setor privado, a sociedade civil e comunidades locais a formarem um *mutirão global* para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e resiliente ao clima.



Além disso, a presidência da COP 30 reforça o papel estratégico da Amazônia no contexto da governança climática global. O fato de a conferência ser sediada na região representa uma oportunidade única de mobilização de financiamento internacional para a proteção das florestas e para a promoção de modelos de desenvolvimento sustentáveis. A restauração florestal e o combate ao desmatamento são apresentados como elementos centrais na mitigação da crise climática, dada a capacidade desses ecossistemas de remover grandes quantidades de CO₂ da atmosfera. Nesse sentido, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são destacados como protagonistas na proteção dos biomas tropicais e na implementação de soluções baseadas na natureza.

Decerto, a carta da presidência brasileira evidencia a necessidade de compreender a COP 30 não apenas como um evento diplomático, mas como um marco no avanço da governança climática global.

O posicionamento do Brasil revela que a conferência pretende ir além da formulação de compromissos, focando na operacionalização de soluções concretas. A proposta de uma nova abordagem de governança climática, mais inclusiva e orientada à ação, se alinha diretamente com as discussões sobre os atores e as agendas estratégicas da COP 30, que serão exploradas a seguir.

Dessa forma, a COP 30 não deve ser apenas um espaço de debate, mas um momento decisivo para alinhar ações concretas e fortalecer os compromissos climáticos globais. A presidência brasileira destaca a necessidade de integrar diferentes setores e escalas de governança para garantir que os avanços das negociações climáticas se traduzam em impactos reais e efetivos nos territórios. Além disso, o evento deve consolidar discussões sobre financiamento climático, transição energética, adaptação e justiça climática, promovendo uma abordagem que contemple tanto os desafios técnicos e econômicos quanto os sociais e ambientais. Com isso, a organização da conferência, os atores envolvidos e as agendas estratégicas da COP 30 se tornam elementos centrais para entender sua relevância e impacto potencial no enfrentamento da crise climática global.

A Segunda Carta do Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago, marca a transição da visão para a ação no processo de preparação para a conferência. Enquanto a primeira carta apresentou os fundamentos estratégicos da Presidência brasileira, essa segunda comunicação propõe direções concretas para a mobilização global, implementação do Acordo de Paris e inovação na governança climática.

O documento reitera a gravidade da situação climática – já que 2024 foi reconhecido como o ano mais quente da história e os níveis de CO₂ atmosférico atingiram marcas sem precedentes em 800 mil anos – e propõe quatro frentes de atuação até a COP 30: mobilização global, Agenda de Ação, negociações formais e Cúpula de Líderes. Em destaque, o Mutirão Global propõe uma abordagem descentralizada, baseada em ações autodeterminadas e inspirada em práticas comunitárias, como o conceito indígena de *motirão*.

A carta também apresenta os “Círculos de Liderança”, instâncias estratégicas e simbólicas criadas para agregar vozes plurais à construção de soluções climáticas. São eles: o Círculo dos Presidentes das COPs, o Círculo dos Povos (liderado pela ministra Sonia Guajajara), o Círculo de Ministros da Fazenda e o Círculo do Balanço Ético Global (conduzido por Marina Silva). Esses círculos compõem uma estrutura policêntrica de aconselhamento à Presidência brasileira, conectando experiências técnicas, éticas, culturais e ancestrais na formulação de respostas à crise.

Por fim, o documento reforça que os modelos de governança atuais são insuficientes diante da complexidade da crise climática. A presidência brasileira propõe novas formas de cooperação internacional, associando ciência, inovação tecnológica e sabedoria ancestral. A COP 30 é apresentada como uma oportunidade histórica para alinhar ações concretas em todas as escalas, fortalecendo uma transição justa, sustentável e inclusiva.

ORGANIZAÇÃO, ATORES E AGENDAS ESTRATÉGICAS

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será uma conferência de grande importância para a governança climática global, pois ocorrerá em meio a desafios urgentes para o cumprimento das metas do Acordo de Paris, em especial a limitação do aumento da temperatura global a 1,5°C. O Brasil, na condição de país anfitrião, terá a oportunidade de pautar a agenda climática global, destacando a importância da Amazônia e de soluções baseadas na natureza. Além disso, será um momento crucial para avaliar a implementação dos compromissos financeiros assumidos nas COPs anteriores e impulsionar novas negociações de mecanismos de financiamento climático. A expectativa é que o país aproveite essa oportunidade para fortalecer sua posição diplomática e apresentar propostas concretas de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável.

A COP 30 também deve marcar um momento decisivo para o debate sobre a **transição justa**. A equidade climática, que reconhece as responsabilidades diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, será um dos principais eixos das negociações. Espera-se que o Brasil e outras nações do Sul Global pressionem por mecanismos mais eficazes de financiamento climático e transferência de tecnologia, garantindo que os países em desenvolvimento tenham os recursos necessários para implementar suas políticas climáticas sem comprometer seu crescimento econômico.

Além dos aspectos diplomáticos, a logística e a infraestrutura de Belém serão um grande desafio para a organização da COP 30. Diferente de cidades como Dubai ou Glasgow, que sediaram conferências anteriores, Belém tem uma infraestrutura urbana e de transporte mais limitada, o que demandará investimentos significativos para receber as delegações internacionais, a sociedade civil e a imprensa. A realização do evento na Amazônia também representa um desafio logístico, considerando a necessidade de garantir acessibilidade e sustentabilidade no planejamento da Conferência.

Outro aspecto importante será a participação da sociedade civil. Nos últimos anos, a presença de organizações indígenas, quilombolas, movimentos juvenis e feministas vem se ampliando nos espaços de negociação climática. Na COP 30, espera-se que esses grupos assumam um papel ainda mais central, trazendo perspectivas locais e pressionando por compromissos mais ambiciosos dos governos. A Cúpula dos Povos e eventos paralelos à COP devem ganhar ainda mais destaque, consolidando a importância da participação social na governança climática.

A realização da COP 30 no Brasil também abre espaço para um debate aprofundado sobre o uso da terra e sistemas alimentares, um dos temas mais importantes atrelados às agendas climáticas. O país é um dos maiores exportadores agrícolas do mundo, mas enfrenta críticas pelo avanço do desmatamento e da monocultura em biomas como a Amazônia e o Cerrado. Durante a conferência, questões como a transição agroecológica, a restauração de ecossistemas e o impacto do agronegócio nas emissões de carbono estarão no centro das discussões.

A **agenda de financiamento climático** é um tema prioritário da COP 30. A expectativa é que os países do Sul Global pressionem pelo cumprimento dos compromissos financeiros assumidos por países ricos. Também são esperados avanços na definição de novos mecanismos de financiamento, como o Fundo de Perdas e Danos, que visa apoiar países vulneráveis aos impactos da crise climática.

O Brasil terá o desafio de equilibrar interesses internos e externos durante as negociações. O governo precisará lidar com pressões tanto de setores ambientalistas quanto do agronegócio e da indústria de combustíveis fósseis, que ainda têm grande influência sobre a economia nacional. Como anfitrião, serão cobrados ao país compromissos concretos para redução do desmatamento e transição energética, especialmente o fim dos subsídios aos combustíveis fósseis e a expansão das energias renováveis.

A COP 30 também deve consolidar a importância das soluções baseadas na natureza, com destaque para o papel das florestas tropicais na mitigação da crise climática. O Brasil, juntamente com outros países com grandes biomas, como a Indonésia e a República Democrática do Congo, pode impulsionar acordos de cooperação para proteção florestal e implementação de políticas de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

VISÃO GERAL

- A COP 30 abordará temas como financiamento climático, redução de emissões de gases de efeito estufa, adaptação às mudanças climáticas, tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono.
- Será discutido o financiamento climático para países em desenvolvimento, a preservação de florestas e da biodiversidade, os impactos sociais das mudanças climáticas, a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e a integração das negociações climáticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Espera-se que o Brasil apresente avanços significativos em sua agenda ambiental, fortaleça o diálogo sobre os impactos sociais das mudanças climáticas, lidere pelo exemplo e transforme um modelo insustentável em sustentável.
- Em Belém, a COP 30 será a primeira conferência climática sediada na Amazônia, oferecendo aos habitantes da região a oportunidade de assumir um protagonismo no debate climático mundial.

Por fim, a COP 30 representa uma oportunidade única para que o Brasil demonstre a sua liderança na agenda climática global. Se bem aproveitada, a conferência pode fortalecer a diplomacia ambiental brasileira e consolidar compromissos mais robustos para a implementação de políticas climáticas eficazes. No entanto, isso dependerá da capacidade do país de articular diferentes setores da sociedade e garantir que a COP 30 seja um marco na luta contra a crise climática. Além disso, no contexto da COP 30, é imperativo que os compromissos assumidos se traduzam em ações concretas e mensuráveis. Em um cenário em que os níveis de gases de efeito estufa atingem patamares há muito não observados – com registros apontando para concentrações próximas de 420 ppm de CO₂ – a Conferência de Belém pode se tornar o catalisador da conversão de intenções em práticas robustas e servir para traçar um roteiro acelerado para os próximos anos, indo além da simples atualização das NDCs e estabelecendo mecanismos que garantam a implementação imediata e eficaz de medidas de mitigação e adaptação.

Ademais, é fundamental repensar o financiamento climático a partir de uma nova perspectiva. Embora compromissos anteriores voltados ao aporte de recursos para países em desenvolvimento tenham sido promessas não cumpridas integralmente, a magnitude dos investimentos necessários para uma transição verdadeiramente sustentável pode ultrapassar cifras bilionárias – atingindo a ordem de US\$ 1,3 trilhão, conforme decisão da COP 29. Esse novo patamar financeiro demandará o realinhamento dos fluxos de recursos públicos e privados, a fim de garantir que os recursos sejam distribuídos de forma inclusiva e justa, permitindo assim que nações vulneráveis implementem políticas de baixo carbono sem comprometer seu desenvolvimento socioeconômico. Em última análise, a COP 30 deve reafirmar a integração entre mitigação e adaptação, mostrando que a luta contra a crise climática passa simultaneamente pela redução de emissões e pelo fortalecimento da resiliência dos sistemas naturais e humanos diante dos eventos extremos.

Segundo Ana Toni²² – ex-Secretária de Mudança Climática do MMA e CEO da COP 30 –, o sucesso da conferência depende do compromisso de todas as nações em adotar metas nacionais ambiciosas e criar condições internacionais que acelerem a ação climática. De acordo com a Secretária, cada país deve chegar a Belém preparado para implementar transformações significativas, evidenciando que, em um mundo onde as mudanças climáticas se tornam uma emergência presente, a cooperação global e o financiamento adequado são essenciais para garantir um futuro sustentável.

A transição justa será um tema central na conferência, envolvendo discussões sobre como garantir que a mudança para uma economia de baixo carbono ocorra de forma equitativa. Questões como a requalificação de trabalhadores de setores poluentes, proteção social para as comunidades afetadas e financiamento para uma economia regenerativa estarão no centro das negociações.

Outro aspecto marcante da COP 30 será a ampliação da participação dos países do Sul Global, que historicamente têm reivindicado uma abordagem mais justa e equitativa no enfrentamento das mudanças climáticas. Esses países exigem, há décadas, não apenas o reconhecimento de suas vulnerabilidades, mas também o acesso a recursos financeiros robustos e mecanismos de cooperação internacional que viabilizem medidas eficazes de adaptação e mitigação. Nesse contexto, o Brasil tem a oportunidade de assumir uma liderança estratégica, articulando alianças sólidas com nações da América Latina, África e Ásia. Essa cooperação não só fortalecerá a posição de negociação do bloco dos países do Sul Global, mas também criará uma frente unificada capaz de pressionar por políticas e financiamentos que reparem as desigualdades históricas e promovam a justiça climática em escala global.

Além disso, na COP deste ano, espera-se que as experiências locais, estatais e comunitárias continuem a ter maior impacto nas discussões e políticas ambientais. Historicamente, as COPs concentravam-se quase exclusivamente em negociações entre governos nacionais, relegando as iniciativas locais a um segundo plano. Entretanto, nos últimos anos ficou evidente que cidades e estados são verdadeiros laboratórios de inovação em políticas climáticas, implementando soluções práticas e adaptadas às realidades regionais. Essa mudança de paradigma reflete a necessidade de alinhar estratégias internacionais com ações de base, acelerando a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

²² Referência: "[How to Make COP 30 a Climate Turning Point](#)"



Por outro lado, a COP 30 pode marcar um avanço considerável na incorporação de uma perspectiva interseccional à agenda climática. As discussões climáticas dessas conferências sempre se concentravam mais em metas nacionais e compromissos governamentais, enquanto questões de gênero, raça e outros determinantes sociais ficavam à margem dos debates. Contudo, na COP 30, há uma oportunidade inédita de reconhecer que os impactos das mudanças climáticas se entrelaçam com desigualdades históricas: mulheres, jovens e comunidades negras sofrem de maneira desproporcional com desastres ambientais e eventos extremos. Ao incluir essas vozes nos processos de tomada de decisão, a conferência pode promover políticas que reflitam as realidades e necessidades de grupos tradicionalmente marginalizados, criando soluções climáticas mais justas e eficazes.

Paralelamente, o financiamento de projetos sustentáveis desponta como uma das principais pautas estratégicas. De fato, a conferência visa repensar os fluxos financeiros globais para acelerar a transição para uma economia verde. Esse novo paradigma financeiro envolve a mobilização de recursos – que devem ser realinhados para atingir não apenas grandes empresas ou governos, mas também comunidades vulneráveis –, garantindo que os investimentos promovam ações de mitigação e adaptação que sejam equitativas e eficazes. As filantropias, o setor privado e os bancos multilaterais têm papel crucial nesse cenário, pois sua atuação pode facilitar o acesso de países em desenvolvimento a recursos que possibilitem a implementação de políticas climáticas ambiciosas e inclusivas. Em suma, a COP 30 se propõe a transformar a forma como os recursos financeiros são distribuídos, promovendo uma justiça econômica que complemente os esforços de proteção ambiental e fortaleça a resiliência das comunidades mais fragilizadas.


No entanto, o cenário de **financiamento climático** tem passado por mudanças radicais, especialmente com a retração do financiamento internacional e o fechamento de instituições dos Estados Unidos da América, como a USAID. A crise de financiamento que o mundo está atravessando, produto do impacto das políticas do atual governo americano, deixaram marcas profundas nos fluxos de recursos para iniciativas ambientais e sociais, tornando incerto o futuro da cooperação internacional e até da filantropia do Norte Global voltada para o clima. Diante disso, a análise sobre o papel da filantropia na COP 30 precisa ser revisitada, tendo em vista os novos desafios para captar e direcionar recursos de maneira eficaz. É essencial avaliar como a redução de financiamento impactará o acesso de comunidades vulneráveis a fundos para mitigação e adaptação climática e como podem ser estruturados novos mecanismos para evitar que a governança climática global se torne ainda mais desigual.

As organizações da filantropia, o setor privado e os bancos multilaterais e fundos públicos podem, em tese, desempenhar um papel crucial de facilitar o acesso de países em desenvolvimento e populações subalternizadas a recursos indispensáveis para a implementação de políticas climáticas ambiciosas e inclusivas.

Entretanto, as mudanças nos fluxos de financiamento internacional, a retração de recursos na filantropia global e o deslocamento de prioridades dos grandes doadores internacionais demandam novas estratégias para garantir que as iniciativas voltadas ao enfrentamento da crise climática em territórios vulneráveis continuem a ser viáveis. A COP 30, portanto, pode ser um momento determinante para a discussão de alternativas à dependência de recursos externos, explorando modelos de financiamento inovadores, como contribuições nacionais vinculadas a políticas públicas, ampliação de fundos descentralizados e maior integração de iniciativas locais com redes internacionais.

Por fim, a COP 30 será um momento crucial para consolidar avanços na governança climática global. O evento poderá redefinir prioridades para os próximos anos e estabelecer novas metas de cooperação internacional, tornando-se um marco na luta contra a crise climática. No entanto, diante do cenário atual de incerteza sobre financiamento, é preciso manter um olhar crítico sobre como os compromissos serão efetivamente implementados e se os países do Sul Global terão acesso justo e equitativo aos recursos necessários para enfrentar os desafios da crise climática.





ORIENTAÇÕES E “DICAS ÚTEIS” PARA PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA DE BELÉM: GUIA PRÁTICO PARA A SOCIEDADE CIVIL E ORGANIZAÇÕES DA FILANTROPIA INDEPENDENTE DO SUL GLOBAL

A COP 30 representa um momento histórico para o país e para os movimentos da sociedade civil engajados na luta climática.

A conferência será um espaço fundamental para debater a implementação de compromissos assumidos em eventos anteriores, como a Nova Meta Quantificada Coletiva de Financiamento Climático, e reforçar a integração entre biodiversidade, justiça climática e direitos humanos. Para organizações da sociedade civil (OSCs), ONGs, fundos de justiça socioambiental, diversos atores do ecossistema da filantropia e movimentos sociais e comunitários, a participação efetiva requer preparação, articulação e uma estratégia bem definida. Este breve guia apresenta orientações essenciais para fortalecer a presença da sociedade civil e maximizar seu impacto na COP 30.

Preparação e planejamento para participar da COP 30

A COP 30 será um evento de grande magnitude, reunindo delegações governamentais, a sociedade civil, o setor privado e acadêmicos para discutir os rumos da política climática global. Para que organizações da sociedade civil (OSCs), ONGs, fundos filantrópicos e movimentos sociais possam incidir de maneira estratégica nesse espaço, é fundamental um planejamento detalhado.

A seguir, destacamos os principais elementos, em forma de pergunta, para definir objetivos, estruturar uma estratégia eficaz e maximizar o impacto da participação.

QUAIS AS NOSSAS PAUTAS PRIORITÁRIAS?

Cada organização, grupo ou movimento deve começar a sua preparação identificando quais os seus principais interesses e demandas dentro da agenda climática. Definir uma pauta central não significa que a organização precise atuar em torno de um único tema, mas sim que haverá um eixo estratégico para sua incidência política e comunicacional na COP. Isso permitirá uma participação mais assertiva nos debates e facilitará a construção de alianças.

LEMBRANDO AS AGENDAS E PAUTAS ESTRATÉGICAS QUE SERÃO ABORDADAS NA CONFERÊNCIA

- **Justiça climática**
Defesa dos direitos das comunidades mais afetadas pela crise climática, combatendo desigualdades raciais, socioeconômicas e de gênero.
- **Financiamento climático**
Monitoramento e incidência para garantir que os recursos destinados à transição ecológica cheguem a quem mais precisa.
- **Biodiversidade e direitos territoriais**
Proteção de biomas, demarcação de terras indígenas e quilombolas e fortalecimento do manejo sustentável dos recursos naturais.
- **Transição energética justa**
Garantia de que a transição para uma economia de baixo carbono inclua trabalhadores, comunidades tradicionais e economias locais.
- **Juventudes, gênero e raça**
Fortalecimento do protagonismo de jovens, pessoas LGBTQIA+ e pessoas racializadas em espaços de decisão, garantindo que as suas vozes sejam ouvidas e influenciem as políticas públicas. Isso implica reconhecer que jovens, mulheres, pessoas racializadas e LGBTQIA+ enfrentam barreiras adicionais para acessar esses espaços, seja por discriminação institucional, falta de financiamento ou ausência de mecanismos para garantir a sua participação efetiva. Portanto, fortalecer o protagonismo juvenil deve envolver políticas que garantam não apenas a inclusão de jovens, mas também a ampliação da diversidade nos espaços de poder, promovendo uma governança climática mais representativa e justa.
- **Direitos indígenas e justiça climática para povos tradicionais**
Defesa do reconhecimento de povos indígenas e comunidades tradicionais como protagonistas na governança climática.

EM QUE EVENTOS E ESPAÇOS É POSSÍVEL PARTICIPAR?

A COP 30 terá diferentes tipos de eventos acontecendo simultaneamente. Para otimizar a participação, é essencial definir que espaços e atividades serão priorizados.

Eventos Oficiais e Paralelos na Zona Azul (credenciamento obrigatório junto à UNFCCC)

- Negociações formais entre governos e eventos organizados diretamente pela UNFCCC.
- Sessões ministeriais, onde são anunciados os compromissos climáticos e acordos multilaterais.
- Painéis técnicos sobre financiamento climático, mitigação e adaptação, biodiversidade, entre outros.
- Espaços de diálogo entre a sociedade civil e negociadores.
- Eventos paralelos nos espaços da UNFCCC e nos pavilhões.

Eventos e exposições na Zona Verde e espaços independentes sem necessidade de credenciamento junto à UNFCCC

- Fóruns organizados por ONGs, OSCs, universidades e o setor privado.
- Encontros de juventudes, povos indígenas, quilombolas e ativistas de justiça climática.
- Mesas de discussão sobre temas específicos, como transição energética, direitos humanos e economia regenerativa.
- Lançamentos de relatórios, campanhas e coalizões estratégicas.

Cúpulas Alternativas e Mobilizações Sociais

- Cúpula dos Povos – Principal evento alternativo das COPs, organizado por movimentos sociais.
- Fórum Global de Justiça Climática – Encontro que reúne ativistas e cientistas para denunciar injustiças climáticas e propor soluções.
- Marchas e manifestações – Mobilizações organizadas por movimentos como o **Extinction Rebellion**.

A escolha dos eventos deve levar em consideração o potencial de incidência da organização, a necessidade de articulação com parceiros estratégicos e a oportunidade de amplificar a sua pauta.

QUE REDES E COALIZÕES PODEMOS INTEGRAR?


A atuação em rede fortalece a sociedade civil e amplia as possibilidades de atuação no campo da incidência nas negociações climáticas. A COP 30 será um espaço em que diversas organizações se articularão para influenciar decisões e construir estratégias coletivas. Trabalhar em coalizões pode ser decisivo para garantir maior visibilidade e acesso a espaços estratégicos.

Para identificar redes e coalizões relevantes:

- Pesquise organizações que atuam em pautas semelhantes e já estão engajadas na COP 30.
- Participe de fóruns preparatórios, como os promovidos por organizações como o Observatório do Clima, Rede Comuã, Alianza Fondos del Sur, Aliança pela Justiça Climática e Engajamundo, do FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, Cúpula dos Povos, entre outros.
- Conecte-se com redes internacionais, como a Climate Action Network (CAN), a Indigenous Environmental Network e a Climate Justice Alliance.
- Identifique espaços de incidência conjunta, como grupos de trabalho temáticos dentro da **UNFCCC**, e encontros paralelos como a **Cúpula dos Povos**.

Trabalhar em articulação com outras organizações não apenas fortalece a incidência política, mas também facilita a troca de informações, o acesso a eventos fechados e a busca por financiamento para participação na COP.





COMO ORGANIZAR AS PARTICIPAÇÕES DE ATORES DA SOCIEDADE CIVIL NA CONFERÊNCIA?

Para maximizar a influência, é fundamental que OSCs e fundos filantrópicos enviem delegações bem preparadas. Algumas recomendações:

DIVERSIFIQUE AS PARTICIPAÇÕES

Inclua representantes de diferentes segmentos sociais. A diversidade dentro da delegação reforça a legitimidade e a capacidade de incidência da organização. Uma delegação eficaz deve refletir a pluralidade de perspectivas da sociedade civil, incluindo:

Mulheres e lideranças feministas

As mulheres estão na linha de frente da luta climática, especialmente em comunidades rurais e tradicionais, mas muitas vezes são sub-representadas nos espaços de decisão. A presença de lideranças femininas na delegação fortalece uma abordagem interseccional e equitativa.

Juventudes

Os movimentos juvenis têm desempenhado um papel fundamental na mobilização climática global. Garantir a participação de jovens nas delegações amplia o alcance das pautas e fortalece a conexão com redes de ativismo internacionais.

Povos indígenas e quilombolas

Comunidades tradicionais são as principais guardiãs da biodiversidade e territórios essenciais para a mitigação climática. A sua participação nas negociações é estratégica para garantir que suas demandas sejam incorporadas às políticas globais.

Ativistas LGBTIA+ e defensores de direitos humanos

A crise climática impacta desproporcionalmente as comunidades marginalizadas. Delegações que incluem ativistas LGBTIA+ ajudam a trazer um olhar interseccional para as negociações climáticas, garantindo que questões de equidade sejam abordadas de maneira transversal.

Cientistas e especialistas técnicos

A COP é um espaço em que dados científicos e evidências são fundamentais para influenciar políticas. Contar com a colaboração e dialogar com especialistas em biodiversidade, transição energética e justiça climática na delegação fortalece a incidência com base em evidências.

Comunicadores e jornalistas comunitários

A COP 30 será um evento de grande repercussão internacional. Delegações que incluem comunicadores e jornalistas independentes garantem que as pautas da sociedade civil sejam amplificadas para alcançar um público mais amplo.

A presença de uma delegação plural não apenas fortalece a representatividade da sociedade civil, mas também garante que diferentes perspectivas sejam consideradas na construção de estratégias de incidência durante a COP.

FORTALECER AS CAPACIDADES DAS PESSOAS QUE PARTICIPARÃO DA CONFERÊNCIA

Realizar debates e treinamentos prévios sobre os principais temas da COP é uma ação estratégica. Participar de uma COP exige conhecimento prévio sobre os processos de negociação climática, sobre os principais temas em discussão e sobre as estratégias de incidência política. Para garantir uma atuação eficaz, é fundamental que as delegações passem por treinamentos preparatórios.

TEMAS ESSENCIAIS PARA A CAPACITAÇÃO:

- **Regime multilateral e principais acordos climáticos**
Quais os objetivos, princípios e principais instrumentos desses acordos? Como funcionam as negociações? Quais as principais estratégias de incidência dentro da COP?
- **Governança climática e financiamento**
Quais são os principais mecanismos financeiros internacionais e como garantir que os recursos cheguem às comunidades mais vulneráveis?
- **Justiça climática e interseccionalidade**
Como garantir que raça, gênero, classe e território sejam considerados nas políticas climáticas?
- **Acordos multilaterais e posicionamentos políticos**
Quais os principais pontos de tensão nas negociações e como a sociedade civil pode influenciá-los?
- **Estratégias de comunicação e engajamento**
Como amplificar a voz da sociedade civil nos debates climáticos globais?

DICA: Organizações como ClimaInfo e Observatório do Clima oferecem cursos, treinamentos e materiais preparatórios para fortalecer a incidência da sociedade civil nos espaços de discussão climática internacionais. Recentemente, o Governo Federal também anunciou a disponibilização de um curso para a COP 30.

Leia em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/mma-enap-e-apolitical-lancam-capacitacao-online-sobre-cop30>

COMO TER ACESSO À COP 30?

A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) será um evento de grande magnitude, reunindo líderes globais, cientistas, representantes do setor privado e da sociedade civil para debater os rumos da governança climática internacional. Para OSCs, ONGs e fundos filantrópicos que desejam participar ativamente do evento, é importante entender os diferentes processos de acesso e credenciamento.

CRENCIAMENTO OFICIAL PELA UNFCCC

A principal forma de acesso à COP 30 é por meio do credenciamento oficial da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima). Esse credenciamento permite que organizações da sociedade civil participem e acompanhem as negociações internacionais. No entanto, vale notar que o processo de admissão como organização observadora pode levar alguns meses, devido ao volume de solicitações e à disponibilidade de recursos para avaliação. Portanto, é recomendável que as organizações interessadas iniciem o processo com bastante antecedência. Após a admissão, as organizações terão que registrar seus representantes para cada sessão ou reunião da UNFCCC em que desejarem participar, por meio do **Sistema de Registro Online (ORS)**.

PASSO A PASSO PARA O CRENCIAMENTO OFICIAL:

1. REGISTRO DA ORGANIZAÇÃO NA UNFCCC

- Se a sua organização ainda não é reconhecida como observadora da UNFCCC, será preciso apresentar um pedido formal de admissão.
- O processo de solicitação geralmente ocorre com um ano de antecedência e requer o envio de documentos institucionais, do estatuto da organização e de comprovação da sua atuação na agenda climática.
- Mais informações sobre o processo de credenciamento estão disponíveis no site oficial da UNFCCC: <https://unfccc.int/>

2. PEDIDO DE CRENCIAMENTO DE PARTICIPANTES

- Organizações já credenciadas podem solicitar credenciais para seus representantes durante o período de inscrição na COP 30.
- O número de credenciais disponíveis para cada organização é limitado e depende da quantidade de pedidos recebidos.

DICA: O credenciamento é altamente competitivo e o prazo de solicitação pode variar. Por isso, é essencial acompanhar os comunicados da UNFCCC e do Governo Brasileiro (e do local em que acontecerá a COP) e garantir que a sua organização seja devidamente registrada com antecedência.



CONVITES E CREDENCIAIS POR MEIO DE REDES PARCEIRAS

Muitas organizações da sociedade civil conseguem acesso à COP por meio de redes já credenciadas. Essas redes geralmente distribuem credenciais a parceiros estratégicos que compartilham das suas pautas e agendas.

REDES E COALIZÕES QUE COSTUMAM OFERECER CREDENCIAIS A OSCS:

- **Observatório do Clima**
Rede brasileira de organizações que atuam na incidência política climática.
- **Engajamundo**
Movimento juvenil que organiza delegações para as COPs.
- **Aliança pela Justiça Climática**
Coalizão que busca fortalecer a participação da sociedade civil nos processos climáticos globais.
- **Indigenous Environmental Network (IEN)**
Rede de povos indígenas que participa ativamente das negociações da UNFCCC.
- **Climate Action Network (CAN)**
Rede global que reúne diversas organizações ambientais e atua na incidência climática.

COMO BUSCAR CREDENCIAIS POR MEIO DESSAS REDES?

1. Faça contato com redes e coalizões climáticas nacionais e internacionais.
2. Demonstre interesse em integrar a delegação e contribuir para a incidência política do grupo.
3. Algumas redes têm processos de seleção internos, priorizando organizações que já colaboram com as suas pautas e estratégias.

DICA: Se a sua organização integra alguma coalizão climática, comece a conversar sobre o credenciamento o quanto antes! Muitas redes fecham as suas delegações meses antes do evento.

ALTERNATIVAS PARA ACOMPANHAR A COP 30 REMOTAMENTE

Caso a sua organização não consiga acesso presencial à COP 30, há diversas formas de acompanhar os debates e interagir com os processos decisórios à distância.

COMO ACOMPANHAR A COP REMOTAMENTE?

- **Transmissões ao vivo da UNFCCC**
Muitas das sessões de negociação serão transmitidas online no site oficial da UNFCCC.
- **Cobertura de redes da sociedade civil**
Organizações como [Climate Action Network](#) e [Observatório do Clima](#) fazem análises diárias sobre os avanços das negociações.
- **Plataformas de mobilização digital**
Movimentos sociais organizam campanhas online para amplificar as demandas da sociedade civil.

DICA: Mesmo à distância, a sua organização pode participar ativamente da COP por meio de campanhas digitais, envio de posicionamentos públicos e articulação com redes de incidência.



ESTRATÉGIAS PARA INCIDÊNCIA

Participar da COP 30 é apenas o primeiro passo, mas é fundamental saber como atuar estrategicamente para garantir que as pautas da sociedade civil sejam ouvidas e influenciem os debates e as negociações climáticas.

Isso requer um equilíbrio entre engajamento técnico, advocacy político e mobilização pública. É importante que a estratégia de incidência considere formas e ações de engajamento, pressão e comunicação antes e durante a COP. A seguir, destacamos algumas diretrizes essenciais para maximizar o impacto da participação de OSCs, ONGs, fundos filantrópicos e redes da sociedade civil. Isto porque, uma vez dentro da COP, é essencial saber como atuar para garantir que as pautas da sociedade civil sejam ouvidas:

- **Engajamento em Negociações:** Acompanhar as discussões técnicas sobre temas estratégicos como financiamento climático e justiça climática.
- **Advocacy e Pressão Política:** Mobilizar contatos com delegações governamentais para influenciar compromissos nacionais.
- **Uso Estratégico da Comunicação:** Ampliar vozes através das redes sociais e da mídia, denunciando retrocessos e destacando avanços.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO PARA ATIVISTAS E DEFENSORES AMBIENTAIS

A crescente criminalização de ativistas ambientais é um desafio. Algumas precauções recomendadas:

- **Registrar todas as comunicações:** Em casos de repressão ou perseguição, é essencial documentar as ocorrências.
- **Acessar redes e fundos de proteção** como a **Front Line Defenders** e o **Fondo de Acción Urgente**, o Fundo Casa Socioambiental e o Fundo Brasil de Direitos Humanos, que oferecem suporte emergencial ou informações para melhorar a segurança de ativistas e militantes. Esses possuem programas voltados à proteção de defensores de direitos humanos e ambientais, garantindo apoio financeiro, jurídico e estratégico para aqueles que enfrentam ameaças devido à sua atuação.
- **Evitar exposição desnecessária:** Se estiver em risco, prefira estratégias de incidência coletiva para evitar represálias individuais.

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E AMPLIFICAÇÃO DE VOZES

A COP é uma oportunidade de fortalecer as narrativas da sociedade civil. Algumas estratégias incluem:

- **Uso estratégico das redes sociais:** Produza conteúdo acessível, em tempo real, sobre os debates.
- **Construção de alianças com jornalistas:** Muitos veículos de comunicação independentes cobrem a COP sob a ótica da justiça climática.
- **Valorização de vozes locais e indígenas:** A narrativa hegemônica muitas vezes marginaliza comunidades que já implementam soluções climáticas há séculos.



PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS PARALELOS

Os eventos paralelos incluem painéis, mesas-redondas, workshops, assembleias e manifestações organizadas por ONGs, OSCs, fundos filantrópicos, movimentos sociais, universidades e até mesmo empresas. Eles ocorrem tanto na Zona Azul (organizados pela UNFCCC) quanto na Zona Verde e em espaços alternativos promovidos por redes da sociedade civil.

PRINCIPAIS TIPOS DE EVENTOS PARALELOS:

- **Painéis na Zona Azul:** promovidos por governos e organizações credenciadas, abordam temas como financiamento climático, justiça climática e transição energética em espaços da UNFCCC ou nos pavilhões de países, organizações internacionais e grupos da sociedade civil.
- **Zona Verde e espaços comunitários:** voltados à participação do público em geral, com exposições, palestras e fóruns interativos.
- **Cúpulas alternativas:** encontros organizados por movimentos sociais e coletivos independentes, como a Cúpula dos Povos.
- **Ações diretas e manifestações:** protestos e atos simbólicos para pressionar governos e corporações por compromissos mais ambiciosos.

Os eventos paralelos são oportunidades estratégicas para OSCs, ONGs, redes de ativismo e fundos climáticos, pois permitem:

- **Incidência política:** São espaços onde ativistas e organizações podem interagir diretamente com negociadores climáticos, apresentar propostas e cobrar compromissos.
- **Visibilização de pautas:** Muitas demandas da sociedade civil, especialmente de comunidades indígenas, quilombolas e juventudes, não são devidamente representadas nos espaços formais da COP. Os eventos paralelos servem para amplificar as suas vozes.
- **Troca de conhecimentos:** Especialistas, cientistas e comunidades compartilham experiências, tecnologias sociais e estratégias de adaptação ao clima.
- **Fortalecimento de redes e alianças:** O contato entre diferentes organizações permite a construção de colaborações futuras e o compartilhamento de oportunidades de financiamento.
- **Pressão sobre governos e o setor privado:** Muitos eventos paralelos servem para expor as falhas dos compromissos climáticos e denunciar práticas de *greenwashing*.

DIANTE DISSO, COMO SE ENGAJAR NOS EVENTOS PARALELOS?

- **Organizando um evento próprio**

Se sua organização quiser promover um evento paralelo na COP 30, é fundamental planejar com antecedência. As inscrições para eventos oficiais da Zona Azul geralmente acontecem meses antes da conferência e exigem credenciamento pela UNFCCC.

- **Participando de painéis e discussões**

Mesmo que a sua organização não esteja organizando um evento, é possível se envolver participando como palestrante ou debatedor em painéis promovidos por redes parceiras.

- **Marcando presença em fóruns estratégicos**

Cúpulas alternativas e fóruns comunitários oferecem espaços valiosos para a troca de conhecimentos e articulação de lutas comuns.

- **Produzindo materiais informativos**

Muitas organizações lançam relatórios, estudos e manifestos durante a COP, usando os eventos paralelos como plataforma para divulgar pesquisas e campanhas.

- **Aproveitando as oportunidades de networking**

A COP reúne financiadores, ativistas, governos locais e redes internacionais. Os eventos paralelos são espaços propícios para conectar sua organização com potenciais parceiros e apoiadores.

Para acompanhar as atualizações sobre os eventos paralelos da COP 30, é recomendável monitorar os anúncios oficiais da UNFCCC e do governo brasileiro, bem como as iniciativas de organizações da sociedade civil envolvidas na agenda climática.





EVENTOS PARALELOS:

- **Cúpula dos Povos**
Tradicional evento alternativo das COPs, organizado por movimentos sociais e indígenas para pautar justiça climática e direitos dos povos tradicionais.
- **Casa do Sul Global**
A Casa do Sul Global é uma iniciativa da Rede Comuã e da Alianza Socioambiental Fondos del Sur, criada com o objetivo de incidir junto a financiadores, em espaços e fóruns de filantropia e financiamento, a fim de ampliar os recursos para o Sul Global na chave de apoio a soluções locais de grupos, organizações e movimentos de base da sociedade civil.

As duas redes reúnem dezenas de organizações da filantropia independente de justiça socioambiental, que mobilizam recursos de diversas fontes e atuam em arranjos inovadores para garantir que o dinheiro chegue para apoiar essas soluções, com eficiência e segurança, estabelecendo relações de confiança com esses grupos.

A Casa do Sul Global terá a sua primeira edição em Belém, durante a COP 30, incidindo sobre financiamento para clima e biodiversidade, e poderá ser replicada, virtual ou presencialmente, em outros espaços em que seja possível incidir na ampliação dos recursos para o Sul Global.

- **Assembleia Global da Juventude pelo Clima (COY)**
Espaço liderado por jovens para discutir soluções climáticas interseccionais. Veja mais [aqui](#).
- **Fridays for Future na COP**
Mobilizações organizadas por jovens ativistas para pressionar governos por maior ambição climática.
- **Fórum Global de Justiça Climática**
Reúne movimentos sociais, ONGs e cientistas para debater os impactos da crise climática sobre populações vulneráveis.



ENGAJAMENTO PÓS-COP: COMO TRANSFORMAR COMPROMISSOS EM AÇÃO?

A participação da sociedade civil na COP 30 não deve se encerrar com o fim do evento. Pelo contrário, o período pós-COP é crucial para garantir que os compromissos assumidos nas negociações se traduzam em ações concretas.

Muitas promessas feitas durante a Conferência correm o risco de ficar apenas no discurso se não houver pressão contínua sobre governos, empresas e instituições internacionais. Monitorar, mobilizar e fortalecer redes de articulação são medidas essenciais para transformar os avanços conquistados na conferência em políticas públicas e mudanças estruturais.

Uma das formas mais eficazes de manter a incidência política após a COP é monitorar a implementação das decisões e compromissos assumidos pelos governos e pelo setor privado. Ferramentas como o Climate Action Tracker, que acompanha e avalia a ambição e o progresso das metas climáticas nacionais, podem ser aliadas para identificar se as medidas adotadas estão de fato alinhadas com o que foi prometido. Além disso, acompanhar relatórios do Observatório do Clima, da Rede LACLIMA e seu Observatório do Acordo de Paris, da Climate Justice Alliance e outras redes especializadas proporciona uma visão crítica sobre os avanços e retrocessos das políticas climáticas globais e nacionais.

A pressão sobre governos e instituições também precisa continuar. Organizações da sociedade civil podem desempenhar um papel fundamental ao cobrar o cumprimento de compromissos climáticos, tanto por meio de advocacy direto junto aos tomadores de decisão quanto por meio da mobilização pública. Organizar campanhas de pressão, divulgar informações sobre compromissos não cumpridos e participar de audiências públicas e consultas governamentais são estratégias fundamentais para garantir que as promessas feitas na COP 30 não sejam esvaziadas ao longo do tempo. O engajamento em fóruns nacionais, como conselhos de políticas públicas ambientais, é outra forma de manter a incidência ativa e influenciar diretamente a implementação dos acordos firmados.

Fortalecer as redes de articulação criadas ou ampliadas durante a COP é outro aspecto essencial do engajamento pós-conferência. Muitas conexões importantes são estabelecidas durante o evento, mas sem um esforço para mantê-las ativas, essas colaborações podem se enfraquecer. Continuar participando de reuniões, webinars, formações e campanhas conjuntas garante que as discussões e alianças construídas na COP se desdobrarão em ações concretas. Redes como a Coalizão pelo Clima, a Alianza Fondos del Sur e o Engajamundo são exemplos de iniciativas que seguem ativas ao longo do ano, promovendo articulações entre diferentes atores da sociedade civil.

A comunicação também é uma ferramenta poderosa para manter a agenda climática ativa após a COP. Relatar os desdobramentos das negociações, produzir materiais explicativos acessíveis e engajar audiências nas redes sociais são formas de ampliar o impacto das decisões tomadas no evento e garantir que a sociedade continue mobilizada. Publicar artigos, produzir vídeos educativos e realizar eventos de retorno para comunidades e grupos locais são estratégias que ajudam a democratizar o conhecimento adquirido e reforçar a necessidade de ação contínua.

Além disso, é fundamental que as organizações participem ativamente dos processos nacionais e regionais de implementação das políticas climáticas. Muitas das decisões tomadas na COP precisam ser traduzidas em legislações e programas nos países signatários. Acompanhamento legislativo, incidência em políticas públicas e participação em consultas governamentais são passos importantes para garantir que as metas assumidas na COP se tornem realidade. Nos casos em que os governos não se mostrarem dispostos

a implementar medidas adequadas, a litigância climática pode ser um instrumento eficaz, como já demonstraram casos emblemáticos como a ação da ONG Urgenda contra o governo da Holanda, que obrigou o país a acelerar sua transição para uma economia de baixo carbono.

Para além da incidência política e do monitoramento dos compromissos, o pós-COP também deve ser um momento de reforçar iniciativas locais de mitigação e adaptação climática. Projetos comunitários de reflorestamento, agroecologia, transição energética e justiça climática precisam de apoio contínuo para ampliar seu impacto. Muitas vezes, esses projetos podem ser fortalecidos por meio de parcerias estabelecidas durante a conferência, aproveitando oportunidades de financiamento e colaboração com redes internacionais.

Por fim, a participação contínua em espaços multilaterais e fóruns climáticos garante que a sociedade civil mantenha a sua influência no debate climático global. Participar desses espaços de forma estratégica permite que OSCs, ONGs, fundos e coletivos continuem pressionando por soluções concretas e equitativas para a crise climática.

A COP 30 pode ser um marco na história do Brasil e do Sul Global no âmbito da governança climática internacional, mas o seu impacto dependerá do que será feito depois. A continuidade da mobilização da sociedade civil é fundamental para garantir que as decisões tomadas na conferência não sejam apenas discursos vazios e sim catalisadores de mudanças reais e urgentes para enfrentar a crise climática.



REFLEXÕES FINAIS

A realização da COP 30 no Brasil representa um momento decisivo para a governança climática global, oferecendo uma oportunidade única para consolidar compromissos mais ambiciosos em mitigação, adaptação e financiamento climático.

No entanto, o sucesso da conferência dependerá não apenas da diplomacia entre Estados, mas também do engajamento da sociedade civil, dos movimentos sociais e das populações diretamente afetadas pela crise climática. A Amazônia, local simbólico e estratégico para essa COP, deve estar no centro das discussões, não apenas como um território a ser protegido, mas como um espaço em que soluções lideradas por comunidades locais possam ser reconhecidas e valorizadas.

A trajetória das COPs mostra que os avanços têm sido lentos e desiguais, muitas vezes frustrando as expectativas globais. O Acordo de Paris estabeleceu um marco importante, mas a sua implementação tem sido marcada por lacunas, compromissos insuficientes e pela falta de mecanismos de responsabilização. O aumento contínuo das emissões e a resistência de grandes economias em abandonar os combustíveis fósseis indicam que sem medidas concretas e vinculantes, a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C se tornará inatingível. A COP 30 não pode ser mais uma conferência de discursos vazios e promessas adiadas. É fundamental que os países avancem em metas reais e implementáveis de descarbonização, colocando a justiça climática no centro das negociações.

A sociedade civil tem um papel indispensável nesse processo, de pressionar governos e corporações a adotarem compromissos climáticos mais robustos.

Os movimentos indígenas, de pessoas racializadas, quilombolas, periféricos, feministas, LGBTIA+ e juventudes são protagonistas na luta por justiça climática e devem estar no centro das decisões da COP 30, e não relegados a espaços secundários. O protagonismo desses grupos não pode ser reduzido a uma presença simbólica; suas vozes e conhecimentos precisam ser incorporados estruturalmente ao desenho das políticas globais de enfrentamento à crise climática.

Outro desafio fundamental é o financiamento climático. O Sul Global, que sofre desproporcionalmente com os impactos da crise climática, continua enfrentando dificuldades para acessar os recursos prometidos pelos países desenvolvidos. O Fundo para Perdas e Danos, uma das principais conquistas das COPs recentes, precisa ser operacionalizado com urgência, garantindo que os países mais vulneráveis recebam apoio financeiro para



lidar com os impactos da crise. Além disso, a governança financeira do clima precisa superar a lógica excludente dos grandes bancos e organismos internacionais, garantindo que fundos cheguem diretamente às populações e iniciativas locais que já estão implementando soluções sustentáveis e regenerativas. A transição para uma economia de baixo carbono não pode aprofundar desigualdades; pelo contrário, deve ser um caminho para a redistribuição de recursos e poder.

A transição energética justa também deve estar no centro das discussões. O Brasil, com seu potencial para energias renováveis, tem a oportunidade de liderar uma agenda ambiciosa de substituição dos combustíveis fósseis e democratização do acesso à energia limpa.

No entanto, essa transição precisa ser socialmente inclusiva, garantindo que trabalhadores impactados pela reestruturação do setor energético não fiquem para trás. Além disso, soluções como o hidrogênio verde e o mercado de carbono precisam ser avaliadas criticamente para evitar que se tornem apenas instrumentos de "greenwashing", perpetuando desigualdades estruturais e favorecendo apenas as grandes corporações.

Outro aspecto crítico é a crescente influência do setor privado nas negociações climáticas. O aumento da participação de empresas e grupos de lobby nas COPs tem levantado preocupações sobre a captura corporativa dos espaços de decisão. Para que a agenda climática global seja realmente transformadora, é fundamental que a COP 30 estabeleça mecanismos que limitem a influência do capital sobre as políticas ambientais e fortaleçam o papel da sociedade civil como guardião dos compromissos climáticos. Se não existir transparência e participação democrática, haverá o risco de que a conferência se torne apenas mais um evento voltado à manutenção de interesses econômicos de curto prazo, em detrimento da ação climática de longo prazo.

Além disso, a justiça climática e a reparação histórica devem ser eixos fundamentais da COP 30. Os países do Norte Global, historicamente responsáveis pela maior parte das emissões, precisam assumir sua responsabilidade e comprometer-se com ações concretas para reparar os danos causados às populações mais vulneráveis. Isso inclui não apenas o financiamento climático, mas também a transferência de tecnologia, a capacitação de comunidades e o reconhecimento formal das contribuições dos povos indígenas e comunidades tradicionais para a proteção dos ecossistemas. A governança climática precisa romper com padrões coloniais e reconhecer que as soluções para a crise climática não

virão apenas dos centros de poder econômico, mas das comunidades que há séculos praticam modos de vida sustentáveis e regenerativos.

Por fim, o sucesso da COP 30 dependerá da mobilização global e da capacidade de transformar compromissos assumidos em ações concretas. Após a conferência, será essencial manter o monitoramento das decisões tomadas, pressionando governos e instituições para que cumpram suas promessas. O fortalecimento de redes internacionais, o financiamento de soluções comunitárias e a responsabilização dos principais emissores serão fundamentais para garantir que a COP 30 não seja apenas um evento simbólico, mas um ponto de virada na luta por um futuro sustentável e justo.

A governança climática global precisa evoluir para um modelo mais inclusivo, transparente e eficaz. A COP 30 tem o potencial de ser um marco nesse processo, mas isso só acontecerá se houver uma mudança estrutural, na qual as vozes das populações mais afetadas sejam protagonistas. Como lembra Ailton Krenak, "não há separação entre humanidade e natureza. O futuro não será sustentável se não for ancestral". O futuro do planeta e das próximas gerações depende da capacidade dos países, da sociedade civil e de todos os envolvidos para transformar palavras em ação, honrando não apenas os compromissos climáticos, mas os compromissos com a vida em todas as suas formas.



GLOSSÁRIO

GLOSSÁRIO

Acordo de Paris – Tratado climático internacional assinado na COP 21 (2015), cujo objetivo é limitar o aumento da temperatura média global a menos de 2°C, fazendo o possível para mantê-lo abaixo de 1,5°C.

Adaptação Climática – Conjunto de medidas e estratégias implementadas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais aos impactos das mudanças climáticas. Abrange desde infraestruturas resilientes até a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Agenda Climática – Conjunto de ações, políticas e compromissos para enfrentar as mudanças climáticas, incluindo mitigação, adaptação e financiamento climático.

Blocos de Negociação – Grupos de países que negociam em conjunto nas COPs para defender interesses comuns, como o G77 + China, a União Europeia e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS).

Captura Corporativa – Influência excessiva de empresas privadas nas decisões políticas e ambientais, resultando na adoção de medidas que favorecem interesses comerciais em detrimento do bem público.

Colonial - O termo colonial refere-se a estruturas, práticas e relações de poder originadas do colonialismo, um sistema de dominação no qual nações imperialistas impuseram seu controle político, econômico e cultural sobre territórios e povos considerados subordinados. O colonialismo operou por meio da exploração de recursos naturais, da imposição de línguas, religiões e modos de vida, e da subjugação de populações indígenas, negras e outros grupos historicamente marginalizados. No contexto ambiental e climático, colonial também descreve os efeitos persistentes dessas dinâmicas, como o colonialismo ambiental, no qual a exploração de ecossistemas e populações continua a beneficiar países e corporações do Norte Global em detrimento das comunidades do Sul Global. Esse conceito se relaciona ainda com discussões sobre colonialidade, que indica como as hierarquias raciais, econômicas e epistêmicas do colonialismo seguem influenciando as relações internacionais, os sistemas de conhecimento e a governança global.

Colonialidade - O conceito de colonialidade refere-se à persistência das estruturas e lógicas coloniais mesmo após o fim formal do colonialismo (fim do processo e da colonização como relação política oficial). Introduzido por Aníbal Quijano, o termo descreve como as hierarquias de poder estabelecidas durante a colonização continuam a moldar as relações sociais, econômicas, políticas e epistêmicas no mundo contemporâneo.

A colonialidade se manifesta em diferentes dimensões, incluindo:

- **Colonialidade do poder:** A imposição de sistemas econômicos e políticos globais baseados na exploração e na dependência, mantendo o domínio de elites e países do Norte Global sobre o Sul Global.
- **Colonialidade do saber:** A desvalorização dos conhecimentos indígenas, afrodescendentes e de outras tradições não ocidentais em favor de epistemologias eurocêntricas.
- **Colonialidade do ser:** A desumanização e marginalização de populações racializadas, perpetuando desigualdades sociais e formas de opressão.

Na governança climática, a colonialidade se manifesta, por exemplo, na imposição de soluções tecnológicas e mercadológicas que ignoram as vozes e práticas das populações mais afetadas pela crise climática, perpetuando desigualdades históricas. Assim, a crítica à colonialidade propõe a necessidade de alternativas descoloniais que desafiem essas estruturas e valorizem conhecimentos e modos de vida tradicionalmente silenciados.

Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

Metas climáticas estabelecidas por cada país para redução das emissões de gases de efeito estufa, conforme definido pelo Acordo de Paris.

COP (Conferência das Partes) – Reunião dos Países Partes de um tratado multilateral estabelecendo obrigações legalmente vinculantes, realizado com a frequência definida no respectivo acordo, cuja função é avaliar a implementação de ou adotar novos compromissos. Para informações mais detalhadas, consulte as primeiras seções desta publicação.

Descarbonização – Processo de redução das emissões de carbono, especialmente na matriz energética e nos setores produtivos.

Desigualdade Climática – Expressão das injustiças estruturais na crise climática, em que as populações historicamente marginalizadas e os países do Sul Global são os mais impactados pelos desastres ambientais, apesar de contribuírem menos para as emissões de gases de efeito estufa.

Emergência Climática – A emergência climática é a condição de risco iminente e crescente causada pelas mudanças climáticas, que exige ações urgentes e estruturais para mitigar seus impactos e evitar cenários de colapso socioambiental. O conceito se baseia em evidências científicas que apontam para o rápido aumento das temperaturas globais devido à intensificação do efeito estufa, provocada principalmente pelas emissões de gases de efeito estufa (GEE) de origem antrópica. Os termos "crise climática" e "emergência climática" são amplamente utilizados para enfatizar a gravidade e a urgência do problema, funcionando como qualificadores já adotados em outros campos teóricos. A crise climática refere-se diretamente ao fenômeno da mudança climática global, caracterizado pelo aquecimento global, alterações nos padrões de precipitação e temperatura, intensificação de eventos climáticos extremos, mudanças na circulação oceânica e impactos aos ecossistemas (RELYEA; RICKLEFS, 2021, p. 199). Diante desse cenário, a declaração de emergência climática por diversos países, organizações e cientistas representa o reconhecimento de que são necessárias ações imediatas para conter os impactos da crise climática. Isso inclui a transição para uma economia de baixo carbono, a proteção e restauração de ecossistemas naturais, a redução da dependência de combustíveis fósseis e o fortalecimento da adaptação das populações mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas.

Financiamento Climático – Recursos financeiros destinados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, provenientes de fontes públicas, privadas e filantrópicas.

Fundo para Perdas e Danos – Mecanismo aprovado na COP 27 para compensar países e comunidades vulneráveis pelos impactos da crise climática.

Greenwashing ou maquiagem verde – é uma estratégia de marketing adotada por empresas, governos ou instituições para criar a aparência de responsabilidade ambiental sem que suas práticas correspondam de fato a esse discurso. O termo combina "green" (verde, associado à sustentabilidade) e "whitewashing" (dissimulação ou encobrimento), referindo-se a ações que enfatizam supostos compromissos ecológicos

enquanto impactos ambientais significativos são ocultados ou minimizados. Alguns exemplos comuns são publicidades que promovem práticas sustentáveis pontuais enquanto a maior parte das operações continua poluente, uso de selos ambientais sem certificação reconhecida, anúncios vagos sobre sustentabilidade sem dados verificáveis e campanhas que destacam pequenas ações ecológicas para desviar a atenção de impactos ambientais mais graves.

Justiça Climática – Perspectiva que enfatiza que a crise climática afeta desproporcionalmente populações vulneráveis e que as soluções devem ser socialmente equitativas.

Mercado de Carbono – Sistema de comércio de créditos de carbono mediante o qual empresas ou países podem compensar suas emissões investindo em projetos de redução ou prevenção de emissão de gases de efeito estufa em atividades antrópicas.

Mitigação – Conjunto de ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e limitar o aquecimento global.

Observatório do Clima – Rede de organizações da sociedade civil brasileira que monitora as políticas climáticas e promove a incidência política na agenda climática.

Pavilhões Temáticos – Espaços nas COPs organizados por países, empresas ou instituições, onde são apresentadas inovações e políticas climáticas.

Protocolo de Quioto – Primeiro tratado internacional que estabeleceu metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa para países desenvolvidos, adotado na COP 3 (1997).

Soluções Baseadas na Natureza (SbN) – Estratégias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas que utilizam processos ecológicos, como a restauração florestal e a conservação de manguezais, para aumentar a resiliência dos territórios e reduzir emissões.

Sul Global – Termo utilizado para se referir a países historicamente explorados pelo colonialismo e pelo capitalismo global, que hoje enfrentam desafios estruturais para lidar com a crise climática devido às desigualdades econômicas e políticas.

Transição Energética Justa – Mudança para fontes de energia renováveis, garantindo que trabalhadores e comunidades dependentes de setores fósseis não fiquem desamparados.

UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) – Tratado internacional criado em 1992 para coordenar esforços globais no combate às mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

- Acselrad, H. (2021). *Ambientalismo e poder: reflexões sobre justiça ambiental no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Barros-Platiau, A. F., & Soares, D. P. (2022). Governança climática e desigualdades internacionais: desafios para o Sul Global. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 65(1), e019.
- BULKLEY, Harriet. *Governing Climate Change: The Politics of Risk and Resistance*. New York: Routledge, 2021.
- CLARK, Duncan; LIVERMAN, Diana; THUNBERG, Greta. *The Fossil Fuel Lobby at COP 27: Influence and Power in Global Climate Negotiations*. London: Earthscan, 2022.
- CLIMATE POLICY INITIATIVE. *Panorama de financiamento climático para uso da terra no Brasil 2021-2023*. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/panorama-de-financiamento-climatico-para-uso-da-terra-no-brasil-2021-2023/>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Disponível em: <https://www.cbd.int/>
- DUBASH, Navroz K.; HARRISON, Kathryn; PATTERSON, Philipp; WINKLER, Harald. *Climate Governance and the Paris Agreement: The Role of Non-State Actors*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- Fundo Amazônia. *Histórico e estrutura*. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br>
- GLOBAL WITNESS. *Decade of Defiance: Ten Years of Resistance to the Climate Crisis*. London: Global Witness, 2022.
- GOV.BR. *Crise climática e financiamento privado marcam o debate central do G20 em Belém*. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/crise-climatica-e-financiamento-privado-marcam-o-debate-central-do-g20-em-belem>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- Guia COP 30 – Repam. Disponível em: <https://www.repam.net/>
- Hickmann, T., Lederer, M., & Lücking, H. (2021). *The Paris Agreement and the Inequality Challenge: Climate Policy in a Divided World*. Cambridge University Press.
- IHU Unisinos (2024). *Indígenas querem copresidência da COP 30*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/>
- INSTITUTO TALANOIA. *Relatório sobre financiamento climático e justiça social*. Disponível em: https://institutotalanoia.org/wp-content/uploads/2024/09/00_NOAukpact-Mobile-v20240912.pdf. Acesso em: 11 fev. 2025.
- IUCN (2023). *Financiamento climático e conservação da biodiversidade*. Disponível em: <https://www.iucn.org/>
- Keohane, R. O., & Victor, D. G. (2016). The Regime Complex for Climate Change. *Perspectives on Politics*, 9(1), 7-23.
- LIVERMAN, Diana. *Carbon Inequalities and the Challenge of Just Climate Governance*. In: *Annual Review of Environment and Resources*, v. 45, p. 25-47, 2020.
- Mawdsley, E. (2018). From billions to trillions: Financing the SDGs and the global South. *Third World Quarterly*, 39(1), 129-145.
- PATEL, Raj; MOHAMMAD, Amin. *Justice for the Most Affected: How Climate Finance Can Support Vulnerable Communities*. Washington: World Resources Institute, 2023.
- PORTAL DA INDÚSTRIA. *Transição energética é foco da força-tarefa de finanças e infraestrutura do B20*. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/transicao-energetica-e-foco-da-forca-tarefa-de-financas-e-infraestrutura-do-b20/>. Acesso em: 11 fev. 2025.
- SCHROEDER, Heike; LOVELL, Heather. *The Role of Civil Society in Global Climate Governance: Between Participation and Co-optation*. In: *Climate Policy Journal*, v. 19, n. 5, p. 1-15, 2019.

SCHROEDER, Heike; LOVELL, Heather. The Role of Civil Society in Global Climate Governance: Between Participation and Co-optation. In: *Climate Policy Journal*, v. 19, n. 5, p. 1-15, 2019.

Sumaúma (2023). A COP é uma bolha de homens brancos? Disponível em: <https://sumauma.com/>

SUSUI, Ariene. 'Não queremos participar só como ouvintes, nós queremos construir a COP 30', afirmam lideranças indígenas. *Brasil de Fato*, 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/09/05/nao-queremos-participar-so-como-ouvintes-nos-queremos-construir-a-cop30-afirmam-liderancas-indigenas>. Acesso em: 4 fev. 2025.

Temper, L., Del Bene, D., & Martinez-Alier, J. (2018). The Global Environmental Justice Atlas (EJAtlas): Ecological distribution conflicts as forces for sustainability. *Sustainability Science*, 13(3), 573-584.

THUNBERG, Greta. *No One Is Too Small to Make a Difference*. London: Penguin, 2019.

UNFCCC (2024). Documentos oficiais das COPs. Disponível em: <https://unfccc.int/>

UNFCCC. *State of Climate Action Report: Financing and Civil Society Engagement in Climate Negotiations*. Bonn: UNFCCC, 2023.

WALLACE-WELLS, David. *The Uninhabitable Earth: Life After Warming*. New York: Tim Duggan Books, 2022.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

- **ABC das COPs**
Um guia introdutório sobre a estrutura e os principais temas das Conferências das Partes (COPs).
- **APIB na COP 26 – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**
Página da APIB detalhando sua participação na COP 26 e sua luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas nas negociações climáticas. Há também textos sobre outras COPs.
- **Fundo Casa na COP 29**
Relato da participação do Fundo Casa Socioambiental na COP 29 e sua atuação em prol do financiamento climático para comunidades tradicionais e povos indígenas.
- **Primeira Carta do Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago**
Documento apresentando a visão da presidência brasileira sobre os desafios e prioridades da COP 30.
- **Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)**
Relatórios científicos fundamentais sobre mudanças climáticas, riscos e projeções.
- **Global Stocktake (Balanço Global do Acordo de Paris)**
Relatórios recentes sobre o progresso e as lacunas na implementação das metas climáticas globais.
- **Documentos do Climate Policy Initiative (CPI)**
Estudos detalhados sobre financiamento climático e distribuição de recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.
- **Publicações da UNFCCC sobre governança climática e justiça climática**
Documentos contextualizando o papel das negociações climáticas internacionais e as demandas dos países do Sul Global.
- **Relatório do Global Carbon Project**
Dados atualizados sobre as emissões globais de gases de efeito estufa e as tendências recentes.
- **Publicações do Observatório do Clima**
Materiais sobre a participação do Brasil nas negociações climáticas e suas políticas ambientais.
- **Nota Técnica – Comuá pelo Clima**
Documento da Rede Comuá que discute a importância da filantropia comunitária para o financiamento de ações climáticas locais.
- **Relatório Science Admanships (2021)**
Estudo que aponta que, nos EUA, pessoas negras e hispânicas têm exposição 75% maior à poluição do ar do que pessoas brancas.
- **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**
Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas, principalmente no Sul Global, estejam em risco devido ao calor extremo por falta de acesso a equipamentos de resfriamento do ar.
- **Estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” – Instituto Pólis (2022)**
Pesquisa realizada nas cidades de São Paulo, Recife e Belém, que revelou que pessoas negras e de baixa renda são a maioria nas áreas menos dotadas de infraestrutura e serviços ambientais básicos, sendo também as mais afetadas por desastres e crimes ambientais no Brasil.

REALIZAÇÃO



CORREALIZAÇÃO

